



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE**

VALMIR FERNANDES DE LIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE PESSOAS QUE ENVELHECEM
NAS APAE's DO ESTADO DO TOCANTINS**

**Palmas, TO
2025**

Valmir Fernandes de Lira

Políticas públicas para educação de pessoas que envelhecem nas APAE's do Estado do Tocantins

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins na linha de pesquisa “Saberes, Linguagem e Educação”, desenvolvendo a temática “Práticas educativas e educação intergeracional”, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Dr.^a Neila Barbosa Osório
Coorientador: Dr. Luiz Sinésio Silva Neto

Palmas, TO

2025

Valmir Fernandes de Lira

Políticas públicas para educação de pessoas que envelhecem nas APAE's do Estado do Tocantins

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins na linha de pesquisa “Saberes, Linguagem e Educação”, desenvolvendo a temática “Práticas educativas e educação intergeracional”, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Dra. Neila Barbosa Osório – UFT

Dr. Luiz Sinésio Neto – UFT

Prof. Dr. João Bartholomeu Neto-UNIRG

Profa. Dra. Rosilene Lagares-UFT

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

F363p FERNANDES DE LIRA, VALMIR.
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE PESSOAS QUE
ENVELHECEM NAS APAE'S DO ESTADO DO TOCANTINS. / VALMIR
FERNANDES DE LIRA. – Palmas, TO, 2025.

127 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado)
Profissional em Educação, 2025.

Orientadora : NEILA BARBOS OSÓRIO

1. Pessoas com deficiência. 2. APAE's do Tocantins. 3. Envelhecimento.
4. Políticas públicas. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Aos que amo e que tenho ciência da reciprocidade.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Ao nosso Pai Celestial que sempre ilumina meu caminhar e me acompanha nas minhas caminhadas pelas estradas da vida.

A minha mãe Francisca Fernandes de Araújo mais conhecida como dona Chica que não se faz mais presente fisicamente, mas com certeza está sempre comigo espiritualmente, fonte eterna da minha educação, benevolência e de minha resiliência. Saudade atemporal.

A minha querida esposa Cláudia Romão Nicezio companheira de jornada dos meus últimos 27 anos de vida, pessoa que me ajudou a realizar um dos meus maiores sonhos (ser pai de menina) agora tenho duas, e que tem me acompanhado e me apoiado com paciência e sabedoria em todas as minhas fases de mudanças e metamorfoses, meu eterno amor e gratidão a você.

Aos meus filhos Arthur Padilha de Lira, Gabriela Nicezio de Lira e Marina Nicezio Alves, fontes do meu combustível vital e estimulantes para as minhas jornadas diárias, saibam que é sempre por e para vocês.

Aos meus irmãos, tios, tias, primos e primas, em especial Tio Zé Carlos(Carlinhos Lira) que no início da minha vida acadêmica foi quem conseguiu na época uma bolsa de estudo pra mim, o sr não tem noção da importância desse ato e dele se fez o profissional que sou hoje.

Aos amigos que fiz nos 23 anos de UNIRG, Professores João Bartolomeu, Ricardo Yukiu, Eliana Zelmmer, Jackson Carlos, Alexandre Aragão, obrigado pela parceria na docência.

Agradecimentos pelos anos de parceria, troca de saberes e experiências a cada coordenador estadual de Educação Física da FENAPAE (Federação Nacional da Apaes), em especial ao Prof Roberto Antonio Soares- Coordenador Nacional de Educação Física- FENAPAE.

A cada professor de Educação Física da rede apaiana do estado do Tocantins, a minha gratidão pelo empenho de vocês no dia a dia de nosso público especial.

E aos amigos que o mestrado me apresentou, Glauce, Malu, Marileide, Nubia, Marlos, Rachel, Leo Sampaio, Tamires obrigado por compartilhar comigo a ciência e vossas sabedoria.

A minha “ajudadora” de pesquisa Amanda Pereira Costa, e eu que achava que vc só entendia de cultura, eterna gratidão, pelas ideias e reflexões.

Ao querido Dr. Luiz Sinésio Neto, que conheci ainda quando era adolescente e hoje um homem de família e profissional de referência no estudo da Gerontologia e Coordenador da UMA, obrigado pela oportunidade de fazer parte da família UMA.

A minha querida Orientadora Dra Neila Barbosa Osório, que tem o hábito de detectar, acreditar e extrair o que as pessoas têm de melhor a oferecer aos velhos, e que possamos todos ter o privilégio que nossos velhos têm, de em um futuro próximo, podermos envelhecer sendo liderados por alguém de alma tão generosa e nobre, você é um SER HUMANO formidável, pena que não tem cópia.

Aos velhos da UMA de Paraíso, obrigado pela energia que trocamos em nossas aulas quinzenais, vocês são demais, quero envelhecer como vocês, com essa imensa vontade de evoluir sempre.

Não poderia deixar de agradecer à Presidente da Federação das APAES do Estado do Tocantins, professora Marciane, por tantos anos de parceria e me possibilitar vivenciar o processo de envelhecimento humano atípico, dentro das APAES do estado.

E também meus agradecimentos aos velhos atípicos alunos das APAES do estado do Tocantins, que carecem de tanta atenção quanto os velhos típicos, pois se no contexto normal já é difícil envelhecer no Brasil, imaginamos envelhecer como PCD (Pessoa Com Deficiência).

RESUMO

O envelhecimento da população com deficiência intelectual e múltipla atendida pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) é uma realidade que exige atenção e ações coordenadas. Este estudo se justifica pela necessidade ética e social de garantir uma vida adulta digna e um envelhecimento de qualidade para essas pessoas, reconhecendo o papel crucial das APAEs na adaptação do suporte integral ao longo de todas as fases da vida. A pesquisa em políticas públicas para esse grupo é fundamental para assegurar seus direitos, otimizar recursos e promover sua qualidade de vida. Diante desse cenário, a presente pesquisa **investiga** em que medida as políticas públicas educacionais existentes no Estado do Tocantins têm sido efetivas em garantir o direito à educação contínua para pessoas em processo de envelhecimento atendidas pelas APAEs, considerando as lacunas e desafios na sua implementação prática. O **objetivo geral** do estudo é analisar as políticas públicas educacionais voltadas para pessoas em envelhecimento atendidas pelas APAEs no Tocantins e sua efetivação. Para tanto, **os objetivos específicos** incluem a identificação das políticas existentes, o levantamento da caracterização do público que envelhece nas APAEs do estado, a verificação de como as APAEs do Tocantins atendem educacionalmente esse público e a análise dos desafios na implementação dessas políticas. A pesquisa é de **natureza básica**, com **abordagem qualitativa**, utilizando formas bibliográfica e documental. Os **instrumentos de coleta de dados** abrangem livros, artigos, periódicos, documentos eletrônicos e impressos, além de documentos públicos, dados governamentais, leis, códigos e portarias.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Educação, Envelhecimento, Pessoas com Deficiência, APAEs do Tocantins

ABSTRACT

The aging of the population with intellectual and multiple disabilities served by the Associations of Parents and Friends of the Exceptional (APAEs) is a reality that demands attention and coordinated actions. This study is justified by the ethical and social need to guarantee a dignified adult life and quality aging for these people, recognizing the crucial role of APAEs in adapting comprehensive support throughout all stages of life. Research on public policies for this group is essential to ensure their rights, optimize resources and promote their quality of life. Given this scenario, this research investigates to what extent the existing public educational policies in the State of Tocantins have been effective in guaranteeing the right to continuing education for people in the aging process served by APAEs, considering the gaps and challenges in their practical implementation. The **general objective** of the study is to analyze the public educational policies aimed at aging people served by APAEs in Tocantins and their effectiveness. To this end, the **specific objectives** include identifying existing policies, surveying the characteristics of the aging population in the state's APAEs, verifying how the APAEs of Tocantins serve this population educationally, and analyzing the challenges in implementing these policies. The **research is basic in nature**, with a qualitative approach, using bibliographic and documentary forms. The data **collection instruments include** books, articles, periodicals, electronic and printed documents, as well as public documents, government data, laws, codes, and ordinances.

Keywords: Public Policies, Education, Aging, People with Disabilities, APAEs of Tocantins

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Caracterização Metodológica da Pesquisa

Quadro 2- Instruções Normativas

Quadro 3- Relação dos Programas Assistenciais

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 - Representação histórica da adolescência

Figura 2 - Representação histórica com meu filho

Figura 3 - Representação histórica com a minha família

Figura 4 - Representação histórica de dia de trabalho como Fisioterapeuta

Figura 5 - Representação da Olimpíadas Nacional da APAES, e o Trabalho com os idosos da UMA , mostrando nosso jeito UMA de ser.

Figura 6 - Mapa Estadual das Apaes no Estado do Tocantins

Gráfico 1- Evolução das matrículas em classes regulares e especiais- EI

Gráfico 2- Evolução das matrículas em classes regulares e especiais-EF

Gráfico 3- Evolução das matrículas em classes regulares e especiais-EM

Gráfico 4- Relação das Escolas Especiais das APAES conveniadas com o Estado do Tocantins.

Gráfico 5- Relação das Escolas Especiais das APAES não conveniadas com o Estado do Tocantins.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado
APAEs- Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais
BNCC- Base Nacional Comum Curricular
BPC- Benefício de Prestação Continuada
CAEE- Centros de Atendimento Educacional Especializado
CEE- Conselho Estadual de Educação
CNE- Conselho Nacional de Educação
CAPES- Centros de Atenção Psicossocial
EJA- Educação de Jovens e Adultos
FENAPAES- Federação Nacional das APAEs
FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação
GIPEEIAH- Grupo Interdisciplinar para Pesquisa e Estudos em Educação Intergeracional e Altas Habilidades
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
INES- Instituto Nacional de Educação de Surdos
INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS-Língua Brasileira de Sinais
MEC- Ministério da Educação
ONU- Organização das Nações Unidas
OMS- Organização Mundial da Saúde
UMA- Universidade da Maturidade
UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância
UFT- Universidade Federal do Tocantins
PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PCD- Pessoas com deficiência
PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais
PSE- Programa Saúde na Escola
PNSPI-Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa
SEDUC- Secretaria Estadual da Educação
SUS- Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: DESVELANDO A TEMÁTICA E PERCURSO DA PESQUISA

| | |
|--|----|
| 1.1 EU VEJO O FUTURO REFLETIR O PASSADO: UM POUCO DE MEU PERCURSO DE VIDA..... | 14 |
| 1.2 CONTEXTO MOTIVADOR DA JUSTIFICATIVA E DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DA PESQUISA..... | 20 |
| 1.3 APRESENTAÇÃO DO TEMA: O ENVELHECIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A EDUCAÇÃO NAS APAES..... | 21 |
| 1.3.1 Um recorte sobre a educação no Brasil..... | 24 |
| 1.4 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM RECORTE HISTÓRICO..... | 24 |
| 1.4.1 Uma análise de como as APAEs surgiram no Brasil..... | 29 |
| 1.5 A INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO, ENVELHECIMENTO E DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS..... | 32 |
| 1.6 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E O AUMENTO DA LONGEVIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA..... | 33 |
| 1.7 AS APAEs COMO LÓCUS DE ATENDIMENTO E EDUCAÇÃO: TRAJETÓRIA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS..... | 34 |
| 1.8 ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO..... | 36 |

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: DIÁLOGOS CONCEITUAIS SOBRE ENVELHECIMENTO, DEFICIÊNCIA, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....39

| | |
|---|----|
| 2.1 ENVELHECIMENTO HUMANO E O PROCESSO DE ENVELHECER COM DEFICIÊNCIA (INTELECTUAL/MÚLTIPLA) E OS IMPACTOS DA PANDEMIA.... | 41 |
| 2.1.1 Perspectivas sobre o envelhecimento nas perspectivas: biológica, psicológica e social..... | 45 |
| 2.1.2 Especificidades do envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltiplas..... | 46 |
| 2.1.3 Qualidade de vida e autonomia na velhice da pessoa com deficiência..... | 47 |
| 2.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA..... | 48 |
| 2.2.1 O direito à educação para todos e a educação continuada nas APAEs..... | 49 |
| 2.2.2 A EJA e suas adaptações para pessoas com deficiência..... | 50 |
| 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: FOCO NA EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E NA PESSOA IDOSA..... | 51 |
| 2.3.1 O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação e avaliação..... | 51 |
| 2.3.2 Marcos legais da educação especial e inclusiva no Brasil..... | 54 |
| 2.3.3 Marco legal dos direitos da pessoa idosa e sua intersecção com a deficiência..... | 55 |
| 2.4 AS APAES NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: TRAJETÓRIA E DESAFIOS NA GARANTIA DE DIREITOS..... | 57 |
| 2.4.1 Histórico e papel das APAEs na educação de pessoas com deficiência..... | 58 |
| 2.4.2 A relação das APAEs com o poder público e o financiamento..... | 59 |
| 3 CAMINHOS METODOLÓGICOS: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....61 | |
| 3.1 A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA..... | 62 |

| | |
|--|------------|
| 3.2 ABORDAGEM QUALITATIVA..... | 64 |
| 3.2.1 O enfoque fenomenológico..... | 66 |
| 3.3 TIPO DE PESQUISA..... | 67 |
| 3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS..... | 68 |
| 4 O CENÁRIO DAS APAES NO TOCANTINS: O ENVELHECER E AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS..... | 70 |
| 4.1 PANORAMA DAS APAES NO ESTADO DO TOCANTINS..... | 71 |
| 4.2 PERFIL DAS PESSOAS EM PROCESSO DE ENVELHECIMENTO ATENDIDAS PELAS APAES INVESTIGADAS: QUANTOS SÃO, FAIXA ETÁRIA, TIPOS DE DEFICIÊNCIA, TEMPO DE ATENDIMENTO, NECESSIDADES PERCEBIDAS..... | 75 |
| 4.3 O ATENDIMENTO E AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS DESTINADAS AO PÚBLICO QUE ENVELHECE NAS APAES DO ESTADO DO TOCANTINS..... | 76 |
| 4.4 DESAFIOS E POTENCIALIDADES IDENTIFICADAS PELAS APAES NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL A ESTE PÚBLICO..... | 79 |
| 5 ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA PESSOAS QUE ENVELHECEM NAS APAES DO TOCANTINS..... | 84 |
| 5.1 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS E ESTADUAIS (TOCANTINS) DE EDUCAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUA INTERFACE COM O ENVELHECIMENTO..... | 85 |
| 5.1.1 Leis, decretos, portarias e planos relevantes..... | 89 |
| 5.1.2 Programas e ações governamentais existentes..... | 91 |
| 5.2 A PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS..... | 92 |
| 5.2.1 Conhecimento e acesso às políticas públicas..... | 95 |
| 5.2.2 Avaliação da adequação e suficiência das políticas..... | 96 |
| 5.3 A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NAS APAES DO TOCANTINS: ENTRE O PREVISTO E O REALIZADO..... | 98 |
| 5.3.1 Barreiras e facilitadores na aplicação das políticas..... | 100 |
| 5.3.2 O papel dos diferentes atores (Estado, Município, APAEs) na efetivação dessas políticas..... | 102 |
| 5.4 LACUNAS E DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO CONTÍNUA PARA PESSOAS QUE ENVELHECEM NAS APAES NO CONTEXTO TOCANTINENSE..... | 104 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: SÍNTESES, REFLEXÕES E APONTAMENTOS..... | 107 |
| 6.1 RETOMADA SINTÉTICA DOS PRINCIPAIS ACHADOS DA PESQUISA..... | 107 |
| 6.2 RESPOSTA AO PROBLEMA DE PESQUISA..... | 109 |
| 6.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA..... | 110 |
| 6.4 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS DA PESQUISA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA PESSOAS QUE ENVELHECEM NAS APAES..... | 112 |
| 6.5 RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES: A TECNOLOGIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA VELHOS ATRAVÉS DE ITINERÁRIOS FORMATIVOS: UMA PROPOSTA PARA A APAE..... | 113 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 118 |

1 INTRODUÇÃO: DESVELANDO A TEMÁTICA E O PERCURSO DA PESQUISA

Assim, a introdução desta dissertação se iniciará pelo memorial descritivo do pesquisador, seguido pelo histórico introdutório da pesquisa e o desenvolvimento da estrutura da dissertação. Guiado pelas aprendizagens das disciplinas cursadas, pelas trocas ricas com os colegas do GIPEEIAH e, sobretudo, pelo convívio afetuoso e transformador com os velhos do polo da UMA/UFT de Paraíso-TO e dos demais polos, fui sendo profundamente tocado por cada história, cada olhar, cada silêncio compartilhado. Foi nesse entrelaçamento de vivências e saberes que me reconheci como parte desse universo de pesquisa.

1.1 EU VEJO O FUTURO REFLETIR O PASSADO: UM POUCO DE MEU PERCURSO DE VIDA

Para contar a minha história de vida preciso antes falar um pouco da história de vida (e que vida!!), de minha querida maezinha, Dona Francisca Fernandes de Araújo... Ah, Dona Francisca aos 20 anos de idade no Sertão da Paraíba numa cidade chamada São José de Piranhas conheceu o jovem galanteador José Augusto de Lira, um homem bonito e atraente e que lhe iludiu com os mais belos sonhos de uma vida fantástica em São Paulo aquela jovem mulher do sertão da Paraíba. Acreditou no canto da sereia e assim dona Francisca foge de casa aos 20 anos de idade e se casa escondida com o jovem galanteador. Dias depois do fato consumado, o casal ressurge na casa dos pais de dona Francisca para pedir a benção de seu pai, e que sabendo que não havia mais nada a fazer a concedeu ao jovem casal que logo após embarcam para a cidade de São Paulo, a famosa selva de pedra em busca daqueles sonhos lindos que o jovem galanteador havia lhe prometido.

Logo, no primeiro ano dona Francisca engravida de seu primeiro filho Francisco Augusto Augusto de Lira Neto e já no ano seguinte dona Francisca engravida do seu segundo filho, dessa vez uma menina Rosângela Fernandes de Lira e dois anos depois engravida do seu terceiro filho Valmir Fernando de Lira (eu). Durante sua segunda gravidez, dona Francisca percebeu que o seu marido não era o homem que ela imaginava ser, o mesmo tinha um vício desenfreado em jogos de azar: baralho, dominó e sinuca e além do mais não gostava nem um pouco de trabalhar. Já durante a segunda gestação dona Francisca percebendo que o seu marido não era um provedor do lar e nem tão pouco responsável, teve que assumir as rédeas da criação dos

seus filhos, e vai em busca de emprego e logo após o nascimento do seu terceiro filho dona Francisca pede o divórcio e resolve seguir a vida sozinha na cidade de Pedra.

Com a condição financeira precária e sem estudo, dona Francisca aluga um barraco numa favela em São Bernardo do Campo, onde deixava os 3 filhos, o mais velho Francisco de 6 anos responsável pelos menores a do meio Rosangela de 4 e o mais novo Valmir de 2 anos, todos ficavam trancados das 5:30 da manhã até as 14:30 da tarde horário que ela voltava do serviço, essa jornada durou cerca de 2 anos até que conheceu seu segundo marido senhor Milton Duarte Santos, homem pobre, porém honesto e trabalhador e assim constituíram uma nova família logo em seguida tiveram os seus outros filhos, Robson em 1975 e em 1982 sua segunda filha, Raquel.

Família grande barraco pequeno e com muito esforço conseguiram comprar um barraco maior em uma outra favela de São Bernardo do Campo e assim criar seus 5 filhos, porém em outubro de 1983 sua filha Rosângela na época com 15 anos tem um mal súbito e falece durante o sono, 4 anos depois em 1987 sua filha menor a Raquel então com 6 anos de idade morre atropelada por um ônibus...mesmo com todas essas perdas e dores dona Francisca se apegava aos demais filhos para continuar sua jornada de mãe.

Figura 1:



Fonte: Autor

A figura 01 do lado esquerdo é eu e minha mãe Dona Francisca e do lado Direito é período do serviço militar. E é com base em todo esse cenário de sofrimento e pobreza de minha mãe, que comecei a desenvolver a vontade de mudar meu futuro e de minha família e dar orgulho a minha amada mãe.

Aos 13 anos de idade comecei a trabalhar como faxineiro em uma escola de natação onde me apaixonei pelo esporte e sonhava em ser professor de natação. Aos 18 anos servi o exército durante um ano e logo em seguida passei no vestibular da faculdade de Educação Física de Santo André (FEFISA) - Outra cidade do conhecido ABC paulista. Sendo o primeiro da família

a ter um diploma, ali comecei minha trajetória na área profissional. Em 1990 aos 20 anos de idade já era professor de natação e dava aula de educação física nas escolas do Estado de São Paulo em um programa para jovens universitários na cidade de São Bernardo do Campo. Aos 23 anos concluí o curso superior de Licenciatura Plena em Ed.Física, e em 1995 descobri a gravidez da minha então namorada e fomos obrigados a nos casar. Casamento que durou apenas 2 anos, porém me trouxe um dos meus maiores amores, meu primogênito Arthur Padilha de Lira. Além de ser pai, neste mesmo ano passei no vestibular da Universidade Bandeirantes de São Paulo para o curso de fisioterapia. A Figura 2 é a representação histórica do meu filho Arthur, o primogênito e a figura 3, é a representação histórica com a minha família. Do lado esquerdo e a Linda família que construí aqui no Tocantins, esposa e filhas e do lado direito Dona Francisca já com os filhos criados.

Figura 2: Representação histórica com meu filho



Fonte: Autor

Nesse período já trabalhava como professor em diversas escolas e academias de São Paulo, e em 1996 conheci o Tocantins durante minhas férias de julho na cidade de Porto Nacional e dois anos depois em 1998 resolvi vir de mudança para o Estado em busca de desafios e sonhos.

Figura 3: Representação histórica com a minha família(Foto esq e minha mão e meus irmãos Foto da direita)

Figura 2 e 3 : Representação histórica minha familia e meus irmãos



Fonte: Autor

Em janeiro desse mesmo ano chego em Porto Nacional de mudança e assim começa uma nova trajetória profissional e pessoal., rapidamente sou convidado para trabalhar como professor de educação física no Colégio Sagrado Coração de Jesus e também na APAE de Porto Nacional, local que tive meu primeiro contato com esse público mais que especial e onde aflorou em mim o desejo de lutar por uma sociedade mais igualitária, por eles e para eles. Ainda em julho de 1998 conheci um novo amor e começamos um namoro que perdura até hoje, minha esposa, Cláudia Romão Nicezio e mãe de minhas filhas, Gabriela Nicezio de Lira (Biológica) e Marina Nicezio Alves (de coração).

Dois anos após resolvemos buscar novos desafios na cidade de Palmas e em 2000 sou contratado para dar aulas de Educação Física no Colégio Master, paralelamente faço minha primeira Pós-Graduação em Administração Educacional, um ano após passo no processo seletivo e ingresso como docente no Colégio Marista de Palmas. Simultaneamente passo também em um processo seletivo da Prefeitura de Palmas e ingresso como docente na Rede Municipal. No ano seguinte faço o meu primeiro concurso estadual para professores do quadro do magistério da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) e sou aprovado e passo a fazer parte desse seletivo grupo de profissionais do Estado sendo efetivado na rede pública estadual. Sonho realizado e segurança financeira à vista, porém os sonhos e a vontade de dar mais orgulho e segurança para minha mãe e minha família só crescia.

E foi assim que fui convidado para participar de uma banca para professor substituto na UNIRG (Universidade Regional de Gurupi), a disciplina era Jogos Brincadeiras e Recreação e na minha

banca estava Dra Karen Coller, Mestra Neila Osório e Prof Antonio Carlos Barbarasia (Pakalolo) então coordenador de curso àquela época. Mas todos me deixaram muito à vontade, mesmo com o meu arquivo em CD não abrindo no computador. Lembro até hoje, a fala da professora Neila Osório “ fique tranquilo professor e explique no quadro sua proposta pedagógica” e assim foi. Regi minha aula, fui aprovado e iniciei minha jornada como professor temporário na docência do ensino superior. E tenho gratidão eterna a esses 3 avaliadores, em especial à Dra. Neila Osório que abriu portas para que eu pudesse estar aqui hoje.

Em 2004 resolvi pedir exoneração do meu concurso de professor na SEDUC para me dedicar aos estudos e tentar uma vaga no concurso da Secretaria Estadual de Saúde (SESAU) como Fisioterapeuta, meta alcançada com êxito. E assim volto a ser funcionário público estadual, porém agora na área da saúde, onde estou até hoje.

Neste mesmo ano recebi o convite do Sr. Nilson Alves, então Presidente da Federação Estadual das APAES (FEAPAE-TO) para assumir a Coordenação Estadual de Educação Física Esporte e Lazer da FAPAE-TO, cargo voluntário sem remuneração. Aceitei de pronto, pois havia chegado a hora de eu começar a devolver para Deus tudo o que Ele já havia me proporcionado e acredito muito na lei do retorno e também na corrente do bem e neste cargo estou há mais de 20 anos, mesmo com a troca de presidentes na FEAPAE-TO, hoje presidida pela querida amiga Professora Marciane, que também confiou a mim a mesma missão do seu antecessor de organizar os Jogos Especiais e as Olimpíadas Estaduais das APAEs do Tocantins e nesta parceria estamos até hoje.

No ano de 2005 ainda como professor contratado, participei do concurso público para docente efetivo da UNIRG e graças a Deus mais uma etapa vencida e uma longa jornada universitária se desenhou. E foi justamente na UNIRG que fui convidado para ser docente de um projeto de Extensão intitulado UMG (Universidade da Maturidade de Gurupi), projeto que estive presente até minha transferência do Campus da UNIRG de Gurupi para o Campus de Paraíso. Ao chegar em Paraíso fui convidado pelo Dr. Luiz Sinésio Neto para mais uma missão: ser docente do polo da UMA (Universidade da Maturidade) na cidade. A figura 4, e a representação histórica de dia de trabalho como Fisioterapeuta.

Figura 4: Representação histórica de um dia de trabalho como Fisioterapeuta



Fonte: Autor

Como já conhecia a grandeza do projeto e seriedade das pessoas envolvidas, me senti orgulhoso pelo convite e sem pensar duas vezes assumi as aulas no Polo, onde conheci velhos maravilhosos e suas histórias de vidas. Hoje costumo dizer a todos que existem dois movimentos organizados que nos contaminam e que uma vez dentro, nunca mais saímos, que são: o Movimento APAEANO e o movimento da UMA, que tem um jeito próprio de ser. A figura 5, a esquerda é a representação da Olimpíadas Nacional da APAES, e eles também estão envelhecendo, do lado direito é o Trabalho com os idosos da UMA , mostrando nosso jeito UMA de ser

Figura 5: a esquerda é a representação da Olimpíadas Nacional da APAES, e eles também estão envelhecendo.

Figura 6: do lado direito é o Trabalho com os idosos da UMA , mostrando nosso jeito UMA de ser.



Fonte: Autor

E assim tem sido nos últimos anos de vida, assumindo diversos cargos na UNIRG, como, Coordenador de Curso de Educação Física, Coordenador de Estágio do Curso de Fisioterapia,

docente nos cursos de Educação Física, Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Medicina e atualmente estou como Diretor do Campus da UNIRG de Paraíso do Tocantins.

Por causa de toda essa história é que junto com minha querida professora Dra. Neila Osório (hoje minha professora orientadora) que fizéssemos uma pesquisa voltada para o envelhecimento do público apaeano e sobre as políticas públicas educacionais a eles direcionados.

1.2 CONTEXTO MOTIVADOR DA JUSTIFICATIVA E DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DA PESQUISA

As Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) desempenham um papel fundamental no suporte a pessoas com deficiência intelectual e múltipla ao longo de suas vidas. Tradicionalmente focadas na educação e no desenvolvimento na infância e adolescência, as APAEs têm se deparado com um cenário crescente: o envelhecimento de seus usuários e boa parte desses usuários tem como responsáveis e/ou cuidadores seus avós. Este processo traz consigo desafios específicos e a necessidade de adaptação das práticas e serviços oferecidos.

O envelhecimento para pessoas com deficiência intelectual e múltipla pode apresentar particularidades. Questões de saúde física e mental podem se manifestar de forma diferenciada, tais como uma atenção especializada e multidisciplinar. A perda de autonomia, a diminuição da rede de apoio familiar (com o envelhecimento dos pais, avós e/ou responsáveis) e a necessidade de cuidados de longa duração são aspectos que se tornam mais evidentes com o passar dos anos.

Nesta pesquisa, dentre as nomenclaturas utilizadas para definir o fenômeno do envelhecimento populacional, observou-se que a palavra idoso é uma das mais utilizadas quando se refere à pessoa com mais de 60 anos, em decorrência principalmente pela definição da Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/03, que inclusive foi renomeado de "Estatuto do Idoso" para "Estatuto da Pessoa Idosa" em 2022, conforme noticiado pelo Senado Federal).

Há também a nomenclatura de pessoas na “melhor idade” na tentativa de suavizar o termo “velhice” e trazer uma conotação mais positiva à fase do envelhecimento. Peixoto, C. (2000), discute que o uso da “melhor idade” é a busca por qualificar positivamente a velhice. A obra organizada por Barros MML (p. 117) traz os termos velho, velhote, idosos e terceira idade classificados como estigmatizantes para as pessoas que conseguiram perpassar pelos 60 anos

de idade. A ideia desta nomenclatura de melhor idade, segundo Peixoto, C. (2000) é associar essa etapa da vida a oportunidades de lazer, bem-estar e qualidade de vida, frequentemente ligada à aposentadoria e à disponibilidade de tempo para atividades prazerosas. O Glossário Coletivo de Enfrentamento ao Idadismo (Câmara Municipal de São Paulo & Longevida), detalha diversas expressões pejorativas associadas a "velho" e "velhice", evidenciando o caráter discriminatório do termo em muitos contextos.

No entanto autores como Vieira (2020), apontam que essa romantização pode mascarar os desafios reais do envelhecimento, não tratando das reais necessidades e das diversas situações advindas desta etapa da vida.

Uma das maiores pesquisadoras sobre o envelhecimento foi a francesa Simone de Beauvoir, S. de. (1990), que em seu livro *A velhice* explora as representações sociais da velhice ao longo da história, muitas vezes marcadas por preconceito. Em decorrência da importância e da contribuição de sua obra e a partir do entendimento da pesquisadora Neila Osório, “não há flexão da palavra idoso e nem se pode romantizar o envelhecimento como melhor idade”, com isso, e pelo caráter de pesquisa, neste trabalho será adotado o termo envelhecimento.

Justifica-se o estudo aqui proposto tendo por base que o envelhecimento nas APAEs é uma realidade que exige um olhar atento e a implementação de ações coordenadas entre as instituições, as famílias, os profissionais e o poder público. Garantir uma vida adulta digna e um envelhecimento com qualidade para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla é um imperativo ético e social. As APAEs, com sua expertise e compromisso, têm um papel crucial nessa jornada, adaptando-se para oferecer suporte integral em todas as fases da vida. A pesquisa sobre políticas públicas voltadas para pessoas que estão envelhecendo nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) é de fundamental importância por diversos motivos interconectados, que abrangem desde a garantia de direitos até a otimização de recursos e a promoção da qualidade de vida dessa população.

Estudar políticas públicas para o envelhecimento nas APAEs é crucial para entender as transformações demográficas e as necessidades emergentes desse público, subsidiar a criação de respostas sociais e governamentais adequadas, garantir direitos, promover a inclusão e melhorar significativamente a qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual que estão envelhecendo e são assistidas por estas instituições. Trata-se de um investimento no bem-estar de uma parcela vulnerável da população e no aprimoramento do sistema de proteção social como um todo. Com base no exposto, o **problema** que gerou esta pesquisa foi: Em que medida as políticas públicas educacionais existentes no Estado do Tocantins têm sido efetivas em

garantir o direito à educação contínua para pessoas em processo de envelhecimento atendidas pelas APAEs, considerando as lacunas e desafios na sua implementação prática?

O presente estudo tem como **Objetivo Geral** analisar as políticas públicas educacionais voltadas para pessoas em processo de envelhecimento atendidas pelas APAEs no Estado do Tocantins e sua efetivação. Para o delineamento da pesquisa os objetivos específicos foram: a identificação das políticas existentes; o levantamento da caracterização do público que envelhece nas APAEs do TO; Verificar como as APAEs do TO atendem educacionalmente esse público; Analisar os desafios na implementação dessas políticas

1.3 APRESENTAÇÃO DO TEMA: O ENVELHECIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A EDUCAÇÃO NAS APAES

O envelhecimento da população é uma realidade global que também se reflete no universo das pessoas com deficiência (PcD). Historicamente, a expectativa de vida desses indivíduos era significativamente menor, mas os avanços na medicina, o maior acesso a cuidados e a melhoria nas condições de vida têm resultado em uma longevidade crescente. Este cenário impõe novos desafios e a necessidade de adaptação de políticas e serviços, especialmente para instituições como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), que desempenham um papel crucial no atendimento a esse público. No estado do Tocantins, essa discussão se torna ainda mais pertinente, considerando as particularidades regionais e a necessidade de fortalecer as redes de apoio.

Segundo Freitas Dutra (2020), o processo de envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual e outras deficiências atendidas pelas APAEs é multifacetado. Frequentemente, essas pessoas podem experienciar um envelhecimento precoce ou apresentar comorbidades e condições de saúde específicas que demandam atenção especializada. Além das questões biológicas, há implicações psicossociais significativas, como a perda de cuidadores (muitas vezes os pais, também idosos), o aumento do risco de isolamento social, a necessidade de reconfiguração dos arranjos de moradia e a busca por autonomia e qualidade de vida na velhice (BRASIL, 2015; NUNES; SAAD, 2019).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI - Lei nº 13.146/2015) assegura o direito ao envelhecimento saudável e digno, mas a efetivação desse direito requer políticas públicas intersetoriais e serviços preparados para essa nova demanda (BRASIL, 2015).

As APAEs, tradicionalmente focadas na educação, habilitação e reabilitação de crianças, jovens e adultos com deficiência, encontram-se diante da necessidade de repensar suas práticas pedagógicas e terapêuticas para atender ao público que envelhece. A "educação" nesse contexto transcende o ensino formal e se volta para uma perspectiva de educação ao longo da vida, visando a manutenção da funcionalidade e autonomia, a promoção da saúde e do bem-estar e a inclusão social e sua participação em espaços de convivência que tenham atividades de lazer e cultura.

Conforme Brasil (2008), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva preconiza o atendimento às necessidades educacionais especiais em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Embora não foque especificamente no idoso com deficiência, seus princípios de inclusão e desenvolvimento integral devem ser estendidos a essa população. No Tocantins, um estado com vasta extensão territorial e desafios logísticos, as APAEs desempenham um papel ainda mais vital, muitas vezes sendo o principal ou único ponto de apoio para as PCD e suas famílias em diversas localidades, sendo que o estado tem atualmente 41 destas unidades espalhadas pelo estado. Os desafios para a implementação de programas voltados ao envelhecimento incluem a necessidade de capacitar as pessoas que trabalham nestas instituições, a revisão dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) para incluir conteúdos e atividades pertinentes ao envelhecimento, a adequação dos espaços físicos e aquisição de materiais e tecnologias assistivas que atendam às necessidades dos velhos.

Como perspectivas, vislumbra-se a oportunidade de as APAEs tocantinenses se tornarem centros de referência no cuidado e na promoção da qualidade de vida da pessoa com deficiência que envelhece. Isso pode ser alcançado através do investimento em inovação, da busca por parcerias estratégicas e do fomento à participação ativa dos próprios usuários e suas famílias na construção das propostas.

O envelhecimento da pessoa com deficiência é uma realidade que convoca as APAEs, incluindo as do Tocantins, a um processo de reflexão e transformação. A educação, em seu sentido mais amplo, é ferramenta essencial para promover um envelhecer ativo, saudável e com dignidade. Investir em pesquisa, formação, adaptação de serviços e articulação de políticas públicas é fundamental para garantir que os direitos dessa população sejam respeitados e que possam desfrutar de uma vida plena em todas as suas fases.

1.3.1 Um recorte sobre a educação no Brasil

O desembarque da Companhia de Jesus, entre os anos de 1549 e 1759, durante o processo de

expansão e colonização portuguesa, marcou o início da implementação de modelos educacionais europeus na América do Sul, ainda que restritos ao contexto monástico da Igreja. Esse momento inicial foi sucedido por diversos períodos que moldaram a história educacional brasileira: o Período Pombalino (1760–1808), o Período Joanino (1808–1821), o Período Imperial (1822–1889), seguido pela Proclamação da República em 1889, a Segunda República (1930–1936), o Estado Novo (1937–1945), a República Nova (1946–1963), o Regime Militar (1964–1985) e, por fim, a Nova República (1986–2003), conforme apontam Silva e Araújo (2012).

Saviani (2005) identifica três grandes fases da política educacional no Brasil. A primeira, de 1890 a 1931, caracteriza-se pelo protagonismo dos estados na oferta de ensino primário, enquanto à União cabia a regulação do ensino secundário e superior. No segundo momento, até 1961, buscou integrar o sistema educacional nacionalmente. Já o terceiro, entre 1960 e 2001, foi marcado pela regulamentação do ensino sob a ótica de uma pedagogia de base produtivista. Segundo Silva e Araújo (2012, p. 80–81), é a partir de 1930, com o início da Era Vargas, que se consolidam as reformas educacionais mais significativas, culminando na promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1946, marco que provocou intensos debates sobre os rumos da educação no país.

Aranha (1994) destaca a contribuição do filósofo Anísio Teixeira, que, ao retornar de uma viagem aos Estados Unidos, trouxe consigo o entusiasmo pelas ideias inovadoras de John Dewey, sendo responsável por introduzir o pragmatismo educacional no Brasil. A autora também menciona o sociólogo Fernando de Azevedo, influenciado pelo pensamento de Durkheim, que, ao lado de Anísio Teixeira e Lourenço Filho, participou ativamente dos movimentos de reforma educacional, sendo co-autor dos manifestos de 1932 e posteriormente dos de 1959, ambos em defesa da escola pública.

Saviani (2005) destaca o papel fundamental do Manifesto dos Pioneiros da Educação, documento que propunha uma política educacional baseada nos princípios da Escola Nova e na defesa da educação pública. Essas diretrizes influenciaram diretamente o conteúdo sobre educação na Constituição Brasileira de 1934, que passou a reconhecer a educação como um direito de todos, devendo ser promovida tanto pela família quanto pelo Estado. Conforme apontam Shiroma, Moraes e Evangelista (2004), essa Constituição aprovou a proposta de ensino primário público, obrigatório, gratuito e universal, de responsabilidade da União, bem como a criação do Conselho Nacional de Educação, assegurando recursos para a estruturação do sistema educacional.

Com a instauração do Estado Novo em 1937, uma nova Carta Constitucional foi promulgada com significativa contribuição do então Ministro da Educação, Gustavo Capanema. Nesse contexto, foram implementadas as Leis Orgânicas do Ensino, que priorizaram a educação com caráter profissionalizante. De acordo com Silva e Araújo (2012), o sistema educacional foi organizado em três etapas: cinco anos de curso primário, quatro de ginásio e três de colegial, este dividido entre os modelos clássico e científico. O ensino colegial perdeu sua função de preparação para o ensino superior, adotando um currículo mais generalista. Apesar das divisões, prevaleceu uma perspectiva científica tecnicista.

Durante a República Nova (1946–1963), ocorreram importantes avanços na educação brasileira. Anísio Teixeira fundou o Centro Popular de Educação, enquanto Lauro de Oliveira Lima introduziu uma didática inspirada nos estudos de Jean Piaget. Em 1962, Paulo Freire implementou seu método de alfabetização em quarenta horas, buscando reduzir o analfabetismo. Nesse mesmo ano, foram instituídos o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, com apoio do Ministério da Educação e Cultura, baseados nas ideias de Freire (Silva e Araújo, 2012).

Silva e Araújo (2012) apontam que o golpe militar de 1964 instaurou um regime autoritário, e nesse contexto foi promulgada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Silva e Araújo destacam um cenário alarmante: mais da metade das crianças era reprovada ou excluída ainda na primeira série, 30% da população era analfabeta, 23% dos professores eram leigos, e mais de 30% das crianças estavam fora da escola. Além disso, 8 milhões de crianças com mais de 14 anos ainda cursavam o ensino fundamental, e 60% das matrículas concentravam-se nas três primeiras séries, onde ocorriam mais de 70% das reprovações. Estima-se que 60% da população brasileira vivia abaixo da linha da pobreza nesse período.

Aranha (1994), informa que com o fim do Regime Militar em 1985 e a ascensão de José Sarney, houve um novo impulso para a educação pública. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1987 buscava ampliar o acesso à educação para os mais pobres. No entanto, segundo, dos 500 Centros Integrados de Educação Pública inicialmente planejados, apenas 117 foram efetivamente implantados, atendendo a uma parcela muito aquém dos 20% estabelecidos em lei.

Saviani (2005) ressalta a necessidade de uma reestruturação profunda da educação nacional, o que começa a se concretizar com a Constituição Federal de 1988. Aranha (1994) destaca conquistas importantes desta Carta Magna: gratuidade do ensino público, extensão progressiva da obrigatoriedade até o ensino médio, atendimento em creches e pré-escolas para crianças de

zero a seis anos, valorização dos profissionais da educação, autonomia universitária, investimento mínimo de receitas públicas em educação, e possibilidade de financiamento público para escolas comunitárias e filantrópicas, desde que sem fins lucrativos. Além disso, foi estabelecido o Plano Nacional de Educação, articulando o desenvolvimento do ensino em todos os níveis.

Em 1990, a Conferência de Jomtien, na Tailândia, organizada pelo UNICEF, aprovou a Declaração Mundial de Educação para Todos, que passou a orientar os planos decenais de educação. Em resposta, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) promoveu debates em todo o país. No final de 1995, o MEC, alinhado às diretrizes internacionais, elaborou os primeiros Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), fortalecendo o papel do professor como agente crítico e reflexivo, capaz de oferecer uma educação de maior qualidade.

A proposta de uma escola universal, gratuita, democrática e de qualidade entrou em tensão com a crescente demanda por uma educação voltada às necessidades de uma nova classe média e da classe trabalhadora. Nesse cenário de industrialização e globalização, emergiu a necessidade de uma educação mais humanizada, pautada na liberdade, autonomia e na democracia, como elementos fundamentais para enfrentar os desafios de um mundo em constante transformação.

1.4 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM RECORTE HISTÓRICO

A trajetória histórica das pessoas com deficiência, tanto no mundo quanto no Brasil, revela uma trajetória marcada pela exclusão, segregação e estigmatização, mas também por avanços importantes em termos de direitos humanos e cidadania. A superação do modelo médico e a adoção do modelo social constituem um dos principais marcos desta evolução, promovendo um olhar mais humanizado e inclusivo.

O tratamento social e político das pessoas com deficiência tem evoluído significativamente ao longo da história. Desde a Antiguidade até os dias atuais, os modos de perceber e tratar as pessoas com deficiência passaram por mudanças profundas, ora marcadas por exclusão e marginalização, ora por avanços em direitos e cidadania.

Na Antiguidade, predominava uma visão negativa e excludente das pessoas com deficiência. Em civilizações como Esparta e Roma, indivíduos com deficiências físicas ou intelectuais eram frequentemente vistos como um fardo para a sociedade. Em Esparta, por exemplo, crianças

nascidas com algum tipo de deficiência eram abandonadas para morrer, prática justificada por uma ideologia baseada na força e na perfeição física (Goffman, 1988).

Finkelstein (1980), discorre que durante a Idade Média, a deficiência era muitas vezes associada a aspectos religiosos e morais. Havia uma crença generalizada de que as deficiências eram punições divinas ou manifestações de possessão demoníaca . Ao mesmo tempo, a caridade cristã promoveu algumas ações assistenciais, mas que reforçaram a marginalização e a segregação dessas pessoas.

Conforme Davis (2002), o Iluminismo e o advento das ciências modernas, entre os séculos XVII e XVIII, começaram a alterar essa percepção. A deficiência passou a ser compreendida sob uma ótica médica, sendo vista como objeto de estudo e intervenção. Instituições como hospitais e asilos surgiram para isolar e tratar essas pessoas, o que consolidou o modelo médico de deficiência.

Somente no século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se uma mudança mais significativa, com o surgimento de movimentos sociais que passaram a reivindicar direitos civis, inclusão e acessibilidade. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, é considerada um marco fundamental nesse processo, ao consagrar a deficiência como uma questão de direitos humanos e não apenas médica (ONU, 2006).

No Brasil, o tratamento das pessoas com deficiência seguiu, em linhas gerais, as mesmas tendências do contexto ocidental, mas com especificidades relacionadas à sua formação histórica, social e econômica.

Mazzotta(2005) traz que, durante o período colonial e imperial, as pessoas com deficiência eram, em sua maioria, invisibilizadas. O Estado não promovia políticas públicas específicas para esse grupo, e a assistência era realizada majoritariamente pela Igreja Católica, através da caridade (Mazzotta, 2005). A deficiência era vista como uma condição de desvio ou anormalidade, sendo tratada de forma excludente.

Historicamente, a Educação Especial no Brasil emergiu no século XIX, ainda no contexto imperial, com a criação de instituições pioneiras como o Instituto Imperial de Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant (1854), e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1857), voltadas, respectivamente, para o atendimento de pessoas cegas e surdas. Essas iniciativas refletem uma concepção médica e segregadora, na qual as pessoas com deficiência eram vistas como incapazes de frequentar as escolas regulares, necessitando de espaços especializados (Mazzotta, 2005).

Segundo Januzzi (2006), no início do século XX, o Brasil começou a institucionalizar práticas voltadas às pessoas com deficiência, com a criação de escolas e centros especializados, como o Instituto Benjamin Constant, fundado em 1854, destinado à educação de pessoas cegas, e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), criado em 1857. Esses espaços, apesar de importantes, reforçam a ideia de segregação, afastando as pessoas com deficiência do convívio social comum. Durante boa parte deste período histórico, a Educação Especial no Brasil permaneceu marcada por essa perspectiva, com foco no assistencialismo e na caridade, sendo relegada ao setor privado ou filantrópico. Foi nesse contexto que surgiram as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), desempenhando um papel crucial no atendimento educacional e social de pessoas com deficiência intelectual.

Nas décadas de 1960 e 1970, surgiram no Brasil movimentos organizados de pessoas com deficiência, inspirados pelas lutas civis internacionais, que começaram a pautar o direito à inclusão e à participação social plena. Esse movimento culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu princípios fundamentais de igualdade e proteção às pessoas com deficiência, reconhecendo-as como cidadãs de direitos (Brasil, 1988).

Mais recentemente, o Brasil avançou com a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – Lei nº 13.146/2015 –, que representa uma mudança paradigmática ao adotar a perspectiva social da deficiência e assegurar direitos fundamentais como acessibilidade, educação inclusiva e participação política (Brasil, 2015).

As APAEs surgiram inicialmente com um caráter eminentemente assistencialista e filantrópico, oferecendo atendimento médico, psicológico, social e educacional. A ausência de políticas públicas eficazes levou essas instituições a assumirem a responsabilidade pela educação de pessoas com deficiência intelectual, organizando escolas especializadas que funcionavam paralelamente ao sistema educacional regular (Mantoan, 2003).

O movimento apaeano se consolidou e ganhou força ao longo das décadas de 1960 e 1970, com a criação da Federação Nacional das APAEs (Fenapaes) em 1976, que passou a coordenar e articular as ações em âmbito nacional. As APAEs tornaram-se, assim, um dos principais protagonistas da Educação Especial no Brasil, influenciando políticas públicas e promovendo a ampliação de serviços especializados (Januzzi, 2012), como veremos textualmente a seguir.

1.4.1 Uma análise de como as APAEs surgiram no Brasil

A criação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) no Brasil representou um marco fundamental na história da educação especial e na luta por direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Este movimento surgiu da mobilização de pais e da sociedade civil, inspirado por iniciativas internacionais e impulsionado pela premente necessidade de oferecer atendimento especializado a um público até então largamente desassistido.

Com base em Mazzotta (2005), a base de influência estrangeira para criação das APAEs no Brasil tem como contexto o período pós-Segunda Guerra Mundial, onde observou-se um crescimento global da conscientização sobre os direitos humanos e, consequentemente, um maior interesse pelas questões relativas às pessoas com deficiência. Movimentos organizados por pais e profissionais já existiam em países da Europa e nos Estados Unidos, buscando alternativas à segregação e ao descaso. Essas associações lutavam por educação, tratamento e inclusão social para seus filhos, que eram frequentemente rotulados de "ineducáveis" ou mantidos em instituições com pouca ou nenhuma perspectiva de desenvolvimento.

No Brasil, a semente para a criação das APAEs foi lançada por Beatrice Bemis, uma cidadã norte-americana residente no Rio de Janeiro. Após uma visita aos Estados Unidos em 1952, onde conheceu o trabalho de associações de pais de crianças com deficiência intelectual (então denominadas "*retarded children*" ou "*exceptional children*"), ela retornou ao Brasil motivada a iniciar um movimento semelhante. A experiência internacional, particularmente o modelo de associações de pais que se uniam para criar serviços e advogar por políticas públicas, foi crucial. Essas organizações estrangeiras demonstravam a força da união familiar e a capacidade de transformar a realidade das pessoas com deficiência através da criação de escolas especializadas, oficinas terapêuticas e centros de convivência.

Segundo Mazzotta (2005), antes da década de 1950, o atendimento às pessoas com deficiência intelectual no Brasil era escasso, fragmentado e, muitas vezes, de caráter puramente assistencialista ou médico-hospitalar, com pouca ênfase no potencial educativo e de desenvolvimento. As escolas regulares, em sua maioria, não estavam preparadas para acolher esses alunos, e as famílias encontravam-se desamparadas, sem orientação ou suporte especializado.

Ainda conforme o mesmo autor, Mazzotta (2005), o público-alvo inicial das APAEs eram as crianças, adolescentes e jovens com "deficiência mental" (termo utilizado à época, hoje substituído por "deficiência intelectual"). A necessidade era gritante, visto que as poucas instituições existentes não conseguiam suprir a demanda e a maioria das crianças com deficiência intelectual não tinha acesso à escolarização. Outro fator importante a ser

apresentado é que as famílias e a sociedade em geral carecem de informação sobre as potencialidades dessas pessoas, visto que os pais e familiares sentiam-se sozinhos e sobrecarregados, sem um espaço para compartilhar experiências e buscar soluções conjuntas. Motivada por essa realidade e inspirada pelos modelos estrangeiros, Beatrice Bemis, juntamente com um grupo de pais, amigos, médicos e professores, fundou a primeira APAE na cidade do Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1954. O objetivo primordial era oferecer atendimento educacional, de saúde e assistência social às pessoas com deficiência intelectual, além de amparar suas famílias.

A iniciativa pioneira do Rio de Janeiro rapidamente se espalhou por todo o país. A força do movimento residia na união dos pais que, inconformados com a falta de perspectivas para seus filhos, decidiram tomar a frente e criar as condições necessárias para o seu desenvolvimento. Em 1962, foi fundada a Federação Nacional das APAEs (FENAPAES), com o objetivo de congregar, orientar e fortalecer as associações estaduais e locais.

As APAEs, portanto, nasceram da conjugação de uma necessidade social premente, da iniciativa e do protagonismo das famílias, e da inspiração em modelos de organização e atendimento já existentes em outros países, adaptados à realidade brasileira. Elas se consolidaram como instituições fundamentais na defesa de direitos, na prestação de serviços e na promoção da inclusão das pessoas com deficiência intelectual e múltipla no Brasil.

Mazzotta (2005) informa ainda que em meados do século XX, a discussão sobre os direitos e a educação de pessoas com deficiência ganhava força em alguns países da Europa e nos Estados Unidos. Movimentos organizados por pais e ativistas já buscavam alternativas à exclusão e ao modelo puramente assistencialista, que muitas vezes segregava esses indivíduos em instituições com pouca ou nenhuma perspectiva de desenvolvimento. Essas iniciativas internacionais, que preconizavam a criação de escolas especiais e centros de habilitação com foco no potencial de aprendizagem e socialização, serviram de inspiração para o que viria a ser o movimento Apaeano no Brasil.

A chegada ao Brasil de Beatrice Bemis, em 1952, membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma criança com Síndrome de Down, foi um catalisador crucial. Ao não encontrar no Rio de Janeiro instituições adequadas para atender sua filha, Bemis, juntamente com um grupo de pais, médicos, professores e outros amigos da causa, mobilizou-se para criar a primeira APAE (FENAPAES, [s.d.]). A experiência e o conhecimento de modelos de atendimento existentes em seu país de origem certamente influenciaram a concepção inicial da associação brasileira. Embora não se trate de uma cópia direta de uma "escola estrangeira"

específica, a filosofia de organização comunitária em prol da pessoa com deficiência e a busca por serviços especializados foram, sem dúvida, inspiradas por esses movimentos precursores no exterior.

Januzzi (2004) traz como informação que antes da criação das APAEs, o cenário para as pessoas com deficiência intelectual no Brasil era de grande invisibilidade e carência de serviços. Muitas famílias se viam desamparadas, sem acesso à orientação, educação especializada ou qualquer forma de apoio que pudesse promover o desenvolvimento de seus filhos. As escolas regulares, em sua maioria, não estavam preparadas para acolher esses alunos, e as poucas instituições existentes eram insuficientes ou inacessíveis para grande parte da população.

A principal necessidade que impulsionou a criação das APAEs foi, portanto, a de oferecer atendimento educacional, terapêutico e assistencial especializado a crianças, adolescentes e adultos com "deficiência mental" (termo utilizado à época, hoje substituído por "deficiência intelectual"). O público-alvo inicial eram, predominantemente, pessoas com deficiência intelectual e, posteriormente, também aquelas com deficiências múltiplas. O objetivo era criar um espaço onde essas pessoas pudessem receber educação especializada, com equipes multiprofissionais (médicos, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais) para atender às suas necessidades específicas de saúde e desenvolvimento, promovendo a interação com seus pares e com a comunidade, combatendo o isolamento.

Conforme aponta Silva (2007), as APAEs surgiram como uma resposta da sociedade civil organizada à omissão ou insuficiência do Estado em prover os serviços necessários a esse segmento da população. Elas se tornaram um símbolo da luta por inclusão e da crença no potencial de desenvolvimento de cada indivíduo, independentemente de suas limitações.

Em resumo, as APAEs foram criadas no Brasil em um contexto de grande necessidade de atendimento especializado para pessoas com deficiência intelectual. Inspiradas por movimentos de pais e modelos de atendimento que já existiam em outros países, e impulsionadas pela iniciativa de figuras como Beatrice Bemis e pela união de famílias e profissionais, essas associações se consolidaram como uma importante rede de apoio, educação, saúde e defesa de direitos.

1.5 A INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO, ENVELHECIMENTO E DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A interseção entre educação, envelhecimento e deficiência representa um campo complexo e de muitas faces, com implicações significativas para o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas educacionais inclusivas. Historicamente, essas dimensões foram frequentemente tratadas de forma segmentada, com abordagens que negligenciam a natureza interconectada das experiências de indivíduos que envelhecem com deficiência ou que adquirem deficiência na velhice. No entanto, o reconhecimento crescente da longevidade e da diversidade humana tem impulsionado a necessidade de uma perspectiva integrada.

Conforme afirma Delors (1996), a concepção da educação como um processo contínuo ao longo da vida (*lifelong learning*) é fundamental para abordar as necessidades da população que envelhece. À medida que a expectativa de vida aumenta, torna-se crucial garantir que os idosos tenham acesso a oportunidades educacionais que promovam o bem-estar, a participação social e a atualização de conhecimentos e habilidades. Políticas públicas educacionais devem, portanto, ir além do foco na educação formal tradicional, englobando programas de educação de adultos, universidades da terceira idade, cursos de capacitação e atividades de lazer e cultura que estimulem o aprendizado contínuo.

Delors (1996) informa ainda que, a inclusão de pessoas com deficiência na educação é um imperativo ético e legal, consagrado em diversas legislações nacionais e internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. No contexto do envelhecimento, essa questão se torna ainda mais relevante, pois a prevalência de deficiências tende a aumentar com a idade. As políticas educacionais devem assegurar que ambientes de aprendizagem sejam acessíveis, que metodologias de ensino sejam adaptadas e que recursos de apoio sejam disponibilizados para garantir a plena participação de idosos com deficiência. Isso inclui a eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e comunicacionais.

A construção de políticas públicas educacionais que atendam efetivamente à interface entre educação, envelhecimento e deficiência é um desafio complexo, mas imperativo para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e equitativa. Exige um olhar transversal, que reconheça as particularidades de cada dimensão e, ao mesmo tempo, a necessidade de abordagens integradas que promovam o direito à educação ao longo de toda a vida, para todos, independentemente da idade ou de suas condições.

1.6 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E O AUMENTO DA LONGEVIDADE DA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O século XXI tem sido marcado por profundas transformações demográficas globais, com o envelhecimento populacional se consolidando como um dos fenômenos mais significativos. No Brasil, essa transição é acelerada, e os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) corroboram essa tendência. A proporção de idosos (60 anos ou mais) na população brasileira quase duplicou entre 2000 e 2023, passando de 8,7% para 15,6% (IBGE, 2024). Projeções indicam que, em 2070, cerca de 37,8% dos habitantes do país serão idosos, com expectativa de vida ao nascer, devendo alcançar 83,9 anos (IBGE, 2024).

Essa mudança etária da pirâmide populacional impõe novos desafios e demandas sociais, econômicas e, notavelmente, na área da saúde e assistência.

Fioravanti (2011), informa que paralelamente a essa macrotendência, observa-se um notável aumento da longevidade de pessoas com deficiência, um fenômeno que reflete avanços significativos na medicina, na tecnologia assistiva, nas políticas de inclusão e, de modo geral, na melhoria das condições de vida e saúde. Há algumas décadas, a expectativa de vida de indivíduos com certas deficiências, como a deficiência intelectual, era consideravelmente menor, muitas vezes não ultrapassando a adolescência ou a juventude. Hoje, é comum que essas pessoas atinjam a velhice, com muitos vivendo mais de 60 anos.

A revista Apae Ciência (2015), traz que essa conquista, embora represente um avanço inquestionável em termos de direitos humanos e qualidade de vida, suscita uma série de questões complexas. O envelhecimento de pessoas com deficiência, especialmente a deficiência intelectual, pode apresentar particularidades, como o envelhecimento precoce em alguns casos e o surgimento de comorbidades e desafios de saúde que exigem cuidados especializados e contínuos (Fioravanti, 2011). A combinação da deficiência com o processo natural de envelhecimento pode intensificar as demandas por apoio e serviços, tornando a dependência funcional e a necessidade de cuidadores mais pronunciadas (Mais Diferenças, 2020).

Os dados mais recentes do IBGE (2025) indicam que a população com deficiência no Brasil soma 14,4 milhões de pessoas, e uma parcela significativa (quase metade, 47,2%) dessa população é composta por idosos (Estadão, 2023; Gov.br, 2023). Essa concentração de pessoas idosas com deficiência sinaliza a urgência de políticas públicas que considerem essa intersecção. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e o Estatuto do Idoso

(Lei nº 10.741/2003) no Brasil são marcos importantes, mas a efetivação dos direitos para aqueles que envelhecem com deficiência ou que a adquirem na velhice exige a criação de serviços integrados e adaptados.

Em suma, o cenário demográfico brasileiro atual, caracterizado pelo rápido envelhecimento populacional e pelo aumento da longevidade de pessoas com deficiência, impõe a necessidade premente de uma reflexão aprofundada e de ações coordenadas. É fundamental que as políticas públicas e os serviços, em especial nas áreas da saúde, assistência social e educação, sejam repensados e readequados para garantir que o envelhecimento com deficiência seja vivido com dignidade, autonomia e plena participação social.

1.7 AS APAEs COMO LÓCUS DE ATENDIMENTO E EDUCAÇÃO: TRAJETÓRIA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

As Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) representam um pilar fundamental na história da educação e do atendimento à pessoa com deficiência no Brasil.

Conforme Bueno (2017) as APAEs foram fundadas a partir da mobilização de pais e familiares em meados do século XX, as APAEs surgiram como resposta à ausência ou insuficiência de serviços públicos especializados para indivíduos com deficiência intelectual e múltipla. Ao longo de sua trajetória, essas instituições evoluíram de espaços inicialmente assistenciais para se consolidarem como importantes lócus de atendimento e educação, desempenhando um papel crucial na promoção do desenvolvimento, da inclusão e da qualidade de vida de seus usuários.

A criação da APAE em 1954, tinha inicialmente o foco da estimulação precoce e na educação de crianças e adolescentes, buscando o desenvolvimento de habilidades e a socialização. Com o tempo, e a partir da crescente discussão sobre direitos humanos e inclusão, as APAEs passaram a incorporar uma visão mais ampla, pautada na autonomia e na participação social. A promulgação da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), fortaleceram o arcabouço legal da inclusão, impulsionando as APAEs a reavaliar e aprimorar suas práticas (Brasil, 1996; Brasil, 2015).

Conforme a revista Apae Ciencia (2015), apesar de sua trajetória de relevância e adaptação, as APAEs enfrentam uma série de desafios contemporâneos que demandam novas estratégias e,

muitas vezes, uma redefinição de seu papel no contexto das políticas públicas em que o envelhecimento da população atendida é um dos maiores desafios atuais é o aumento da longevidade das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Com avanços na saúde e melhoria nas condições de vida, muitos usuários das APAEs estão envelhecendo, demandando serviços e práticas educacionais adaptadas às necessidades da terceira idade (Apae Ciência, 2015). Isso implica em programas de saúde preventiva, atividades que promovam o envelhecimento ativo e a transição para fases da vida que extrapolam o modelo tradicional de educação infantil e juvenil.

Outro ponto importante a ser aqui destacado é a política de educação inclusiva no Brasil, que preconiza a matrícula de alunos com deficiência em escolas regulares, levanta questões sobre o papel das APAEs. Elas se posicionam, cada vez mais, como espaços de atendimento complementar e especializado, oferecendo apoio pedagógico, terapias e capacitação para a vida autônoma, sem substituir a escola regular (Brasil, 2015; Mendes, 2010). O desafio é harmonizar essa relação, garantindo que o aluno receba o suporte necessário em ambos os ambientes e ainda mais com as novas demandas do envelhecimento exigem constante atualização e capacitação dos profissionais que atuam nas APAEs (Ferreira & Santos, 2019). É fundamental investir em formação continuada que abrange desde as novas metodologias pedagógicas até o conhecimento em gerontologia e saúde do idoso com deficiência.

Em suma, as APAEs, com sua rica trajetória de dedicação e atendimento, encontram-se em um ponto de inflexão. Para continuar sendo o *lócus* relevantes de educação e atendimento, elas precisam não apenas se adaptar às novas realidades demográficas e às exigências das políticas públicas de inclusão, mas também inovar e buscar parcerias estratégicas que garantam sua sustentabilidade e a excelência dos serviços oferecidos à população com deficiência em todas as fases da vida.

1.8 ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

"Não somos apenas observadores do mundo, mas participantes dele, afetados por aquilo que tentamos compreender."

(Maurice Merleau-Ponty)

Escrever esta dissertação é, antes de tudo, um exercício de escuta, presença e abertura. A fenomenologia não é apenas uma escolha metodológica entre tantas; é uma postura diante do mundo. Nesta caminhada investigativa, busco compreender o fenômeno do envelhecimento da pessoa com deficiência no contexto educacional das APAEs, não como um dado frio ou estatístico, mas como vivência concreta, realidade encarnada, marcada por histórias, olhares, silêncios e afetos.

O nascer do entrelaçamento entre minha própria trajetória pessoal e profissional. É nesse entrelaçamento que o fenômeno se revela, ou melhor, se desvela termo caro à fenomenologia , exigindo que eu me disponha a suspender julgamentos prévios, romper com automatismos teóricos e me colocar diante da experiência tal como ela se manifesta a nível nacional e regional. Ao longo deste trabalho, convido o(a) leitor(a) a caminhar comigo por uma trilha que não busca "explicar" o envelhecimento da pessoa com deficiência, mas **compreendê-lo** em sua inteireza, como algo que acontece com e entre pessoas, em instituições que, apesar de sua missão educativa, enfrentam os limites da estrutura, da política, do tempo e da cultura.

A estrutura desta dissertação reflete esse movimento de busca por sentido. No primeiro capítulo, apresento o percurso pessoal e acadêmico que motivou este estudo, bem como o contexto e os objetivos que nortearam a investigação.

No segundo capítulo, estabelecer diálogos teóricos que fundamentam a compreensão dos conceitos centrais traça um panorama das categorias teóricas que sustentam a pesquisa Por fim, é analisado o papel das APAEs dentro desse cenário, sua relação com o Estado e os desafios enfrentados na garantia de direitos. O terceiro capítulo revela os caminhos metodológicos trilhados, destacando a abordagem qualitativa de base fenomenológica como fio condutor da pesquisa, que me permitiu olhar para o vivido sem impor categorias prévias. Apresento o tipo de pesquisa adotado, sustentados por uma ética da análise documental e da presença e da suspensão dos julgamentos

No quarto capítulo, desvendar o cenário concreto das APAEs no Tocantins e as experiências de envelhecer nesse espaço educativo, para, enfim, analisar a interface entre essas vivências e as políticas públicas que deveriam ampará-las, é o corpo vivo da pesquisa. Intitulado O cenário das APAEs no Tocantins: o envelhecer e as práticas educacionais, apresenta as realidades empíricas com as quais é apresentado o panorama das APAEs no Tocantins, seus modos de organização, suas singularidades. Em seguida a construção do perfil das pessoas em processo de envelhecimento, não apenas como números, mas como presenças, como as práticas

educacionais destinadas a esse público, sem deixar de lado os desafios e as potencialidades que se revelaram no dizer e no fazer.

Intitulado Análise das políticas públicas educacionais para pessoas que envelhecem nas APAEs do Tocantins, é o quinto capítulo desta resenha que se volta para as políticas públicas: suas presenças, ausências e sentidos atribuídos por aqueles que delas vivem ou sobrevivem. Identificar as principais políticas existentes, seus marcos legais e programas . Nas percepções dos sujeitos sobre essas políticas, seus acessos, suas críticas, suas esperanças. Analisar a implementação dessas políticas nas instituições investigadas, revelando a distância entre o previsto e o vivido, e os papéis que Estado, municípios e APAEs desempenham. O capítulo se encerra com a identificação de lacunas e desafios, abrindo espaço para a construção de caminhos possíveis.

Na última sessão o capítulo sexto, traz Considerações finais: sínteses, reflexões e apontamentos, não pretende encerrar o que foi vivido, mas acolher o que se revelou. Reúno aqui os principais achados da pesquisa, as respostas à questão norteadora, e o reconhecimento dos limites do estudo, o compartilhar essas contribuições. Os apontamentos e recomendações para o aprimoramento das políticas públicas e das práticas pedagógicas nas APAEs para futuras investigações, com o desejo de que novas vozes continuem a fazer ecoar o que aqui apenas começou a ser dito.

Este texto é, portanto, um convite à compreensão sensível do ser humano, tal como ele se mostra nas dobras da deficiência, da velhice, da educação e das políticas. Uma escuta que não se satisfaz com respostas prontas, mas que se abre ao novo, ao incômodo, ao ainda não dito ao vivido.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: DIÁLOGOS CONCEITUAIS SOBRE ENVELHECIMENTO, DEFICIÊNCIA, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O envelhecimento é um fenômeno universal e que tem implicações profundas para o indivíduo e a sociedade. No entanto, quando esse processo se entrelaça com a experiência da deficiência, particularmente a intelectual e/ou múltipla, surgem especificidades que demandam um olhar atento e abordagens diferenciadas. A compreensão desse cenário requer a análise de diversas perspectivas sobre o envelhecer e o reconhecimento das particularidades que influenciam a qualidade de vida e a autonomia na velhice de pessoas com deficiência.

Kreuz & Franco (2017), retratam que reflexões acerca do envelhecimento é aumento da longevidade humana é um fenômeno global, que sempre foi um desejo desde os primórdios da civilização, entretanto a revolução da longevidade humana ocorreu de fato a partir do XX, com o avanço de tecnologias, medicamentos e medidas sociais que mudaram as perspectivas acerca do envelhecimento. Os próprios autores frisam que a velhice é vivida de maneira particular a cada pessoa, que a experiência vivida se faz única para cada sujeito, que esse assunto é o resultado da relação objetiva e subjetiva, que pode estar ligado à cultura de cada indivíduo.

Dolli & Buaes (2015), retratam que o Brasil encontra-se em uma fase de mudança da estrutura etária da sua população, sendo que a expectativa de vida aumentou, contribuindo para que tenha um número cada vez maior de idosos, sendo que está ligado a dois fatores principais, o primeiro é a forte diminuição da taxa de fecundidade, que caiu de 6,2 filhos por mulher em 1960 para 1,8 filhos em 2012; o segundo é a diminuição da mortalidade infantil, que passou de 121% em 1960 para 15,7% em 2012. Vale considerar também que as questões educacionais, culturais, saúde e entre outros contribuíram para o envelhecimento da população brasileira.

Silva & Chariglione (2024), em estudo ligado ao envelhecimento de pessoas com deficiência, retratam que o aumento na expectativa de vida das pessoas com deficiência acompanha o envelhecimento da população e está relacionado com deficiência e envelhecimento, sendo um fenômeno de modo geral recente, com poucas pesquisas ligados aos assuntos, pois a expectativa de vida das pessoas com deficiência tem aumentado devido aos avanços científicos e sociais que contribuíram para o aumento da longevidade da população. Vale destacar que o modelo social da deficiência é um conceito social que está ligado como o corpo que funciona de forma diferente do padrão hegemônico da sociedade.

Valer et al (2015), retratam que os diferentes termos têm sido utilizados para descrever o processo de envelhecimento, sendo que a idade avançada possam ser adiadas, destacando que envelhecimento saudável assume uma conceituação mais ampla do que a ausência de doença, ocorrendo mudanças ao longo da vida, que está ligado à manutenção de uma boa velhice. É notório frisar que é necessário mais pesquisas em relação ao envelhecimento bem-sucedido, e envelhecimento saudável.

Biasus et al (2011), em estudo sobre o envelhecimento e da sexualidade para pessoas com mais de 50 anos, mostram que é reconhecido que envelhecer é um fato natural e universal, porém a classificação do processo em categorias específicas depende de diversos fatores, como, econômicos, históricos, políticos, sociais e ideológicos, sendo que os aspectos culturais com seus valores, crenças, tradições e aspectos simbólicos. Nesse sentido, a perspectiva da percepção da velhice é uma fase de declínio associada às perdas físicas e sociais.

Paiva et al (2011), em estudo ligado ao envelhecimento e deficiência auditiva, demonstram que o envelhecimento envolve alterações na saúde geral do indivíduo, que resultam em comprometimento de funções fisiológicas, sensoriais, imunológicas, como é o caso da audição, sendo que o Programa de Prevenção da Cegueira e da Surdez da Organização Mundial da Saúde (OMS), tem sido de fundamental importância para minimizar esse problema, onde o banco de dados sobre deficiência auditiva contribuem para determinar a extensão da carga global desta incapacidade, assim como gerar dados recentes e comparáveis do ponto de vista epidemiológico.

Araujo & Carvalho (2015), frisam que o envelhecimento e deficiência é uma dupla vulnerabilidade, pois pessoas com deficiência e idosos, é uma preocupação extraordinária, sendo que a pessoa com deficiência incapacitada que é idosa, portanto, tem dois tratamentos de proteção, sendo a tutela da pessoa com deficiência, que de forma geral é acompanhamento

do Ministério Público e de outro, os cuidados com o idoso, tudo a demonstrar uma preocupação pela já afirmada dupla vulnerabilidade.

Feck et al (2021), em procedimentos de orientação de atividade física para pessoas com deficiência visual em processo de envelhecimento mostram que que a prática de atividades físicas deve ser estimulada ao longo da vida, sendo um fator importante para uma melhor qualidade de vida desta população, sendo que é importante promover a adaptação e elaboração do quadro mental para o paciente, e que conhecer a pessoa, suas características e especificidades, as condições do ambiente contribuem diretamente na melhor orientação em programas de atividade física para pessoas com deficiência visual.

Chiarelli & Batistoni (2022), retratam sobre a trajetória das Políticas Públicas Brasileiras para pessoas idosas, têm melhorado de forma significativa desde o decreto n.º 4.682, de 24 de janeiro de 1923, conhecido como Lei Eloy Chaves, é considerada a origem da Previdência Social, que contribuiu para melhorias de Políticas Públicas, para que o Brasil esteja alinhado com as práticas preconizadas, o caminho pode ser o desenvolvimento de um Plano Nacional de Envelhecimento e Longevidade.

Minayo (2021), descreve que as políticas vigentes na maioria dos países desenvolvidos possuem a favor das cuidadoras e cuidadores, entretanto poucas leis regulações criadas têm criados, é inorgânicas, e a família continua a ser a responsável pelos parentes longevos que perderam autonomia, que no Brasil o tema ainda não entrou no radar das políticas públicas, embora seja urgente pelo acelerado aumento da população idosa, em particular, que tem 80 anos e mais.

2.1 ENVELHECIMENTO HUMANO E O PROCESSO DE ENVELHECER COM DEFICIÊNCIA (INTELECTUAL/MÚLTIPLA) E OS IMPACTOS DA PANDEMIA

O envelhecimento assim como as demais etapas da vida é inerente ao ser humano, caracterizado por um conjunto de transformações biológicas, psicológicas e sociais que moldam a experiência individual. Contudo, quando esse processo se manifesta em indivíduos com deficiência intelectual e/ou múltipla, observam-se particularidades que exigem uma compreensão aprofundada e estratégias de apoio específicas. A crescente longevidade desse grupo

populacional, antes raramente alcançada, impõe um olhar científico renovado sobre os desafios e as potencialidades do envelhecer com deficiência.

Fioravanti (2011) descreve que o aumento da longevidade de pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla é um marco importante, mas que também revela particularidades clínicas e sociais.

Segundo a revista Apae Ciência (2015), às APAEs atendem aos alunos com deficiência intelectual e múltipla, no entanto há indivíduos com certas condições genéticas associadas à deficiência intelectual, como a Síndrome de Down, tendem a apresentar sinais de envelhecimento biológico (senescênci) e o surgimento de patologias relacionadas à idade (senilidade) em fases mais precoces da vida adulta. Por exemplo, a prevalência de doenças como a de Alzheimer e outras demências é significativamente maior e ocorre em idades mais jovens nessa população.

De acordo com a revista Mais Diferença (2020), há ainda outras questões importantes como as comorbidades e condições crônicas, em que a incidência de condições de saúde crônicas, como doenças cardiovasculares, diabetes, epilepsia, problemas osteoarticulares e alterações sensoriais (visão e audição), é frequentemente mais elevada em pessoas com deficiência intelectual, e essas condições podem se agravar com o envelhecimento. Isso demanda um acompanhamento médico contínuo e especializado, muitas vezes multidisciplinar. As características inerentes à deficiência intelectual podem dificultar o diagnóstico precoce de condições relacionadas ao envelhecimento, como dores crônicas, depressão ou o início de demências. A comunicação limitada ou atípica pode mascarar sintomas, exigindo que os profissionais de saúde e cuidadores estejam atentos a mudanças sutis de comportamento (Petry, 2014).

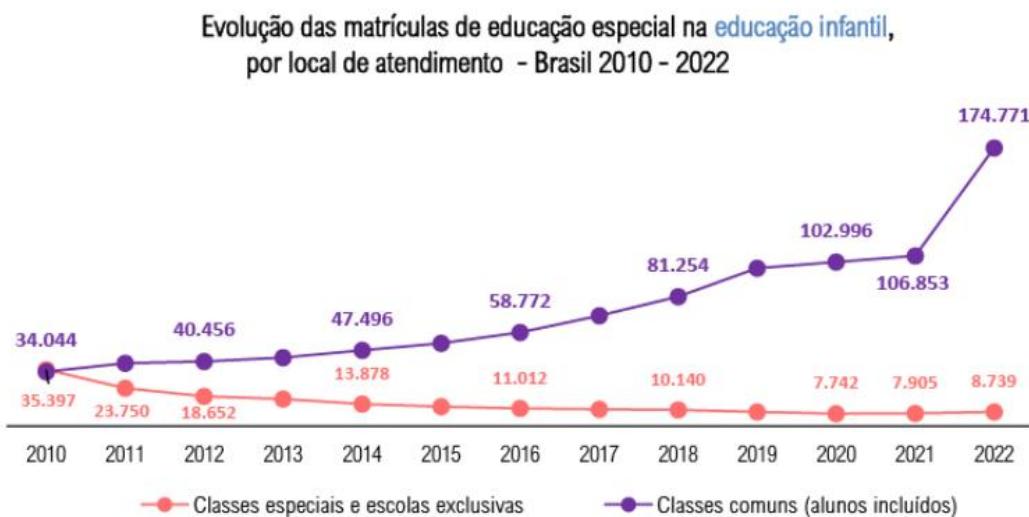
O envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual pode vir acompanhado da perda ou envelhecimento dos cuidadores primários (geralmente pais), o que gera um grande desafio na continuidade do cuidado e da assistência. A manutenção de um nível de dependência funcional pode se intensificar, tornando a rede de apoio familiar e institucional (como as APAEs) ainda mais crucial (Mais Diferenças, 2020). Além do isolamento social e a diminuição de oportunidades de participação podem impactar a saúde mental. A adaptação a novas rotinas, a perda de figuras de referência e a menor oferta de atividades adequadas podem levar ao aumento da incidência de depressão e ansiedade nessa população atendida pelas APAE's (Petry, 2014). Schalock et al. (2002), informa que a promoção da qualidade de vida e da autonomia na velhice da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla é um objetivo fundamental das políticas públicas e das intervenções sociais. A qualidade de vida, para esse grupo, abrange múltiplos

domínios, incluindo bem-estar físico, emocional, relações interpessoais, desenvolvimento pessoal, autodeterminação, inclusão social e direitos. A autonomia, embora possa ser compreendida em diferentes níveis de independência, foca na capacidade de fazer escolhas e participar das decisões que afetam a própria vida.

Mapear o número de atendimentos voltados à inclusão a partir da década de 1990 é essencial para compreender os avanços nesse campo. Um dado relevante apresenta um recorte de 10 anos e revela que, segundo o Censo de 2022, houve um aumento significativo nas matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial em classes comuns nas três estampas da educação básica conforme os gráficos abaixo:

Com o arrefecimento da pandemia houve um salto no número de matrículas de estudantes público-alvo da educação especial em classes comuns (que, na nomenclatura equivocadamente adotada pelo Censo, tornou-se “alunos incluídos”) da educação infantil: esses estudantes saltaram de 106.853 em 2021 para 174.771 em 2022 – aumento de 63,5%.

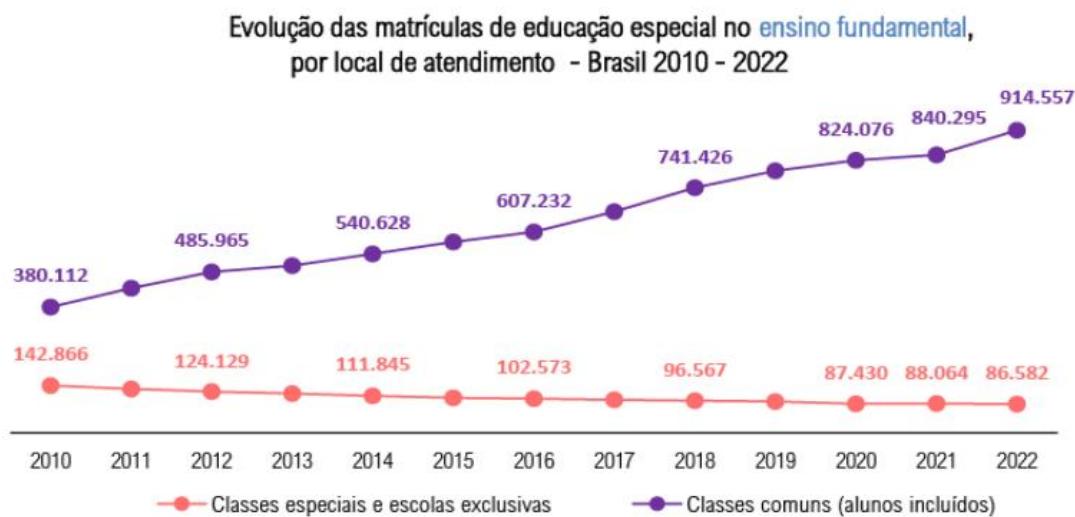
Gráfico 1: Evolução das matrículas em classes regulares e especiais- EI



Fonte: <https://www.sinprod.org.br/alunos-de-educacao-especial-inclusao-ocorre-em-quantidade-e-em-qualidade/>

Essa curvatura continua ampliar o número de matrículas do ensino fundamental: um aumento de 140,6% em “alunos incluídos” e leve queda de matrículas em classes especiais. Mas é no ensino médio que a inclusão de estudantes público-alvo da educação especial deu o maior salto: enquanto as matrículas em classes especiais se mantêm praticamente estáveis em 12 anos, os “alunos incluídos” foram de 27.695 em 2010 para 203.138 em 2022 – salto de 633,48%.

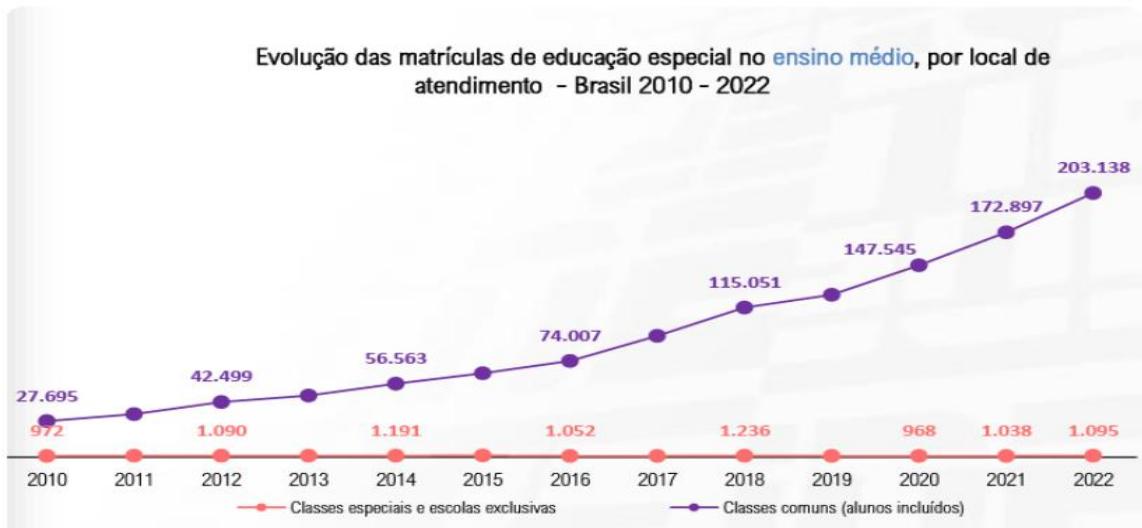
Gráfico 2: Evolução das matrículas em classes regulares e especiais-EF



Fonte: <https://www.sinprodf.org.br/alunos-de-educacao-especial-inclusao-ocorre-em-quantidade-e-em-qualidade/>

A Política Nacional de Educação Especial, instituída pelo MEC em 2008, promoveu um aumento significativo na inclusão de estudantes com deficiência em turmas regulares, o que levou, de forma gradual, à redução das classes especiais. Contudo, é fundamental destacar que esses espaços como classes e centros de ensino especializados continuam a existir e a desempenhar um papel importante. Isso porque as políticas educacionais inclusivas reconhecem a necessidade de garantir atendimento adequado às demandas específicas de determinados estudantes, assegurando a diversidade de formas de apoio pedagógico.

Gráfico 3: Evolução das matrículas em classes regulares e especiais - EM



Fonte: <https://www.sinprodf.org.br/alunos-de-educacao-especial-inclusao-ocorre-em-quantidade-e-em-qualidade/>

É fundamental compreender que a escola não pode ser concebida como um mero "depósito de alunos", onde a presença física dos estudantes é confundida com inclusão. A simples garantia da matrícula de crianças e jovens com deficiência, embora seja um avanço importante, não assegura por si só a efetivação de uma educação inclusiva. A verdadeira inclusão se concretiza quando o estudante, além de ter o direito de acesso garantido, encontra na escola condições concretas de permanência, participação e aprendizagem significativas. Isso exige uma proposta pedagógica sensível às diferenças, profissionais qualificados, recursos de apoio e um ambiente escolar comprometido com a equidade e a valorização da diversidade.

2.1.1 Perspectivas sobre o envelhecimento nas perspectivas: biológica, psicológica e social

O processo de envelhecimento humano pode ser compreendido por diferentes lentes, cada uma oferecendo insights valiosos sobre as transformações que ocorrem ao longo da vida. Sob a perspectiva biológica apontam-se as alterações físicas e fisiológicas que ocorrem com o avançar da idade. (Papalia & Feldman, 2013), traz que biologicamente, o envelhecimento é caracterizado pela diminuição progressiva da capacidade de reserva funcional de órgãos e sistemas, o que pode levar a uma maior vulnerabilidade a doenças e à redução da capacidade de recuperação . Inclui aspectos como a senescência (envelhecimento normal e gradual) e a senilidade (envelhecimento patológico), bem como o estudo de teorias genéticas e celulares do envelhecimento.

Baltes & Staudinger (2000), afirmam que no âmbito da perspectiva psicológica, aborda as mudanças cognitivas, emocionais e de personalidade que acompanham o envelhecimento. Embora haja um declínio em algumas funções cognitivas, como a velocidade de processamento, a sabedoria e a capacidade de resolução de problemas práticos podem se manter ou até mesmo se aprimorar. Essa perspectiva também considera aspectos como a resiliência, a adaptação a perdas e a busca por significado na vida, além da manutenção da saúde mental.

Neri (2006) aponta que a perspectiva social, com vistas a analisar o impacto dos fatores sociais e culturais no processo de envelhecimento. Essa dimensão considera como as normas sociais, as expectativas culturais, as políticas públicas e o suporte social influenciam a experiência do idoso. Aborda ainda temas como o papel do idoso na família e na sociedade, a aposentadoria, as relações interpessoais, o preconceito (idadismo) e o acesso a serviços e recursos.

Essas perspectivas não são isoladas, mas interagem dinamicamente, moldando a experiência individual do envelhecimento e influenciando a forma como a sociedade percebe e se relaciona com seus idosos.

2.1.2 Especificidades do envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla

O envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla é um campo de estudo relativamente recente, mas de crescente importância, dada a maior longevidade desse grupo.

Fioravanti (2011) e Apae Ciência (2015) trazem que o processo para as pessoas que envelhecem nas APAEs, apresenta particularidades que o distinguem do envelhecimento da população em

geral, visto que pessoas com algumas síndromes genéticas associadas à deficiência intelectual (como a Síndrome de Down) podem apresentar sinais de envelhecimento biológico mais cedo do que a população em geral, incluindo o desenvolvimento precoce de condições como a doença de Alzheimer e outras demências . Além disso, a prevalência de doenças crônicas, como cardiopatias, diabetes e problemas osteoarticulares, pode ser maior nessa população, exigindo acompanhamento de saúde contínuo e especializado.

Outro ponto que merece atenção conforme Petry (2014), são os relacionados às características da deficiência intelectual que podem mascarar ou dificultar o diagnóstico de condições relacionadas ao envelhecimento, como dores crônicas, perda auditiva ou visual, e demências, uma vez que as expressões dessas condições podem ser atípicas ou confundidas com os comportamentos associados à deficiência. Muitos indivíduos com deficiência intelectual e/ou múltipla mantêm um certo grau de dependência para atividades da vida diária, que pode se intensificar com o envelhecimento (Mais Diferenças, 2020). Isso eleva a demanda por cuidadores familiares ou profissionais, e o suporte institucional, como o oferecido pelas APAEs, torna-se ainda mais vital. A rede de apoio social e familiar é crucial para a manutenção da qualidade de vida.

Petry 2014, elenca ainda como desafios adicionais os impactos psicossociais que com a perda de cuidadores primários (pais ou irmãos mais velhos), a diminuição das oportunidades de socialização e a adaptação a novas rotinas. A saúde mental também pode ser afetada, com o aumento da vulnerabilidade a quadros de depressão e ansiedade. A compreensão dessas especificidades é fundamental para desenvolver intervenções e políticas que atendam às necessidades únicas desse segmento da população que envelhece.

2.1.3 Qualidade de vida e autonomia na velhice da pessoa com deficiência

De acordo com Schalock et al. (2002) a busca pela qualidade de vida e pela autonomia na velhice é um direito universal, e para pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla, esses conceitos assumem nuances específicas. A qualidade de vida, para essa população, transcende a ausência de doença, englobando múltiplos domínios como o bem-estar físico, emocional, social, o desenvolvimento pessoal, a autodeterminação, a inclusão social e o acesso a serviços adequados.

Brasil (2015), aponta que para promover a qualidade de vida e a autonomia na velhice de pessoas com deficiência, é essencial a busca pela garantia de exames regulares, rastreamento de doenças relacionadas ao envelhecimento e um cuidado de saúde que leve em conta as especificidades da deficiência, incluindo a saúde bucal, auditiva e visual. Neri (2006) afirma que o acesso a terapias que auxiliam na manutenção das habilidades motoras e cognitivas são também pontos importantes que oportunizam a participação em atividades sociais, culturais e recreativas. A inclusão em grupos e a manutenção de laços sociais são vitais para o bem-estar emocional e para o senso de pertencimento.

Destarte ainda o fato de que segundo Delors et al. (1996), o processo educacional não deve limitar-se somente às fases da infância e da juventude, os programas educacionais adaptados e atividades de estimulação cognitiva podem ajudar a manter as habilidades existentes e aprender novas, contribuindo para a autonomia e o envelhecimento ativo. Isso inclui atividades que promovam a literacia, a interação com novas tecnologias e o desenvolvimento de interesses pessoais. Petry (2014) traz que a oferta de suporte personalizado que respeite as preferências e capacidades do indivíduo que envolvam a pessoa com deficiência (na medida de suas capacidades) e sua família no planejamento para o futuro, incluindo decisões sobre fatores de sua vida, permitem que o indivíduo tenha autonomia e sinta-se respeitado.

Observando-se esses fatores, é possível construir um caminho para que o envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla seja sinônimo de dignidade, bem-estar e o máximo de autonomia possível, rompendo com estigmas e promovendo uma velhice plena.

2.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Especial convergem na perspectiva da educação ao longo da vida, representando pilares fundamentais para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e equitativa. Freire, 1996, traz que historicamente, a EJA surge como uma resposta à privação do direito à educação na infância e adolescência, buscando oferecer oportunidades de escolarização e desenvolvimento para indivíduos que, por diversas razões, não concluíram seus estudos na idade regular. Paralelamente, a Educação Especial, que outrora se pautava em modelos segregadores, evoluiu para uma abordagem inclusiva,

preconizando o acesso e a participação de pessoas com deficiência em ambientes educacionais regulares (Brasil, 2008).

A intersecção dessas duas modalidades é crucial para garantir o direito à educação para todos, uma premissa basilar da educação continuada. Mantoan (2003) analisa que nesse cenário, a EJA não pode ser vista apenas como um mecanismo de "recuperação", mas como um espaço de aprendizagem contínua que reconhece as experiências e saberes prévios dos estudantes adultos e idosos, incluindo aqueles com deficiência. Para que essa integração seja efetiva, é imperativo que a EJA adote adaptações pedagógicas e estruturais que contemplem as especificidades do público com deficiência. Isso envolve desde a disponibilização de recursos didáticos acessíveis e tecnologias assistivas até a formação de educadores capazes de mediar o processo de ensino-aprendizagem de forma diferenciada, considerando as diversas formas de comunicação e ritmos de aprendizagem.

Conforme afirma Carvalho (2004), as práticas pedagógicas inclusivas nesse contexto devem transcender a mera adaptação curricular. Elas precisam promover a autonomia, a participação ativa e o desenvolvimento pleno das potencialidades de jovens, adultos e idosos com deficiência. Isso significa criar ambientes de aprendizagem que valorizem a diversidade, estimulem a colaboração entre os pares e ofereçam suporte individualizado quando necessário. O planejamento pedagógico deve considerar as múltiplas inteligências e estilos de aprendizagem, utilizando metodologias diversificadas, como projetos, oficinas e atividades práticas, que tornem o processo educativo significativo e relevante para a vida desses indivíduos. A perspectiva da educação ao longo da vida, portanto, não se limita à aquisição de conhecimentos formais, mas engloba o desenvolvimento de habilidades para a vida, a promoção da cidadania e a inserção social e produtiva, garantindo que a educação seja um processo contínuo de empoderamento para todas as pessoas, independentemente de suas condições.

2.2.1 O direito à educação para todos e a educação continuada nas APAEs

O direito à educação para todos é um pilar fundamental da cidadania e do desenvolvimento humano, reforçado por legislações nacionais e internacionais que visam garantir a inclusão e o acesso equitativo ao conhecimento. No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 e a

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96) asseguram esse direito, reconhecendo a educação como um dever do Estado e da família, e um direito de todos. Mais especificamente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015) reitera a obrigatoriedade da oferta de educação inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino, eliminando barreiras e promovendo a plena participação.

Nesse panorama, a educação continuada emerge como um conceito essencial, que transcende a educação formal e reconhece a necessidade de aprendizado e desenvolvimento ao longo de toda a vida. Para as Associações de Pais e Amigos dos Expcionais (APAEs), historicamente protagonistas na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, a educação continuada assume um papel crucial. As APAEs, embora não se configurem como instituições de ensino regular, desempenham um papel complementar e de apoio fundamental, oferecendo serviços de estimulação precoce, atendimentos especializados e suporte educacional que contribuem para a escolarização e o desenvolvimento integral de seus usuários (Fonseca, 2005).

Mendes (2006) informa que a atuação das APAEs, no âmbito do direito à educação, deve estar alinhada com os princípios da inclusão, garantindo que os indivíduos com deficiência tenham acesso a uma educação que respeite suas singularidades e promova sua autonomia. Isso implica em um trabalho colaborativo com as redes de ensino regular, buscando estratégias para a transição e permanência desses alunos na escola comum, ao mesmo tempo em que oferece suporte complementar para o desenvolvimento de habilidades e competências específicas.

A educação continuada, sob essa ótica, não se restringe à sala de aula formal, mas abrange um conjunto de práticas e intervenções que visam capacitar o indivíduo com deficiência para a vida em sociedade, incluindo a preparação para o mundo do trabalho e o exercício pleno da cidadania. Dessa forma, as APAEs se consolidam como espaços de promoção de direitos e de apoio à educação inclusiva, contribuindo significativamente para que o direito à educação seja uma realidade para todos, em todas as fases da vida.

2.2.2 A EJA e suas adaptações para pessoas com deficiência

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) conforme Freire (1996) constitui-se como um direito fundamental para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade na educação formal em idade

escolar regular, buscando promover a inclusão social e a aquisição de novos conhecimentos e habilidades. Contudo, para que a EJA seja verdadeiramente inclusiva, é imperativo que ela conte com as necessidades específicas de pessoas com deficiência, um público que frequentemente enfrenta barreiras adicionais no acesso e na permanência no sistema educacional. Nesse contexto, as APAEs (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais) desempenham um papel crucial, atuando como instituições de apoio e complemento que podem auxiliar na construção de uma EJA mais adaptada e eficaz para seus atendidos.

Mantoan (2003) discorre que as adaptações necessárias na EJA para pessoas com deficiência, especialmente aquelas que são acompanhadas pelas APAEs, vão além da mera acessibilidade física. Elas englobam a flexibilização curricular, a utilização de recursos didáticos multifuncionais e a adoção de metodologias de ensino diferenciadas que contemplem as diversas formas de aprendizagem e comunicação. Por exemplo, a integração de tecnologias assistivas, como *softwares* de leitura e escrita adaptados, comunicadores alternativos e materiais em Braille ou Libras, é essencial para garantir a participação plena desses estudantes (Brasil, 2015). Além disso, a formação continuada dos educadores da EJA para lidar com a diversidade e as especificidades das deficiências é um pilar para o sucesso dessas adaptações, conforme preconizado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008).

Fonseca (2005) afirma que a colaboração entre as instituições de EJA e as APAEs pode otimizar significativamente esse processo de adaptação. As APAEs, com seu conhecimento aprofundado das necessidades e potencialidades de seus usuários, podem oferecer suporte técnico e pedagógico às escolas, auxiliar na elaboração de planos de atendimento educacional especializado (AEE) e na transição dos alunos para a EJA, garantindo uma continuidade no processo de desenvolvimento. Essa parceria permite que as experiências de vida e os saberes construídos pelos indivíduos com deficiência sejam valorizados no processo educacional, tornando-o mais significativo e relevante para a sua autonomia e inserção social. Em suma, a EJA, ao adaptar-se às necessidades das pessoas com deficiência, especialmente com o suporte e a expertise das APAEs, fortalece o princípio do direito à educação para todos, promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva e ao longo da vida.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: FOCO NA EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E NA PESSOA IDOSA

As políticas públicas no Brasil representam o arcabouço normativo e operacional para a intervenção estatal nas diversas esferas da vida social, buscando promover o bem-estar coletivo e a garantia de direitos. Cury (2000), afirma que no que tange à educação, o Brasil tem avançado significativamente na construção de um sistema educacional mais inclusivo, pautado pela universalização do acesso e pela permanência dos indivíduos em todos os níveis de ensino. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96) estabelecem as bases para uma educação que respeita a diversidade e busca a equidade, como salienta, ao analisar os desafios da universalização e democratização da educação no país.

ONU (2006) traz que a dimensão da inclusão tem ganhado centralidade nas políticas educacionais brasileiras, especialmente a partir da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, internalizada no Brasil com *status* de emenda constitucional. Essa perspectiva se materializa na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015), que reitera a obrigatoriedade da oferta de educação inclusiva, eliminando barreiras e promovendo a plena participação. É nesse contexto que as APAEs (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais) se inserem, desempenhando um papel histórico e complementar no apoio à educação e ao desenvolvimento de pessoas com deficiência. Apesar de não serem instituições de ensino regular, as APAEs oferecem atendimentos especializados, terapias e suporte que contribuem para a escolarização e a qualidade de vida de seus usuários, conforme observado por Fonseca (2005) ao discutir o papel dessas associações na educação inclusiva.

Veras (2009), discorre que a complexidade das políticas públicas se acentua quando o foco recai sobre a pessoa idosa, especialmente aquela com deficiência e que se encontra atendida pelas APAEs. O envelhecimento populacional no Brasil, aliado ao aumento da longevidade das pessoas com deficiência, impõe novos desafios às políticas públicas. O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) assegura direitos fundamentais à pessoa idosa, incluindo o direito à educação, que se traduz na necessidade de programas e ações que promovam o envelhecimento ativo e a manutenção da capacidade funcional e cognitiva. Para as pessoas idosas com deficiência atendidas pelas APAEs, as políticas públicas precisam garantir a continuidade do suporte

educacional e assistencial, considerando as especificidades do processo de envelhecimento associado à deficiência. Isso demanda uma articulação intersetorial entre as áreas da educação, saúde, assistência social e direitos humanos, para assegurar que esses indivíduos recebam o apoio necessário para uma vida digna e com qualidade, promovendo sua participação social e o acesso a atividades que estimulem seu desenvolvimento contínuo.

2.3.1 O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação e avaliação

O ciclo das políticas públicas educacionais para pessoas com deficiência é um processo dinâmico e contínuo que abrange as etapas de formulação, implementação e avaliação. A formulação dessas políticas no Brasil tem sido impulsionada por marcos legais e sociais importantes. Historicamente, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como direito universal, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96) incorporou a Educação Especial como modalidade transversal (Brasil, 1988; 1996). Mais recentemente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2008) e, sobretudo, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015), reforçaram o compromisso com um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, eliminando barreiras e promovendo a aprendizagem ao longo da vida (Brasil, 2015). Essas leis representam o esforço de formular diretrizes que garantam o acesso, a permanência e a participação das pessoas com deficiência no sistema educacional, reconhecendo suas especificidades e necessidades.

Mendes (2006) traz que a fase de implementação das políticas públicas educacionais para pessoas com deficiência é, frequentemente, o momento de maiores desafios. Ela envolve a tradução das diretrizes legais em ações concretas no chão da escola e nos sistemas de ensino. Isso inclui a adequação da infraestrutura, a disponibilização de recursos multifuncionais e de tecnologias assistivas, a formação continuada de professores e a garantia do Atendimento Educacional Especializado (AEE) . A implementação exige a articulação entre diferentes esferas governamentais (federal, estadual e municipal) e a colaboração com a sociedade civil, incluindo as instituições que atendem pessoas com deficiência, como as APAEs. No contexto

do Tocantins, por exemplo, a Resolução nº 019/2024 do Conselho Estadual de Educação detalha normas para a Educação Especial, buscando efetivar essas diretrizes no âmbito estadual (CEE/TO, 2024). No entanto, a efetividade da implementação pode ser comprometida por fatores como a falta de recursos orçamentários, a resistência a mudanças e a insuficiência na formação de profissionais, como apontado por Glat e Fernandes (2010).

Como destaca Jannuzzi (2004), a avaliação é uma etapa crucial do ciclo, pois permite verificar a eficácia das políticas implementadas, identificar lacunas e propor ajustes. A avaliação deve ser sistemática e considerar não apenas indicadores quantitativos (como número de matrículas) mas também qualitativos, que analisem a qualidade da inclusão, o desenvolvimento dos alunos e a percepção das famílias e dos próprios estudantes com deficiência. A avaliação deve retroalimentar o processo de formulação, garantindo que as políticas sejam constantemente aprimoradas para atender às necessidades reais do público-alvo. No caso das políticas educacionais para pessoas com deficiência, a avaliação é fundamental para assegurar que o direito à educação inclusiva seja efetivado e que as adaptações e suportes oferecidos realmente promovam a autonomia e a participação plena desses indivíduos na sociedade.

2.3.2 Marcos legais da educação especial e inclusiva no Brasil

A trajetória dos marcos legais da educação especial e inclusiva no Brasil reflete uma evolução significativa, partindo de um modelo segregador para uma abordagem pautada na inclusão e no respeito à diversidade. Inicialmente, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu um alicerce fundamental ao assegurar o direito à educação para todos, sem discriminação, e ao prever o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988).

Mantoan (2003), diz que este preceito constitucional foi detalhado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96), que dedicou um capítulo à Educação Especial, definindo-a como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com necessidades educacionais especiais (Brasil, 1996). Contudo, a LDB ainda trazia a possibilidade de matrícula em classes e escolas especializadas, o que, para muitos teóricos, ainda não garantia a plena inclusão. Um ponto de virada crucial ocorreu com a ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, internalizada no ordenamento jurídico

brasileiro com *status* de emenda constitucional por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008 e do Decreto nº 6.949/2009. Este documento internacional estabeleceu o direito à educação inclusiva como premissa, exigindo que os Estados Partes garantam um sistema de educação inclusivo em todos os níveis e o aprendizado ao longo de toda a vida (ONU, 2006).

Segundo Glat & Fernandes (2010), em consonância com a Convenção, o Brasil lançou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008. Este documento, elaborado pelo Ministério da Educação, consolidou as diretrizes para a inclusão, reforçando a matrícula de alunos com deficiência em classes comuns do ensino regular e o provimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como um serviço complementar ou suplementar à escolarização, e não substitutivo (MEC/SEESP, 2008). A Política de 2008 representou um avanço significativo na compreensão da educação especial como um apoio à inclusão, e não como um sistema de ensino paralelo.

O arcabouço legal foi ainda mais fortalecido pela promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015). Este estatuto é um marco legal abrangente que visa assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, com vistas à sua inclusão social e cidadania. Brasil (2015) no campo da educação, a LBI ratifica a obrigatoriedade da oferta de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, a eliminação de barreiras (urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e informações, e atitudinais), e a garantia de condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, com a provisão de recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas. Esses marcos legais, ao longo do tempo, solidificaram a compreensão de que a inclusão não é um favor, mas um direito inalienável, e que a educação deve ser um espaço de acolhimento e desenvolvimento para todas as pessoas, sem distinção.

2.3.3 Marco legal dos direitos da pessoa idosa e sua intersecção com a deficiência

O arcabouço legal brasileiro tem se consolidado progressivamente na garantia dos direitos humanos, com um foco particular na proteção de grupos vulneráveis. Nesse contexto, o marco legal dos direitos da pessoa idosa e sua intersecção com a deficiência representam um campo

de atuação jurídica e social de crescente relevância, impulsionado pelo envelhecimento populacional e pela maior visibilidade das pessoas com deficiência.

Veras (2009) discorre que a base para a proteção dos direitos da pessoa idosa é o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003, rebatizado como Estatuto da Pessoa Idosa pela Lei nº 14.423/2022). Este instrumento legal foi um divisor de águas, estabelecendo a idade de 60 anos como marco para o status de idoso e garantindo uma série de direitos fundamentais em diversas áreas, como saúde, educação, transporte, cultura, esporte, lazer e assistência social (Brasil, 2003). O Estatuto preconiza a prioridade no atendimento, o fornecimento gratuito de medicamentos, o acesso à educação e a proteção contra toda forma de violência, negligência ou discriminação, fundamentando o princípio da proteção integral da pessoa idosa.

Paralelamente, os direitos da pessoa com deficiência foram significativamente aprimorados, culminando na promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI - Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. A LBI, em consonância com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), internalizada no Brasil com *status* de emenda constitucional, adota o modelo social da deficiência e visa assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício de todos os direitos e liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (Brasil, 2015). A LBI abrange diversas áreas, incluindo acessibilidade, saúde, educação, moradia, trabalho e cultura, e considera a pessoa com deficiência idosa como "especialmente vulnerável", exigindo do poder público a adoção de medidas para sua proteção e segurança (Brasil, 2015, Art. 10, Parágrafo único).

A intersecção entre os direitos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência revela um cenário de vulnerabilidade complexa que exige uma abordagem jurídica e social multifacetada. Indivíduos que envelhecem com uma deficiência ou que adquirem uma deficiência na velhice enfrentam desafios únicos que demandam a aplicação integrada de ambos os marcos legais. Por exemplo, o direito à saúde garantido pelo Estatuto do Idoso, que inclui o acesso a medicamentos e tratamentos, deve ser combinado com o direito à atenção integral à saúde da pessoa com deficiência, que prevê a reabilitação e o uso de tecnologias assistivas (Brasil, 2003; Brasil, 2015). Da mesma forma, o direito à educação continuada para a pessoa idosa, previsto no Estatuto do Idoso, ganha novas nuances quando se trata de um idoso com deficiência, exigindo adaptações pedagógicas e recursos de acessibilidade que são detalhados pela LBI (MEC/SEESP, 2008).

Essa sobreposição de marcos legais busca garantir que a dignidade, a autonomia e a participação social sejam preservadas ao longo de toda a vida, especialmente em fases de maior fragilidade. A articulação entre as políticas e os serviços destinados a ambos os grupos é fundamental para evitar a fragmentação do atendimento e assegurar que as pessoas idosas com deficiência recebam o suporte necessário para uma vida plena e com qualidade. A atuação conjunta de profissionais das áreas da saúde, assistência social e educação, pautada nos princípios de inclusão e respeito à dignidade humana, é essencial para efetivar os direitos previstos nesses importantes instrumentos legais.

2.4 AS APAES NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: TRAJETÓRIA E DESAFIOS NA GARANTIA DE DIREITOS

As Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) desempenham um papel singular no cenário das políticas públicas brasileiras para pessoas com deficiência, com uma trajetória que se confunde com a própria história da defesa dos direitos desse segmento populacional no Brasil. Fundadas a partir da iniciativa de pais e profissionais, as APAEs surgiram em um período de ausência ou insuficiência de ações estatais voltadas para a educação e o cuidado de pessoas com deficiência, assumindo, inicialmente, uma função de atendimento direto e muitas vezes segregador (Fonseca, 2005). No entanto, ao longo das décadas, essas instituições adaptaram-se às mudanças de paradigmas, especialmente com o avanço da legislação inclusiva. Conforme o entendimento de Mendes (2006), a década de 1980, com a Constituição Federal de 1988, marcou um divisor de águas, estabelecendo a educação como direito de todos e a atenção à pessoa com deficiência como dever do Estado. Esse novo ordenamento jurídico impulsionou as APAEs a repensarem seu papel, movendo-se de um modelo assistencialista para um de defesa de direitos e de colaboração com o poder público. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2008) e, subsequentemente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI - Lei nº 13.146/2015) consolidaram a educação inclusiva como premissa, desafiando as APAEs a atuarem em uma perspectiva de apoio e complementaridade à escola regular, e não de substituição (Brasil, 2015). Nesse novo cenário, as APAEs passaram a ser reconhecidas como parceiras estratégicas na oferta do Atendimento

Eduacional Especializado (AEE), na formação de profissionais e na promoção da acessibilidade, sobre a articulação entre instituições especializadas e o ensino regular.

Apesar dos avanços e da adaptação de sua missão, as APAEs enfrentam significativos desafios na garantia de direitos no atual contexto das políticas públicas. Um dos principais é o financiamento, que muitas vezes depende de recursos públicos insuficientes e de doações, o que compromete a sustentabilidade e a qualidade dos serviços oferecidos.

Veras(2009) diz que a dualidade entre o atendimento direto, que ainda é uma demanda latente, e o papel de apoio à inclusão no ensino regular, gera tensões e exige um reposicionamento estratégico contínuo. Além disso, a complexidade das deficiências e o envelhecimento da população atendida demandam profissionais cada vez mais especializados e a implementação de programas que contemplam as necessidades específicas de cada fase da vida, algo que nem sempre é plenamente suportado pelas políticas públicas existentes (Veras, 2009). A necessidade de articular suas ações com as redes de saúde, assistência social e educação em uma perspectiva intersetorial é outro desafio constante, visando a uma garantia de direitos mais integral e efetiva para as pessoas com deficiência e suas famílias. A trajetória das APAEs, portanto, reflete uma constante luta por reconhecimento e adequação, buscando incessantemente aprimorar sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

2.4.1 Histórico e papel das APAEs na educação de pessoas com deficiência

Fonseca (2005) traz a trajetória das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) no Brasil confunde-se com a própria história da educação e do atendimento às pessoas com deficiência no país. Surgidas em meados do século XX, em um contexto de escassez de políticas públicas e de invisibilidade social das pessoas com deficiência, as primeiras APAEs foram fundadas por iniciativa de pais e da sociedade civil, impulsionados pela necessidade de oferecer educação e cuidado que o Estado não provia. Nesse período inicial, o papel das APAEs era predominantemente assistencialista e educacional, com a criação de escolas e centros de atendimento especializados, muitas vezes em um modelo segregado da rede regular de ensino. Essa atuação foi fundamental para tirar as pessoas com deficiência da invisibilidade e iniciar a construção de um sistema de apoio, ainda que incipiente.

Com o passar das décadas, e influenciadas por movimentos internacionais e avanços nas legislações, as APAEs foram progressivamente adaptando seu papel na educação de pessoas com deficiência. A promulgação da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96), que preconizou a matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais preferencialmente na rede regular de ensino, impulsionou uma ressignificação da atuação dessas instituições (Brasil, 1988; 1996). A partir de então, o debate sobre a inclusão ganhou força, e as APAEs, embora mantendo seus serviços especializados, passaram a ser vistas também como instituições de apoio e complemento à escolarização inclusiva.

Segundo Mendes (2006), o marco da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2008) e, mais recentemente, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI - Lei nº 13.146/2015), solidificou o princípio da educação inclusiva como direito. Nesse cenário, o papel das APAEs evoluiu para uma atuação em rede, colaborando com os sistemas de ensino regular. Elas se tornaram importantes parceiras na oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), na formação de professores, na produção de materiais didáticos acessíveis e na promoção de ações de sensibilização da comunidade.

As APAEs, com sua expertise acumulada ao longo de décadas e o profundo conhecimento sobre as especificidades das diversas deficiências, podem oferecer um suporte valioso para a efetivação da inclusão escolar, auxiliando na transição de alunos para a rede regular, na adaptação curricular e na promoção da autonomia e participação dos estudantes com deficiência. Assim, o histórico das APAEs reflete uma trajetória de transformação, de instituições que inicialmente supriam a ausência do Estado para se tornarem hoje atores essenciais na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva no Brasil.

2.4.2 A relação das APAEs com o poder público e o financiamento

Fonseca (2005) afirma que a relação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) com o poder público e o seu financiamento constitui um campo complexo e multifacetado, que reflete a evolução das políticas sociais e educacionais no Brasil. Historicamente, as APAEs surgiram da iniciativa da sociedade civil, principalmente de pais, para suprir a lacuna assistencial e educacional do Estado em relação às pessoas com deficiência.

Essa origem filantrópica e comunitária estabeleceu uma dinâmica de dependência de doações e da benevolência pública e privada, que ainda hoje permeia grande parte de seu financiamento. No entanto, com o avanço da legislação e a consolidação de um arcabouço de direitos para as pessoas com deficiência, a relação das APAEs com o poder público tem se transformado, passando de uma simples "prestaçāo de serviços" para uma parceria mais estruturada (Silva, 2000, p. 166). A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96) foram marcos que reconheceram o direito à educação inclusiva e o dever do Estado de garantir o atendimento educacional especializado, o que abriu caminho para que as APAEs, como instituições sem fins lucrativos e especializadas, pudessem estabelecer convênios e termos de colaboração com as esferas governamentais (Brasil, 1988; 1996).

O financiamento das APAEs é, portanto, híbrido, combinando recursos próprios, doações da sociedade civil, captação por meio de eventos e bazares, e, de forma significativa, repasses de verbas públicas. Estes repasses podem ocorrer por meio de convênios, termos de colaboração (regulamentados pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, Lei nº 13.019/2014) e emendas parlamentares (Brasil, 2014). A participação em programas governamentais, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), também representa uma fonte crucial, embora muitas vezes sujeita a debates sobre a alocação e o destino desses recursos em relação às escolas públicas regulares (França & Prieto, 2021). Além disso, a possibilidade de destinação de parte do Imposto de Renda para fundos sociais, incluindo aqueles voltados para crianças, adolescentes e idosos com deficiência, oferece outra via de captação APAE Brasil (2003).

UNIAAPAE MG (2021), apesar da importância desses mecanismos, o financiamento das APAEs permanece um dos seus maiores desafios. A dependência de verbas governamentais, que podem ser flutuantes e suscetíveis a cortes orçamentários, gera instabilidade e dificulta o planejamento de longo prazo. A demanda por serviços especializados para pessoas com deficiência, incluindo aquelas que envelhecem, cresce constantemente, superando muitas vezes a capacidade de captação de recursos. A complexidade do atendimento e a necessidade de equipes multidisciplinares e recursos tecnológicos assistivos elevam os custos operacionais.

Lehmkuhl (2021) diz que a APAE, sendo a maior rede "privado-filantrópica" do país na área da educação especial, enfrenta o dilema de manter a qualidade dos serviços em meio a um cenário de recursos escassos, ao mesmo tempo em que busca alinhar sua atuação às diretrizes das políticas públicas de inclusão, que preconizam a matrícula e o desenvolvimento em

ambientes menos restritivos . A relação com o poder público, portanto, é de mútua dependência e constante negociação, buscando garantir a sustentabilidade e a continuidade dos atendimentos essenciais oferecidos por essas associações.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

A parte metodológica de uma dissertação perpassa pela mera descrição de procedimentos, configurando-se como a arquitetura intelectual que sustenta toda a investigação, atuando como um mapa que orienta o pesquisador através da jornada de construção da pesquisa. Essa seção delinea de forma explícita e justificada os caminhos teóricos e práticos a serem percorridos, especificando os instrumentos de coleta de dados a serem empregados e os critérios que nortearão a subsequente análise das informações.

No presente estudo, a opção pela **abordagem qualitativa** reside em sua intrínseca natureza exploratória e interpretativa, conforme Denzin & Lincoln (2018), a pesquisa qualitativa, em contraste com a abordagem quantitativa que busca a mensuração e a generalização estatística, volta-se para a compreensão aprofundada de fenômenos sociais, explorando significados, experiências e contextos específicos . Essa escolha metodológica se alinha ao objetivo de investigar a complexidade das relações, processos e significados que permeiam o objeto de estudo desta dissertação, permitindo uma análise rica e contextualizada dos dados emergentes.

Nesse sentido Lakatos & Marconi (2017) trazem que a presente investigação adota uma natureza básica, também denominada pesquisa pura ou fundamental. A pesquisa básica visa à geração de novos conhecimentos e ao desenvolvimento de teorias, sem necessariamente buscar uma aplicação prática imediata O objetivo primordial é expandir a compreensão teórica sobre o fenômeno investigado, contribuindo para o avanço do conhecimento científico na área.

A abordagem qualitativa foi operacionalizada através da **pesquisa bibliográfica e documental**, configurando-se como as estratégias centrais de coleta e análise de dados. Conforme Fonseca (2002), a **pesquisa bibliográfica** consiste na investigação sistemática de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e outras fontes secundárias relevantes para o tema. Essa etapa permitirá a construção de um **sólido referencial teórico**, contextualizando o estudo dentro do corpo de conhecimento existente, identificando lacunas e estabelecendo as bases conceituais para a análise.

Conforme Cellard (2012), complementarmente, a pesquisa documental envolveu a análise de fontes primárias e secundárias que não receberam tratamento analítico prévio ou que podem ser reinterpretadas à luz dos objetivos desta pesquisa. Esses documentos podem incluir relatórios, atas, correspondências, arquivos de organizações, documentos históricos, legislação e outros materiais pertinentes ao tema. A análise documental proporciona dados contextuais e específicos, enriquecendo a compreensão do fenômeno investigado e permitindo a triangulação com as informações obtidas na pesquisa bibliográfica.

Conforme detalhado no quadro apresentado adiante (e nos subtítulos subsequentes), a articulação entre a natureza básica, a abordagem qualitativa e os tipos de pesquisa bibliográfica e documental fornece um arcabouço metodológico robusto e coerente, capaz de sustentar uma análise aprofundada e contribuir significativamente para o campo de estudos em questão. A explicitação detalhada desses elementos metodológicos visa garantir a transparência do processo de pesquisa e a replicabilidade, dentro das limitações inerentes à abordagem qualitativa, fortalecendo a credibilidade e a relevância desta dissertação.

Quadro 2 – Caracterização Metodológica da Pesquisa

| Caracterização da Pesquisa | |
|----------------------------|--|
| Tipo de pesquisa | De natureza básica |
| Abordagem | Qualitativa |
| Forma | <ul style="list-style-type: none"> ● Bibliográfica ● Documental |
| Instrumentos de coleta | <ul style="list-style-type: none"> ● Livros, artigos, periódicos, documentos eletrônicos e impressos ● Documentos públicos, dados públicos, leis, códigos e portarias. |
| Análises das Informações | Apresentar a análise bibliográfica e documental conforme estudo de Bardin: 1) Pré-análise, 2) Exploração do material e 3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação. |

Fonte: O pesquisador

3.1 A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão biográfica considera-se um suporte fundante para o desencadear da pesquisa e análise dos resultados. Como afirma Fonseca, (2002, p.32),

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

A pesquisa feita por revisão literal, segundo Moita; Andrade (2007, p.430), “apresenta uma temática mais aberta, não exigindo um protocolo rígido para sua confecção; a busca das fontes não é pré-determinada e específica”.

Para Rother (2007), os trabalhos de revisão de literatura constituem formas de pesquisa que buscam informações bibliográficas ou eletrônicas para obtenção de resultados de outros autores, como fundamentação teórica de um determinado tema ou objetivo, permitindo a aquisição e atualização de conhecimento sobre uma temática específica, cujos resultados são considerados qualitativos e não quantitativos.

No percurso de compreensão acerca das Políticas Públicas voltadas ao envelhecimento de alunos da APAE e a atuação das APAEs no Tocantins, foi realizado um extenso levantamento bibliográfico. A pesquisa focou em identificar a produção científica que abordava a intersecção entre o envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual e as políticas sociais vigentes no Brasil, com um olhar específico para o contexto tocantinense.

Durante a investigação, percebeu-se que a literatura sobre políticas públicas para o envelhecimento em geral era mais robusta, com autores como Jannuzzi (2004), Creswell (2014) (embora Creswell seja mais metodológico, sua obra é fundamental para entender a base da pesquisa social) fornecendo bases importantes sobre a demografia e a legislação pertinente, Glat e Fernandes (2010) num material que aborda o envelhecimento na educação especial e Freitas (2020), trazendo a vertente das políticas públicas para pessoas com deficiência, além de muitos outros autores, documentos e leis.

Ainda em relação ao levantamento bibliográfico, a tabela 01, Pesquisas de resultado no Google Acadêmicas em relação às principais temáticas ligadas às APAE no Estado do Tocantins no mês de Fevereiro de 2025, sendo que houve predomínio em relação a pergunta da pesquisa sobre envelhecimento da população no Tocantins, representando 74,6%, com 8.850 de quantidade de pesquisa em relação ao assunto, seguido sobre Sociedade e APAE no Tocantins, tendo 952 pesquisa, obtendo 8,0%, importância da APAE no Tocantins com 7,9%, tendo 942

pesquisa, políticas públicas para APAE no Tocantins com percentual de 7,3%, educação Especial na APAE no Tocantins e envelhecimento da APAE no Tocantins com percentual de aproximadamente de 0,9% correndo menor qual de pesquisa em Políticas públicas para pessoas que envelhecem nas APAE no Tocantins, com 22 pesquisa, representando somente 0,1%. Todavia, é necessário destacar que existem poucos trabalhos científicos em relação aos eixos temáticos sobre a importância da APAE no Tocantins; Políticas públicas para APAE e educação especial na APAE no Tocantins. Isso mostra que é extremamente relevante ter mais pesquisas sobre políticas públicas para educação de pessoas que envelhecem nas APAE's do Estado do Tocantins, pois é escassa, contribuindo para ter mais pesquisas sobre o assunto.

Tabela 01 - Pesquisas de resultado no Google Acadêmicas em relação às principais temáticas ligadas às APAE no Estado do Tocantins no mês de Junho de 2024.

| Temáticas | Quantidade pesquisa | de Porcentagem (%) |
|---|------------------------|--------------------|
| Envelhecimento da população no Tocantins | 8.850 | 74,6 |
| Sociedade e APAE no Tocantins | 952 | 8,0 |
| Importância da APAE no Tocantins | 942 | 7,9 |
| Políticas públicas para APAE no Tocantins | 877 | 7,3 |
| Educação Especial na APAE no Tocantins | 110 | 0,9 |
| Envelhecimento da APAE no Tocantins | 108 | 0,9 |

| | | |
|--|---------------|------------|
| Políticas públicas para pessoas que envelhecem nas APAE no Tocantins | 22 | 0,1 |
| Total de pesquisa | 11.861 | 100 |

No que tange às APAEs no Tocantins, a produção acadêmica revelou-se mais escassa, com estudos pontuais que abordavam a história, a estrutura e os desafios dessas instituições no estado. Autores como Johnny Trindade de Assis e trabalhos ligados à Federação das APAEs do Estado do Tocantins (FEAPAES-TO) e à Federação Nacional das APAEs (FENAPAES) foram importantes para contextualizar o panorama local e nacional dessas associações.

Este levantamento bibliográfico, portanto, permitiu traçar um panorama da produção existente, evidenciando as lacunas de pesquisa sobre a aplicação e a efetividade das políticas públicas no envelhecimento de alunos com deficiência intelectual no âmbito das APAEs tocantinenses, abrindo caminho para futuras investigações mais aprofundadas.

3.2 ABORDAGEM QUALITATIVA

Na condução da pesquisa, buscou-se a integração entre as informações e as descrições das leis e dados, para relacionar a dissertação ao conhecimento teórico já existente. A escolha pela abordagem qualitativa fundamentou-se na compreensão de que é uma vertente fundamental na metodologia científica, pois dedica-se à compreensão aprofundada de fenômenos em seus contextos naturais, priorizando as percepções, experiências e significados atribuídos pelos indivíduos. Diferente da abordagem quantitativa, que se debruça sobre a mensuração e a análise estatística de dados numéricos, a pesquisa qualitativa busca a riqueza e a complexidade de informações não quantificáveis, como narrativas, observações e entrevistas. Seu cerne reside na interpretação dos dados, desvendando as camadas de sentido que subjazem às interações humanas e sociais.

Uma das características distintivas dessa abordagem é sua flexibilidade e natureza interativa, permitindo que o pesquisador adapte o processo de coleta e análise conforme novas compreensões emergem do campo. O objetivo principal não é a generalização estatística, mas sim uma compreensão densa e contextualizada do objeto de estudo. Isso se traduz na utilização

de uma diversidade de técnicas de coleta de dados, que podem variar de entrevistas semiestruturadas e grupos focais a observações participantes e análise de documentos.

A pesquisa qualitativa, conforme as perspectivas teóricas de Bogdan e Biklen (apud Ludke e André, 1986), é marcada pelo contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação em estudo. Essa imersão, que geralmente envolve um trabalho intensivo, busca a obtenção de dados descritivos por meio da interação direta com o contexto examinado. Tal abordagem possibilita uma compreensão aprofundada e intensiva da realidade investigada, capturando as nuances e significados que emergem do campo.

A pesquisa qualitativa é particularmente valiosa para explorar temas pouco investigados, compreender motivações e atitudes complexas, desenvolver teorias a partir dos dados empíricos e avaliar programas sob a ótica dos envolvidos.

3.2.1 O enfoque fenomenológico

A compreensão das experiências vividas por indivíduos é um pilar essencial para a análise aprofundada de fenômenos sociais complexos. Nesse sentido, a **abordagem fenomenológica** emerge como um caminho metodológico particularmente relevante para pesquisas que buscam analisar políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para pessoas que estão envelhecendo em instituições como as APAEs no Tocantins. A fenomenologia, enraizada na filosofia de Edmund Husserl e desenvolvida por pensadores como Martin Heidegger e Maurice Merleau-Ponty, distancia-se da busca por explicações causais ou generalizações estatísticas. Em vez disso, ela se dedica a descrever e interpretar a estrutura das experiências dos sujeitos em sua singularidade e em seu contexto de vida (Moreira, 2004; Bicudo, 2000).

Para uma pesquisa que examina políticas públicas para o envelhecimento de alunos das APAEs no Tocantins, a importância da fenomenologia reside em sua capacidade de acessar o "mundo da vida" desses indivíduos. As políticas públicas são frequentemente formuladas a partir de perspectivas macro e objetivas, mas seus impactos reais são vivenciados de maneira subjetiva e singular por cada pessoa. Para Silveira, Fisher & Olivier (2012), a abordagem fenomenológica permite transcender a mera análise documental ou estrutural das políticas, focando em como elas são percebidas, sentidas e significadas pelos idosos com deficiência intelectual e seus cuidadores. Isso significa ir além do "o que" da política para o "como" ela é vivida, revelando as lacunas entre a intenção da política e sua efetividade na vida cotidiana.

Autores como Maria Aparecida Viggiani Bicudo (2000) e Carlos Capalbo (1996) destacam que a pesquisa fenomenológica busca a essência do fenômeno, a partir da descrição das experiências conscientes dos participantes. Aplicado ao contexto das APAEs no Tocantins, isso implica em ouvir ativamente os idosos, seus familiares e os profissionais que os assistem, compreendendo suas alegrias, desafios, expectativas e frustrações em relação às políticas de envelhecimento e assistência social.

Macedo & Boava (2011) afirma que ao invés de apenas catalogar a existência ou ausência de uma política, a fenomenologia permite desvelar como essas políticas se traduzem em suas realidades concretas, quais são os sentidos atribuídos a elas e de que forma elas (ou a ausência delas) afetam o processo de envelhecimento com dignidade e qualidade de vida. Assim, a abordagem fenomenológica não apenas enriquece a análise de políticas públicas com dados mais humanos e aprofundados, mas também oferece subsídios valiosos para a formulação e o aprimoramento de ações que sejam verdadeiramente responsivas às necessidades da população idosa com deficiência intelectual .

3.3 TIPO DE PESQUISA

Para aprofundar a compreensão das políticas públicas voltadas ao envelhecimento de pessoas nas APAEs do Tocantins, realizou-se um minucioso **levantamento documental**. Essa etapa da pesquisa foi crucial para mapear o arcabouço legal e normativo que permeia a temática, permitindo identificar as diretrizes e ações propostas pelos órgãos governamentais e pelas próprias instituições. O foco recaiu sobre a legislação federal, estadual e, quando disponível, documentos específicos das APAEs do Tocantins que abordavam o processo de envelhecimento de seus usuários.

Durante o levantamento, destacaram-se como principais documentos a Constituição Federal de 1988, que estabelece os direitos fundamentais e a proteção social, e o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), que define os direitos da pessoa idosa e as responsabilidades do Estado e da sociedade. A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Portaria GM/MS nº 2.528/2006) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) também se mostraram fundamentais, por delinearem as diretrizes para a atenção integral à saúde e à assistência social dessa população. No âmbito da deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o Estatuto da Pessoa

com Deficiência, evidenciou a importância da garantia de direitos e da inclusão social para pessoas com deficiência ao longo de toda a vida.

Especificamente para o Tocantins, foram consultados documentos da Secretaria de Estado da Saúde e da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (SETAS), bem como materiais institucionais da Federação das APAEs do Estado do Tocantins (FEAPAES-TO) e de APAEs locais, que, embora menos abundantes, ofereciam informações contextuais sobre a realidade da assistência à pessoa com deficiência em processo de envelhecimento no estado.

A importância desse levantamento documental transcende a mera catalogação de leis e normas. Ele permitiu identificar lacunas e inconsistências entre o que é preconizado nas políticas e a sua efetiva implementação no cotidiano das APAEs do Tocantins. Além disso, proporcionou uma base sólida para a compreensão dos direitos e das garantias legais que deveriam amparar essas pessoas, subsidiando a análise da adequação e da pertinência das ações existentes. Ao confrontar o "dito" com o "feito", a pesquisa pode apontar os desafios na concretização dessas políticas, oferecendo insights valiosos para o aprimoramento das práticas e para a advocacy em prol de um envelhecimento mais digno e inclusivo para os usuários das APAEs.

3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

No processo de investigação das políticas públicas voltadas ao envelhecimento de pessoas nas APAEs do Tocantins, a robustez da análise e interpretação dos dados foi garantida por uma combinação de técnicas qualitativas, primando pela profundidade e pela validade dos achados. O tratamento dos dados pautou-se principalmente na análise de conteúdo de Bardin, complementada pela análise documental e validada pela triangulação de dados.

Inicialmente, os dados provenientes do levantamento documental – que abrangeu desde legislações federais e estaduais até documentos internos das APAEs – foram submetidos à análise documental. Segundo Godoy (2005) e Cellard (2018), esta técnica permite uma leitura crítica e sistemática dos textos, buscando identificar temas, categorias e padrões relevantes para a pesquisa. Foram examinadas a coerência interna dos documentos, a linguagem utilizada, as omissões e as ênfases dadas a determinados aspectos do envelhecimento e da deficiência. A análise documental não se limitou à mera descrição do conteúdo, mas buscou contextualizar os documentos em seu tempo e espaço, compreendendo suas intenções e possíveis impactos.

Posteriormente, os dados textuais dos documentos foram tratados por meio da análise de conteúdo, seguindo os preceitos de Laurence Bardin (2016). Este método sistemático envolveu a pré-análise, explorando o material e formulando hipóteses; a exploração do material, com a codificação e categorização dos dados; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Durante a fase de codificação, unidades de registro e de contexto foram identificadas e agrupadas em categorias temáticas, que emergiram tanto da literatura prévia (categorias *a priori*) quanto dos próprios dados coletados (*a posteriori*). Esse processo iterativo permitiu a construção de um sistema de categorias que refletia as principais dimensões das políticas públicas e as experiências do envelhecimento nas APAEs. A interpretação, por sua vez, buscou atribuir significado às categorias e inferir as implicações dos achados para a compreensão do fenômeno e para a formulação de recomendações.

Para assegurar a fidedignidade e a credibilidade dos resultados, Denzin & Lincoln (2006) afirmam que a triangulação de dados foi empregada como estratégia de validação. Essa técnica envolveu a confrontação de diferentes fontes de informação – os documentos analisados, permitindo verificar a consistência dos achados e explorar possíveis divergências. A triangulação não visou apenas confirmar os dados, mas também aprofundar a compreensão do fenômeno sob múltiplas perspectivas, enriquecendo a análise e minimizando os vieses inerentes a uma única fonte ou método. A convergência das informações provenientes dessas distintas abordagens metodológicas fortaleceu as interpretações e conferiu maior rigor científico à pesquisa sobre as políticas públicas de envelhecimento para pessoas com deficiência intelectual nas APAEs do Tocantins.

4 O CENÁRIO DAS APAES NO TOCANTINS: O ENVELHECER E AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS

O envelhecimento populacional é uma realidade crescente em todo o Brasil, e o estado do Tocantins não é exceção. Esse fenômeno demográfico traz consigo desafios e demandas específicas, especialmente para pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Nesse contexto,

as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) desempenham um papel crucial, oferecendo suporte e serviços educacionais e assistenciais que acompanham seus usuários desde a infância até a vida adulta. No entanto, à medida que a expectativa de vida das pessoas com deficiência aumenta, o cenário dessas instituições se transforma. Torna-se imperativo, então, investigar como as APAEs no Tocantins estão se adaptando para atender às necessidades educacionais específicas do envelhecer de seus assistidos.

Conforme Castro (2018), o envelhecer de pessoas com deficiência intelectual, especialmente no contexto das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) no Tocantins, apresenta um cenário complexo que exige atenção e aprofundamento. Tradicionalmente focadas na educação e habilitação de crianças e jovens, as APAEs se veem diante do desafio de atender a uma população que, como o restante da sociedade, está envelhecendo. Esse fenômeno demográfico impõe a necessidade de repensar as práticas educacionais e assistenciais, adaptando-as às demandas específicas do processo de envelhecimento, que para pessoas com deficiência intelectual pode ser acompanhado de particularidades significativas.

Assis (2023), informa que no Tocantins assim como em todo o Brasil, as APAEs desempenham um papel vital na oferta de suporte e serviços a indivíduos com deficiência intelectual, muitas vezes sendo a principal referência para essas famílias. Contudo, a estrutura e as metodologias de ensino dessas instituições foram historicamente desenhadas para etapas mais iniciais da vida. Com o aumento da longevidade dessa população, as APAEs começam a enfrentar questões relacionadas à manutenção da autonomia, à saúde mental e física, à socialização e à inclusão de seus usuários idosos.

Isso implica uma reavaliação das práticas pedagógicas e assistenciais para além do ensino formal, incorporando atividades que promovam o bem-estar, a participação social e a qualidade de vida na velhice. A transição para um modelo que abranja o ciclo de vida completo requer a formulação de programas de envelhecimento ativo, atividades de lazer adaptadas e suporte contínuo às famílias, que também envelhecem e podem ter suas capacidades de cuidado reduzidas.

Tradicionalmente focadas no desenvolvimento infantil e adolescente, as APAEs agora se veem diante de uma população que envelhece, demandando programas e estratégias que promovam a qualidade de vida, a autonomia e a participação social na terceira idade. Este estudo busca, portanto, analisar as práticas educacionais desenvolvidas pelas APAEs no Tocantins, observando de que forma elas estão sendo readequadas para acolher e desenvolver pessoas com deficiência intelectual e múltipla em processo de envelhecimento, contribuindo para uma

compreensão mais aprofundada desse cenário e para a formulação de políticas públicas mais eficazes.

4.1 PANORAMA DAS APAES NO ESTADO DO TOCANTINS

O movimento Apaeno, é constituído por um grupo de pessoas que se associam formando Associação de Pais e amigos dos Excepcionais - (Apaes), numa rede que busca melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento em atenção a saúde e educação, nesse engajamento é perceptível a luta pela inclusão da pessoa com deficiência apoio para enfrentamento de seus desafios.

Reconhecida nacional e internacionalmente a Federação Nacional das Apaes, ou Apae Brasil, é a maior rede de defesa e garantia de direitos das pessoas com deficiência intelectual e deficiência múltipla da América Latina. Totalmente sem fins lucrativos, os investimentos são todos voltados ao atendimento dos apaenos, e seu bem estar, contam com apoios de diversas instituições e sociedade civil, tanto nas doações quanto no voluntariado.

O surgimento da Apae ocorreu no ano de 1954, na cidade do Rio de Janeiro. Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla, segue a partir sua consolidação, afirma Assis que:

A emergência da primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, em 1954, abrangendo, ainda, as realizações dos apaeanos no início da década de 1960. Essa instituição, de natureza privada e sem fins lucrativos, deu impulso à organização de uma rede filantrópica no país, voltada para o atendimento de sujeitos nessa condição, desencadeando, já começo dos anos de 1960, a organização da Federação Nacional das Apaes. Bezerra (2020, p.98)

Desde sua fundação, a rede APAE mantém-se sólida e em constante expansão. Os desafios enfrentados ao longo do tempo apenas reforçaram o compromisso de seus integrantes com a causa, sempre em busca de apoiadores e novas estratégias para oferecer um atendimento de qualidade às pessoas com deficiência. Esse crescimento progressivo se estendeu por todos os estados da Federação, alcançando também o Tocantins.

O panorama das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) no Estado do Tocantins é um componente crucial para a compreensão das políticas públicas voltadas ao envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual. Historicamente, as APAEs têm se

dedicado à educação e habilitação de crianças e jovens, configurando-se como pilares de apoio para inúmeras famílias. Contudo, o aumento da expectativa de vida das pessoas com deficiência intelectual, reflexo dos avanços na saúde e na inclusão social, impôs um novo desafio a essas instituições: o envelhecimento de sua população apaeaná.

No Tocantins, o movimento apaeano se iniciou em 1986, em Araguaína, a segunda unidade foi criada em Gurupi, em 22 de fevereiro de 1989 e atualmente a Federação das APAEs do Tocantins (FEAPAES-TO) registra a existência de 31 APAEs no estado (FEAPAES-TO, 2022 apud Assis, 2023). Embora dados precisos sobre o número de alunos idosos especificamente atendidos pelas APAEs no Tocantins sejam de difícil acesso direto em bases públicas gerais, a APAE de Araguaína, por exemplo, relatou mais de 350 estudantes em 2024, indicando o volume de atendimento que essas instituições prestam (Prefeitura de Araguaína, 2024).

Essa realidade numérica, mesmo que parcial, corrobora a relevância da pesquisa sobre políticas públicas para esse público, pois revela um contingente significativo de indivíduos que, outrora crianças e jovens, agora ingressam na fase do envelhecimento, demandando um atendimento que transcendia a perspectiva educacional inicial.

O Tocantins tem 139 municípios em sua Unidade Federativa, destes 45 possuem APAE, o que “abrange” pouco mais de 30% de todo o Estado. Destas instituições 31 tem convênio de atendimento com a Secretaria Estadual da Educação (SEDUC) e as demais 14 não recebem apoio institucional deste ente governamental. O mapa abaixo demonstra a cobertura de atendimento a este público. A figura 6, representa as unidades Estaduais das Apaes no Estado do Tocantins

Figura 6: Mapa Estadual das Apaes no Estado do Tocantins

MAPA DAS APAES NO ESTADO



FEAPAES-TO
Federação das Apaes do Estado



Fonte:<https://apaeto.org.br/menu/mapadasapaestoo>

O panorama da cobertura de atendimento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) no estado do Tocantins revela um cenário complexo e dinâmico, marcado por avanços significativos, mas também por desafios persistentes na garantia de acesso universal e equitativo aos serviços especializados. As APAEs, reconhecidas por sua atuação fundamental na promoção da inclusão e desenvolvimento de pessoas com deficiência intelectual e múltipla, têm expandido sua capilaridade no território tocantinense, buscando atender à demanda crescente por suporte educacional, terapêutico e social.

Ainda que a presença das APAEs se manifeste em diversas regiões do Tocantins, a distribuição geográfica e a abrangência dos serviços oferecidos variam consideravelmente. Em centros

urbanos maiores, a infraestrutura e a diversidade de programas tendem a ser mais robustas, com equipes multidisciplinares e um leque mais amplo de terapias e atividades. Contudo, em municípios menores e áreas rurais, a cobertura pode ser mais limitada, enfrentando obstáculos como a escassez de profissionais especializados, a dificuldade de acesso a equipamentos adequados e a necessidade de deslocamento por parte das famílias, o que pode impactar diretamente a continuidade e a efetividade do atendimento.

A capacidade de atendimento das APAEs no Tocantins é diretamente influenciada por fatores como o financiamento e as parcerias institucionais. A sustentabilidade dessas organizações depende em grande parte de recursos públicos e privados, bem como da articulação com as esferas governamentais para a implementação de políticas públicas que fortaleçam a rede de apoio à pessoa com deficiência. A qualificação dos profissionais, a atualização constante das metodologias pedagógicas e terapêuticas, e a adequação das instalações são elementos cruciais para aprimorar a qualidade dos serviços prestados e, consequentemente, a efetividade da cobertura.

Embora o esforço das APAEs em Tocantins para ampliar sua atuação seja notável, a realidade demonstra a necessidade contínua de estratégias que promovam uma cobertura mais homogênea e abrangente. Isso envolve não apenas a abertura de novas unidades ou a expansão das existentes, mas também a adoção de abordagens inovadoras que considerem as particularidades regionais e as necessidades específicas das pessoas com deficiência e suas famílias. A colaboração intersetorial, o fortalecimento da rede de apoio e a sensibilização da sociedade civil são pilares essenciais para que o estado do Tocantins possa, de fato, assegurar uma cobertura de atendimento plena e de qualidade para todos os indivíduos com deficiência que dela necessitam.

Castro (2018), apresenta que a transição etária dos usuários das APAEs para a velhice exige que as políticas públicas e as práticas institucionais se adaptem para oferecer suporte contínuo e adequado. Isso inclui a garantia de direitos previstos em legislações como o Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), que preconizam a inclusão social, a saúde integral e a qualidade de vida em todas as fases da vida. O cenário tocantinense reflete um desafio nacional: a necessidade de desenvolver e implementar programas de envelhecimento ativo, lazer adaptado, cuidados em saúde e suporte familiar que respondam às necessidades específicas dessa população. Assim, a pesquisa de políticas públicas para esse público apaeano torna-se imperativa, não apenas para mapear as ações existentes, mas para identificar lacunas, propor melhorias e subsidiar a formulação de

estratégias que garantam um envelhecimento digno e participativo para as pessoas com deficiência intelectual nas APAEs do Tocantins.

4.2 PERFIL DAS PESSOAS EM PROCESSO DE ENVELHECIMENTO ATENDIDAS PELAS APAES INVESTIGADAS: QUANTOS SÃO, FAIXA ETÁRIA, TIPOS DE DEFICIÊNCIA, TEMPO DE ATENDIMENTO, NECESSIDADES PERCEBIDAS

Castro, (2018) afirma que o crescente número de pessoas com deficiência intelectual atingindo a velhice nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) do Tocantins representa um desafio contemporâneo que exige um olhar aprofundado sobre o perfil desse público. A longevidade, antes uma realidade pouco comum para indivíduos com deficiência intelectual, agora é uma constante, demandando que as instituições e as políticas públicas se adaptem a essa nova realidade. Embora dados demográficos precisos sobre o número exato de pessoas em processo de envelhecimento atendidas especificamente pelas APAEs no Tocantins ainda sejam difíceis de serem compilados de forma unificada, sabe-se que as 31 APAEs presentes no estado (FEAPAES-TO, 2022 apud Assis, 2023) atendem a um universo significativo de pessoas com deficiência intelectual e múltipla. A APAE de Araguaína, por exemplo, reportou mais de 350 estudantes em 2024, abrangendo diversas faixas etárias (Prefeitura de Araguaína, 2024). Essa realidade indica que, dentro desse contingente, uma parcela crescente é composta por indivíduos que ultrapassaram a idade adulta jovem e estão ingressando ou já se encontram na terceira idade.

A Revista APAECiência (2015), apresenta o perfil dessas pessoas em processo de envelhecimento heterogêneo. As faixas etárias de "idosos" nas APAEs podem variar, considerando que o envelhecimento para pessoas com deficiência intelectual muitas vezes se inicia mais cedo cronologicamente, com o surgimento de comorbidades e características do envelhecimento precoce. Os tipos de deficiência predominantes são a deficiência intelectual, frequentemente associada a outras condições como síndromes genéticas (ex: Síndrome de Down), deficiências físicas, visuais ou auditivas, e transtornos do espectro autista. O tempo de atendimento nas APAEs para muitos desses indivíduos é longo, representando um vínculo estabelecido desde a infância ou adolescência, o que reforça a necessidade de uma continuidade

nos serviços e um planejamento para as novas fases da vida e a permanência nas APAEs em atividades de convivência.

As necessidades percebidas por esse público em envelhecimento são multifacetadas e vão além do escopo tradicional da educação especial. Elas incluem a necessidade de programas de saúde integral adaptados ao envelhecimento, com foco na prevenção e tratamento de doenças crônicas, e na promoção da saúde mental.

Silveira, Fisher & Olivier (2012) afirma que há uma demanda crescente por atividades que promovam o envelhecimento ativo, a manutenção da autonomia e a participação social, como oficinas de lazer, atividades laborais adaptadas e espaços de convivência. A capacitação de cuidadores e familiares também é fundamental, pois eles próprios estão envelhecendo e podem ter suas capacidades de cuidado limitadas. Além disso, a segurança e a proteção contra a negligência e o abuso se tornam ainda mais prementes, dada a maior vulnerabilidade dessa população idosa. A compreensão aprofundada desse perfil é vital para que as políticas públicas sejam elaboradas de forma mais sensível e efetiva, garantindo um envelhecimento digno e com qualidade de vida para as pessoas com deficiência intelectual atendidas pelas APAEs do Tocantins.

4.3 O ATENDIMENTO E AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS DESTINADAS AO PÚBLICO QUE ENVELHECE NAS APAES DO ESTADO DO TOCANTINS

As APAEs atende prioritariamente: Pessoas com deficiência intelectual; Pessoas com deficiência múltipla (deficiência intelectual associada a outras, como física, sensorial ou transtornos do espectro do autismo) e famílias dessas pessoas, com ações de apoio psicossocial, orientação e inclusão social, e tal atendimento é estabelecido também no Estado do Tocantins. Conforme Carvalho, Gomes & Silva (2017), compreender as práticas educacionais e o atendimento oferecido ao público que envelhece nas Associações de Pais e Amigos dos Expcionais (APAEs) é crucial para aprimorar as políticas e os serviços destinados a essa parcela da população. À medida que a longevidade aumenta globalmente, observa-se também um crescimento no número de pessoas com deficiência intelectual que atingem a velhice, o que impõe novos desafios e demandas às instituições de apoio. Tradicionalmente, as APAEs

focaram seus esforços no desenvolvimento e na educação de crianças e adolescentes com deficiência intelectual. No entanto, o envelhecimento de seus usuários históricos, bem como a chegada de novos idosos com deficiência, exigem uma readequação das metodologias e dos serviços prestados.

Este cenário destaca a necessidade de pesquisas aprofundadas que investiguem como as APAEs têm se adaptado a essa nova realidade demográfica. A análise das práticas educacionais voltadas a esse público deve considerar não apenas as atividades de estimulação cognitiva e motora, mas também a promoção da autonomia, a participação social e a qualidade de vida. Muitos dos currículos e das abordagens pedagógicas originais podem não ser totalmente adequados às necessidades e aos interesses de idosos, que podem apresentar comorbidades relacionadas ao envelhecimento, como declínio funcional e cognitivo, além de alterações sensoriais.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) preconiza o envelhecimento ativo como uma política de saúde, o que implica que as instituições devem oferecer suporte para que o idoso mantenha sua funcionalidade e participação social, independentemente de ter uma deficiência. Portanto, é fundamental examinar a existência de programas específicos, a capacitação dos profissionais para lidar com as particularidades do envelhecimento em pessoas com deficiência intelectual e a integração dessas pessoas em atividades que promovam o bem-estar e a inclusão. A transição da fase adulta para a velhice, para esse público, muitas vezes não é acompanhada pela adaptação dos serviços, resultando em lacunas no suporte e na promoção de uma vida digna e significativa. O próprio Estatuto do Idoso (Brasil, 2003) assegura direitos que abrangem o atendimento especializado e a garantia de uma vida com dignidade, direitos que se estendem, e talvez com maior urgência, às pessoas com deficiência intelectual que envelhecem.

A escassez de literatura específica sobre o envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual no contexto das APAEs, especialmente no Brasil, ressalta a importância de estudos que mapeiem as estratégias adotadas e os desafios enfrentados por essas instituições. A pesquisa deve buscar identificar os modelos de atendimento existentes, as inovações pedagógicas implementadas e os fatores que contribuem para o sucesso ou as limitações dessas iniciativas. A análise crítica das práticas atuais pode fornecer subsídios para a elaboração de diretrizes que garantam um atendimento mais adequado e humanizado, promovendo a participação ativa e o respeito à dignidade da pessoa que envelhece com deficiência intelectual. É imperativo que as instituições revisem suas abordagens para garantir que o envelhecimento com deficiência intelectual seja acompanhado por um suporte contínuo e adaptado, permitindo que esses indivíduos continuem a usufruir de uma vida plena e com propósito.

De acordo com Brasil (2003), as APAEs atuam de forma multidisciplinar em duas grandes áreas, sendo o primeiro o da educação e segundo o referente à saúde.

No que tange a Educação são ofertadas: Educação infantil e especial; Atendimento educacional especializado (AEE). Inclusão escolar em escolas regulares. Alfabetização e letramento. Na área da educação é atendida na forma regular por meio dos convênios com a esferas municipais e estaduais, submetidas ao Conselho Estadual de Educação para funcionamento e seu credenciamento e regularização das certificações conforme etapa ofertada. Em outra vertente também atende um reforço escolar, nas quais os atendidos no contra turno escolar que pode ser inclusive de outra instituição, na Apae complementa com terapias e reforço escolar.

No que diz respeito à saúde, a avaliação e o diagnóstico interdisciplinar são essenciais para direcionar a reabilitação, que pode envolver fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia e psiquiatria, além da estimulação precoce e do acompanhamento da saúde da pessoa com deficiência. Cada unidade da Apae é adaptada às características e potencialidades locais. Sendo uma instituição sem fins lucrativos, é necessário ajustar sua estrutura conforme a realidade da região, especialmente na identificação de profissionais disponíveis. Em cidades menores ou afastadas dos grandes centros, o acesso a especialistas pode ser mais desafiador, ainda que muitos atuem voluntariamente.

De acordo com Carvalho e Silva (2017), após o diagnóstico, é elaborado um plano de atendimento, que geralmente se mantém de forma contínua. As evoluções trazem melhorias significativas na qualidade de vida, sobretudo no aspecto físico. No campo cognitivo, o acompanhamento também deve ser permanente, permitindo o aprendizado de funções que, apesar de terem um progresso mais gradual, representam avanços perceptíveis para as famílias dos atendidos.

Discorrem ainda que a atuação da Apae é fundamental para proporcionar esse desenvolvimento e ampliar as oportunidades das pessoas com deficiência. É essencial que se garanta a esse público assistência social de modo que haja inclusão e a proteção de direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade. Suas principais frentes de atuação incluem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a preparação para o mundo do trabalho, programas de promoção da autonomia e vida independente, além da orientação e acesso a benefícios socioassistenciais.

4.4 DESAFIOS E POTENCIALIDADES IDENTIFICADAS PELAS APAES NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL A ESTE PÚBLICO

Castro (2018) apresenta que, o atendimento educacional a pessoas com deficiência intelectual em processo de envelhecimento nas APAEs do Tocantins é permeado por uma série de desafios e potencialidades que moldam a qualidade da assistência oferecida. Tradicionalmente, as APAEs concentraram seus esforços na educação infantil e juvenil, mas o aumento da longevidade dessa população impõe a necessidade de readequar suas práticas para atender às demandas de uma fase da vida com características distintas.

A Revista APAE Ciência (2015) apresenta que entre os principais desafios identificados, destaca-se a necessidade de revisão e adaptação dos currículos e metodologias pedagógicas. O que era eficaz para crianças e adolescentes pode não ser adequado para adultos e idosos, que podem apresentar declínios cognitivos, físicos e sensoriais relacionados à idade e à própria deficiência . A formação continuada dos profissionais é outro ponto crítico, pois muitos não foram preparados para lidar com as especificidades do envelhecimento e as comorbidades associadas.

Brasil (2015), afirma que, infraestrutura física das APAEs também pode ser um desafio, uma vez que muitas não foram projetadas para atender às necessidades de acessibilidade de idosos, que podem ter mobilidade reduzida ou outras limitações físicas. Além disso, a escassez de recursos financeiros e a fragilidade das redes de apoio intersetoriais (saúde, assistência social) dificultam a oferta de um atendimento integral que abranja as múltiplas dimensões do envelhecimento Há, ainda, o desafio de combater o capacitismo e o idadismo, que podem levar à invisibilização ou subestimação das capacidades e necessidades dessa população idosa com deficiência intelectual.

Silveira, Fisher & Olivier (2012) contudo, afirmam que apesar dos desafios, existem inúmeras potencialidades no atendimento educacional a este público. A principal delas reside no vínculo já estabelecido e no conhecimento prévio que as APAEs possuem de seus usuários, muitas vezes desde a infância. Esse histórico de relacionamento e de conhecimento individualizado permite um planejamento de atendimento mais personalizado e contínuo.

(Cipolla & Lopes, 2012), afirma que as APAEs, com suas equipes multidisciplinares (pedagogos, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, assistentes sociais), possuem a estrutura humana para desenvolver programas que promovam o envelhecimento ativo, a

manutenção da autonomia e a participação social. Isso pode incluir oficinas de estimulação cognitiva, atividades motoras adaptadas, programas de lazer e socialização, e o desenvolvimento de habilidades para a vida diária. A interação com as famílias é outra potencialidade, pois elas são parceiras fundamentais no cuidado e na promoção do bem-estar dos idosos. A criação de redes de apoio com outras instituições e a busca por parcerias com o poder público para a implementação de políticas mais abrangentes são também caminhos promissores para superar os desafios e maximizar as potencialidades, garantindo um envelhecimento digno e com qualidade de vida para as pessoas com deficiência intelectual nas APAEs do Tocantins.

As Escolas conveniadas com o atendimento da rede, este convênio é necessário quando a educação básica, pois essa oferta. Educação Básica: Ensino Fundamental e/ou Médio, em caráter regular ou especializado.

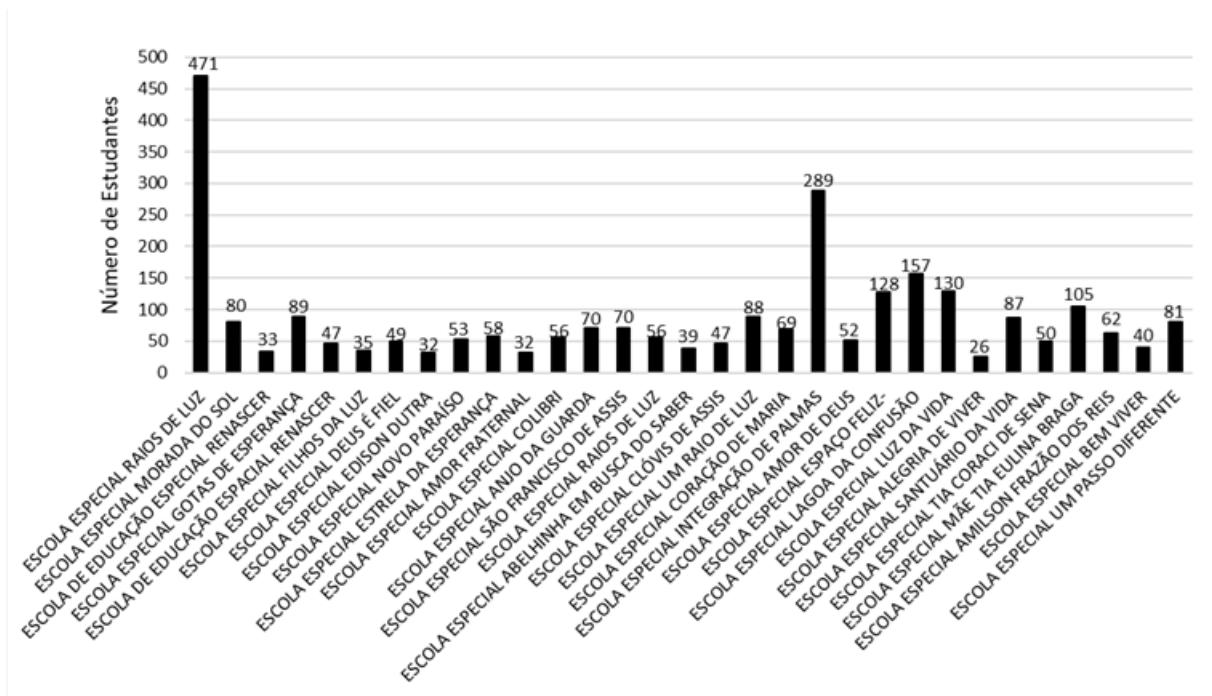
O convênio garante professores que podem ser pagos com recursos do convênio. e a possibilidade de custeio de profissionais de apoio (como cuidadores, terapeutas, intérpretes de Libras). também garantido o repasse de recursos públicos para custear por meio do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, regulamentada pela Portaria, SEDUC Nº 16 de 4 de janeiro de 2023. A portaria estabelece os critérios de repasse, por aluno devidamente matriculado, às unidades executoras do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.

Com base na figura 04 e 05, que o Estado do Tocantins no ano de 2023, possuía 45 unidades das APAES, sendo que 31 unidades são conveniadas ao Estado, tendo 2.681 matrículas no ano. Sendo que as 14 unidades das APAES eram sem convênio com a rede pública estadual do Tocantins, com 557 matrículas. Somando as duas categorias tem um total de 3.238 matrículas, vale destacar que o Estado do Tocantins tem 139 municípios.

Vale destacar que o gráfico 04 é relação das escolas especiais das APAEs conveniadas com o Estado do Tocantins, das 31 unidades conveniadas com o Estado do Tocantins, 25 unidades têm entre 26 a 100 matrículas, obtendo maior representação. Sendo que as Escolas Especial Lagoa da Confusão; Escola Especial Luz da Vida; e a Escola Especial Espaço Feliz e Escola Especial Mãe Tia Eulina Braga possuem entre 101 a 157 matriculados. Nesse contexto, a Escola Especial Raios de Luz teve maior quantidade de matrículas, com 471 estudantes, e a Escola Especial Integração de Palmas com 288 matrículas, tendo a segunda maior representação. Somando as duas escolas em destaque tem percentual de 28,3% das das escolas

especiais das APAES conveniadas com o Estado do Tocantins, e obtendo 23,3% dos dois tipos de unidades da APAES, ou seja, com convênio pelo Estado, ou sem convênio.

Gráfico 4-Relação das Escolas Especiais das APAES conveniadas com o Estado do Tocantins.



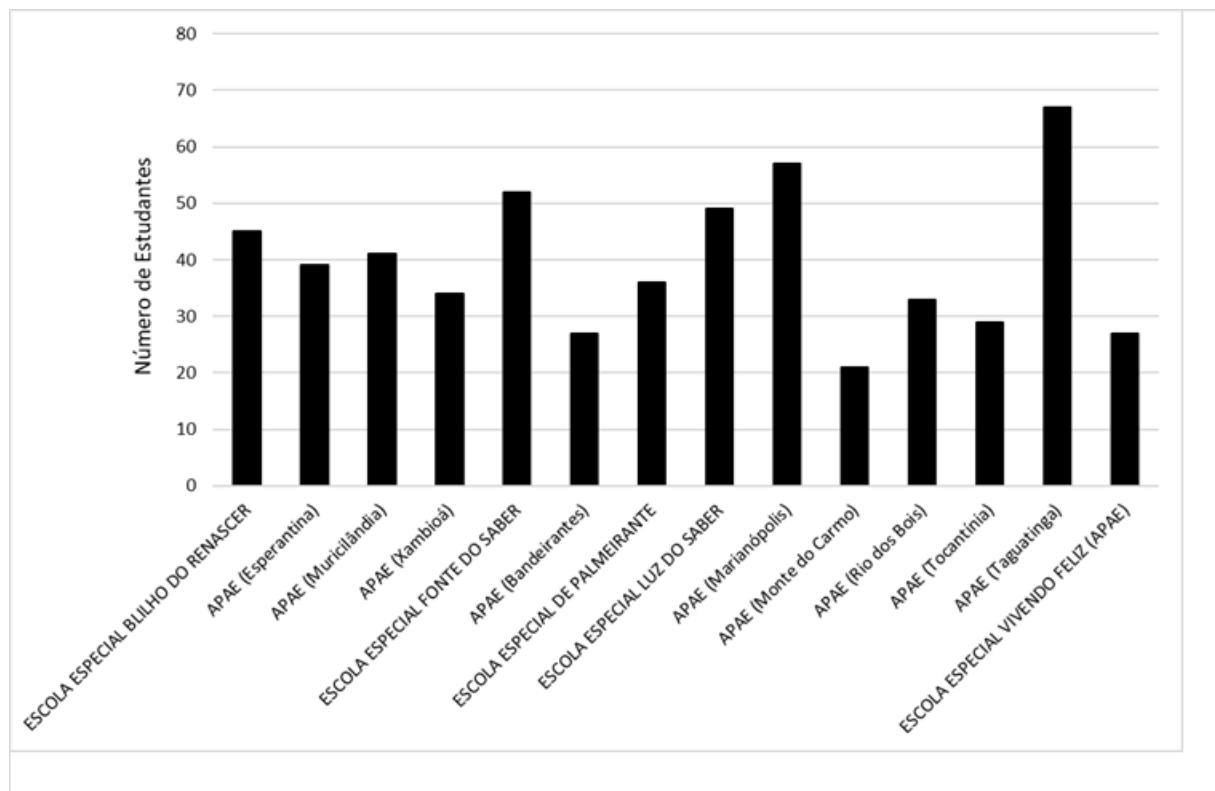
Fonte: O autor

O gráfico 04, apresenta as Escolas Especiais das APAES não conveniadas com o Estado do Tocantins. Observa-se de maneira geral que todas as unidades acima de 20 matriculados, tendo maiores quantidades de estudantes matriculados a Escola APAE de Taguatinga, com 67 estudantes, a APAE de Marianópolis com 57 estudantes e a Escola Especial Fonte do Saber possui 52 estudantes. Somando as três escolas em destaque tem percentual de 31,5% das das escolas especiais das APAES sem convênio com Estado do Tocantins, e obtendo 5,4% dos dois tipos de unidades da APAES, ou seja, com convênio pelo Estado, ou sem convênio. Vale frisar que as escolas especiais das APAES conveniadas com o Estado do Tocantins representam um percentual de 82,7% das 45 unidades das APAES.

As escolas estaduais conveniadas com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) oferecem a Educação Básica no ensino regular, contemplando as etapas do Ensino Fundamental e Médio. Essa oferta ocorre, na maioria das vezes, por meio de convênios firmados com as redes estaduais e municipais de ensino. As unidades escolares, em geral, são devidamente regulamentadas de acordo com as diretrizes do Conselho Estadual de Educação,

responsável pela emissão das certificações necessárias. Destaca-se, nesse contexto, o convênio com a rede estadual, que abrange um total de 31 unidades escolares.

Gráfico 05: Relação das Escolas Especiais das APAES não conveniadas com o Estado do Tocantins.



Fonte: O autor

Os estudantes atendidos pelas APAEs apresentam, em sua maioria, condições que comprometem e limitam seu desenvolvimento global. É justamente nesse aspecto que a atuação dessas instituições se mostra essencial, ao oferecer suporte educacional aliado a terapias multidisciplinares que contribuem para o desenvolvimento contínuo desses alunos. Um dado relevante é a presença de turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que demonstra que esses indivíduos, apesar de historicamente contarem com alguma forma de atendimento, permanecem no sistema sem conseguir concluir seus estudos. Isso evidencia a urgência de uma política pública permanente de assistência, capaz de considerar as especificidades e a continuidade das necessidades desse público.

São tantos desafios, nas quais faltam profissionais especializados (como intérpretes de Libras, instrutores de Braille, psicopedagogos), principalmente em municípios menores. Apesar de

existir legislação sobre a tecnologias assistivas, não atendem de maneira plena, é sempre minimamente.

Sobre a infraestrutura física, são poucas salas de recursos que possuem todos os aparelhos necessários e quanto a adaptação com rampas, barras, banheiros acessíveis cadeiras, na maioria das salas tudo é feito com baixo custo.

Outro fator que leva à segregação, muitas famílias precisam recorrer à Justiça para garantir vaga, atendimento adequado ou presença de profissionais de apoio, por não estarem disponíveis em sua forma plena. Isso evidencia a negligência do poder público e a não efetivação dos direitos já garantidos em lei.

Falta de articulação intersetorial, ausência de integração entre educação, saúde, assistência social e famílias prejudica a abordagem integral das necessidades do estudante. Crianças e adolescentes que dependem de terapias, diagnósticos ou assistência social frequentemente têm o acompanhamento escolar prejudicado.

Descontinuidade no acompanhamento da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com deficiência participam de turmas da EJA, mas não conseguem progredir ou concluir os estudos por falta de adaptações e metodologias específicas. Isso perpetua o ciclo de exclusão e invisibilidade, mesmo com presença escolar. A partir da conclusão aqueles que não conseguem ir além de curso técnico ou superior, ficam com sentimento de inconclusão, quais seriam as assistências educacionais para que sinta a continuidade na sua evolução.

5 ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA PESSOAS QUE ENVELHECEM NAS APAES DO TOCANTINS

A análise das políticas públicas educacionais destinadas a pessoas que envelhecem nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) do Tocantins assume uma importância crucial no contexto atual de aumento da longevidade e da crescente demanda por serviços adequados a essa população específica. De acordo com Carvalho, Gomes & Silva, (2017), o envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual é um fenômeno relativamente recente, e as instituições que historicamente atendiam crianças e jovens necessitam reavaliar e adaptar suas metodologias e serviços para garantir um atendimento contínuo e de qualidade ao longo da vida. No Tocantins, a compreensão de como as diretrizes nacionais e estaduais são traduzidas em práticas educacionais dentro das APAEs é fundamental para identificar lacunas, desafios e boas práticas.

Brasil (2008) e (2015) aponta que a legislação brasileira, como o Estatuto do Idoso (Brasil, 2003) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, estabelece uma série de direitos e garantias para idosos e pessoas com deficiência, incluindo o acesso à educação ao longo da vida. Contudo, a efetivação desses direitos em contextos específicos, como o das APAEs do Tocantins, requer um olhar atento sobre a implementação das políticas. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva já apontava para a necessidade de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, incluindo o aprendizado ao longo de toda a vida. No entanto, a aplicação dessas diretrizes a indivíduos com deficiência intelectual que envelhecem nas APAEs ainda é um campo que demanda investigação aprofundada.

A pesquisa sobre as políticas públicas educacionais neste cenário tocantinense deve considerar diversos aspectos, como a existência de programas pedagógicos específicos para idosos com deficiência intelectual, a formação e capacitação dos profissionais que atuam nessas instituições para lidar com as particularidades do envelhecimento e da deficiência, e a articulação entre as APAEs e outras redes de apoio (saúde, assistência social) para garantir um atendimento integral. A Lei nº 2.977/2015, que institui o Plano Estadual de Educação do Tocantins, embora não detalhe especificamente o público idoso com deficiência intelectual nas APAEs, estabelece metas e estratégias para a educação especial e a educação de jovens e adultos (Tocantins, 2015). A análise dessas metas e de sua aplicação prática é essencial para verificar a adequação das políticas às necessidades desse grupo.

Ademais, a análise deve explorar como as APAEs no Tocantins têm enfrentado os desafios relacionados à sustentabilidade dos programas para idosos, à captação de recursos e à colaboração com o poder público para o desenvolvimento de ações eficazes. A escassez de

dados específicos sobre o atendimento e as práticas educacionais para pessoas que envelhecem nas APAEs do Tocantins torna a pesquisa ainda mais relevante, pois pode fornecer subsídios para a formulação de políticas mais assertivas e para o fortalecimento do papel dessas instituições na promoção de um envelhecimento ativo, digno e com qualidade de vida para as pessoas com deficiência intelectual no estado.

5.1 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS E ESTADUAIS (TOCANTINS) DE EDUCAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUA INTERFACE COM O ENVELHECIMENTO

De acordo com Brasil (1996) a educação inclusiva, um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988, tem sido o norte das políticas públicas federais de educação para pessoas com deficiência no Brasil. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96) já sinalizava a inclusão da Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis de ensino, buscando a superação de modelos segregacionistas.

Contudo, foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada em 2008 pelo Ministério da Educação, que consolidou as diretrizes para a garantia do acesso, permanência e participação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares. Este documento ressalta a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como um serviço complementar ou suplementar à escolarização (MEC/SEESP, 2008). A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015) veio a reforçar e detalhar essas prerrogativas, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e o aprendizado ao longo de toda a vida para as pessoas com deficiência, com foco na eliminação de barreiras e na promoção da autonomia (Brasil, 2015). Essas políticas federais servem como base para a atuação dos estados e municípios na construção de seus próprios marcos regulatórios e programas.

No Estado do Tocantins, as políticas públicas de educação para pessoas com deficiência ecoam as diretrizes federais, buscando adaptar e implementar os princípios da inclusão à realidade

local. O Plano Estadual de Educação do Tocantins (Lei nº 2.977/2015) incorpora metas e estratégias para a garantia de uma educação de qualidade para todos, incluindo a ampliação do acesso e permanência de estudantes com deficiência (Tocantins, 2015). A Resolução nº 019/2024 do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, por exemplo, estabelece normas complementares que regulamentam o acesso, a permanência e o direito à aprendizagem dos estudantes da Educação Especial no Sistema Estadual de Educação, reafirmando o atendimento educacional especializado e a inclusão em classes comuns do ensino regular (CEE/TO, 2024). Além disso, o estado tem sancionado leis específicas, como a Lei nº 4.107/2023, que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e a Lei nº 4.099/2023, que torna obrigatória a disponibilização de cadeiras adaptadas em estabelecimentos de ensino, demonstrando o esforço em atender às particularidades de diferentes deficiências (Tocantins, 2023).

É importante destacar que embora as políticas públicas busquem abranger a totalidade da população, as especificidades do envelhecimento de pessoas com deficiência, principalmente aquelas atendidas pelas APAEs, muitas vezes se encontram diluídas em legislações mais amplas.

A tabela a seguir apresenta as principais políticas públicas educacionais que impactam a vida de pessoas que estão envelhecendo nas APAEs, considerando a transversalidade da educação, da inclusão e do idoso.

Quadro 2 – Instruções Normativas

| Política Pública Educacional | Autoria/Órgão Responsável | Ano | Abrangência e Relevância para o Público |
|--|--|------------|---|
| Constituição Federal do Brasil | Assembleia Nacional Constituinte | 1988 | Estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, promovendo a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Fundamenta o direito à inclusão. |
| Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394 | Congresso Nacional | 1996 | Dispõe sobre o direito à educação, incluindo a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis e etapas de ensino, e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para aqueles que não tiveram acesso à educação na idade própria. Permite a oferta de educação para adultos e idosos com deficiência. |
| Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741 | Congresso Nacional | 2003 | Garante direitos fundamentais à pessoa idosa (a partir de 60 anos), incluindo o direito à educação, cultura, esporte e lazer. Relevante para assegurar a continuidade do aprendizado e a participação social dos idosos com deficiência. |
| Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva | Ministério da Educação (MEC) / Secretaria de Educação Especial (SEESP) | 2008 | Documento norteador que estabelece as diretrizes para a educação inclusiva no Brasil, com foco na garantia do acesso, permanência e participação de alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação no ensino regular. Fundamental para as adaptações pedagógicas na EJA e no atendimento em APAEs. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 13.146 | Congresso Nacional | 2015 | Assegura e promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Reforça o direito à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades, com foco na eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas e comunicacionais, sendo crucial para a adaptação da EJA e das práticas nas APAEs para o envelhecimento. |
| Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Plano Viver sem Limite) | Presidência da República / Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência | 2011 (revisado em 2023 com o Novo Plano Viver Sem Limite) | Conjunto de ações e programas que visam promover a inclusão das pessoas com deficiência em diversas áreas, incluindo a educação. Embora não seja exclusivo para idosos, suas ações em acessibilidade e formação de professores beneficiam diretamente este público. |
| Política de Atenção Integral e Integrada para as Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla da Rede APAE | Federação Nacional das APAEs (FENAPAES) | 2011 | Documento interno da Rede APAE que orienta as ações e serviços prestados, buscando integrar e articular as diferentes políticas públicas para garantir a defesa de direitos e o acesso à cidadania. Embora seja uma política institucional, ela se alinha e busca implementar as diretrizes das políticas públicas governamentais, adaptando-as para o contexto das APAEs e para a longevidade de seus usuários. |

Fonte: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/alunos-com-transtornos>

De acordo com Brasil (2003), a interface dessas políticas com o envelhecimento da pessoa com deficiência representa um desafio e uma área em constante evolução no cenário das políticas públicas. Com o aumento da expectativa de vida da população em geral e, consequentemente, das pessoas com deficiência, torna-se premente que as políticas educacionais considerem as especificidades do processo de envelhecimento.

O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) já assegura o direito à educação para a pessoa idosa, mas a intersecção com a deficiência demanda uma abordagem mais complexa e intersetorial. Veras (2009) aponta que o envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual, por exemplo, traz consigo demandas educacionais e de suporte diferenciadas, que exigem a continuidade de programas de desenvolvimento de habilidades, inclusão social e preparação para a vida adulta e o trabalho, mesmo em fases mais avançadas da vida. As políticas federais e estaduais precisam, portanto, não apenas garantir o acesso à educação formal na idade regular, mas também promover a educação continuada e o suporte ao longo da vida para que as pessoas com deficiência possam envelhecer com dignidade, autonomia e participação plena na sociedade, integrando a educação, a saúde e a assistência social de forma coesa e efetiva.

5.1.1 Leis, decretos, portarias e planos relevantes

O funcionamento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) no Tocantins, e o delineamento da Educação Especial no estado, são profundamente moldados por um conjunto interligado de resoluções e documentos normativos. Essa base legal e regulatória não apenas direciona as práticas pedagógicas e assistenciais, mas também busca garantir a consonância com as diretrizes nacionais de inclusão, conforme preconizado pela literatura especializada.

A evolução da Educação Especial no Brasil, e por extensão no Tocantins, reflete um movimento de superação do modelo segregacionista para a busca de uma educação mais inclusiva. Como destaca Mantoan (2003), "A inclusão não significa apenas a inserção física do aluno com deficiência na escola regular, mas a transformação da escola para que ela se torne um espaço de acolhimento e desenvolvimento para todos." Nesse contexto, as APAEs, embora historicamente ligadas ao atendimento especializado, têm se adaptado para atuar em sintonia com os princípios da educação inclusiva, complementando a rede regular de ensino. Essa adaptação é crucial para que o estado atenda às demandas da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), documento basilar que

estabelece diretrizes gerais e orienta a implementação de sistemas educacionais inclusivos.

A legislação tocantinense sobre a Educação Especial demonstra uma clara consonância com os marcos legais e políticos federais, buscando a integração e o fortalecimento do atendimento às pessoas com deficiência. Em âmbito estadual, a Instrução Normativa de Nº 4, de 21 de janeiro de 2025, que regulamenta o perfil, atribuição e lotação do Profissional de Apoio Escolar Especial e Inclusão, reflete a preocupação em garantir o suporte necessário para a efetivação da inclusão nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino. Essa norma se alinha com a perspectiva da educação inclusiva ao prever a presença de profissionais qualificados para atender às especificidades dos estudantes.

Adicionalmente, a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, é replicada e complementada em nível estadual, evidenciando a importância do AEE como um pilar da educação inclusiva. No Tocantins, a Resolução de Nº4, de outubro de 2009, ratifica a diretriz do AEE, fornecendo as orientações operacionais para sua implementação nas escolas.

A Resolução do Conselho Estadual de Educação de Nº 19, de 16 de janeiro de 2024, que estabelece normas complementares para o acesso, permanência e direito à aprendizagem dos estudantes da Educação Especial no Sistema Estadual de Educação do Tocantins (SEE/TO), dialoga diretamente com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). O Estatuto da Pessoa com Deficiência é um marco fundamental que reforça o direito à educação inclusiva e a autonomia da pessoa com deficiência, princípios que a resolução tocantinense busca garantir em seu escopo.

A organização e o funcionamento de centros especializados, como as APAEs e outros serviços de apoio, são fundamentais para complementar a oferta educacional. A Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº 9/2010 fornece orientações para a organização de Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), fundamentando-se em importantes documentos como o Decreto nº 6.949/2009, que ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, e o Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o apoio da União e a política de financiamento do AEE. Essa nota técnica visa garantir que esses centros operem de forma

alinhada com as políticas públicas vigentes, oferecendo suporte qualificado aos estudantes com deficiência.

No Tocantins, a PORTARIA-SEDUC Nº 6.271, de 11 de setembro de 2006, que estabelece parâmetros para implantação, organização e funcionamento do Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP), demonstra a preocupação em oferecer suporte específico para diferentes tipos de deficiência, em conformidade com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

A integração dos esforços das APAEs e do sistema de Educação Especial do Tocantins com o planejamento educacional em nível nacional é essencial. O Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido pela Lei nº 13.005/2014, especialmente sua Meta 4, que busca universalizar para a população de 4 a 17 anos com deficiência o acesso à educação básica e ao AEE, preferencialmente na rede regular, serve como um guia para as ações no estado. Da mesma forma, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao reconhecer a necessidade de adaptação curricular para estudantes com deficiência, reforça o compromisso com a equidade de acesso e aprendizagem.

5.1.2 Programas e ações governamentais existentes

A Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC) tem alguns programas voltados para o atendimento aos alunos das APAEs que têm convênio com o Estado do Tocantins:

Quadro 3 – Relação dos Programas Assistenciais

| | |
|--|---|
| Programa de Atendimento Educacional Especializado (AEE) | A citar as salas de recursos multifuncionais (SR), estão listadas nas escolas públicas estaduais e municipais, as quais, incluem formação de professores na capacitação para o atendimento, montagem, aparelhamento e manutenção dessas salas de atendimento. |
|--|---|

| | |
|---|---|
| Programa BPC na Escola | Garantir o acesso e a permanência na educação dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) com deficiência, de até 18 anos. Este acompanhamento inclui ações de monitoramento de frequência, ações intersetoriais (educação, saúde e assistência social), combate à evasão. |
| Programa Tecnologia Assistiva e Acessibilidade Digital | Promover o uso de tecnologias assistivas no processo de ensino-aprendizagem, nessas ações incluem: Desenvolvimento de softwares e equipamentos adaptados, capacitação de professores, integração com o AEE. |
| Criança Feliz (MDS) | Acompanhamento intersetorial do desenvolvimento infantil. |
| Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência Viver sem Limite | Articula ações em saúde, educação, acessibilidade e inclusão social. |
| Saúde na Escola (PSE) | atendimento de saúde preventiva nas escolas, incluindo triagem para deficiências visuais, auditivas etc. |

Tabela: Programas institucionais para atendimento da educação especial no Tocantins.

São muitos desafios que as famílias enfrentam para terem seus direitos garantidos, o que ratifica a essencialidade que as Apaes promovem, falta de políticas públicas permanentes e integradas. Muitas ações são descontinuadas a cada gestão ou ficam restritas a programas pontuais, a ausência de um planejamento de longo prazo prejudica o acompanhamento e o desenvolvimento integral dos estudantes. A exemplo da revogação ou suspensão de decretos e programas (como o Decreto 10.502/2020) gera instabilidade jurídica e política.

5.2 A PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Vale destacar que a velhice não deve ser considerada como doença, mas como um fenômeno biológico, sendo que com políticas públicas pode aumentar a expectativa de vida. Martins et al (2007), frisa que a partir da articulação do Artigo 18 do Estatuto do Idoso e com avanço das novas políticas públicas dirigidas à pessoa que envelhece em nosso país, sendo que a capacitação dos profissionais da saúde para o cuidado contribuiu para melhorar as questões da qualidade da saúde desse grupo da sociedade, destacando que o país tem Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), Pacto pela Saúde e suas Diretrizes Operacionais para consolidação do SUS, entre outros, com intuito de melhorar essa demanda da sociedade brasileira.

Andrade *et al* (2013), em estudo ligado às Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil, apontam que o acelerado processo de envelhecimento brasileiro vem acontecendo em meio a sérias dificuldades de expansão do sistema de proteção social para todos os grupos etários, em particular para os idosos, situação que também difere do ocorrido nos países desenvolvidos.

Os dados do IBGE de 2022, evidenciam que a população de idosos (60 anos ou mais) no Brasil tem crescido significativamente, apontando para 32,1 milhões de pessoas nesta faixa etária, representando 15,8% da população total, sendo que no período de 2000 a 2023, a proporção de idosos no país quase duplicou, passando de 8,7% para 15,6%, sendo que o total de pessoas com 65 anos ou mais no país é de 22,1 milhões, tendo um percentual de 10,9% da população brasileira. Os dados do IBGE (Censo 2022), a população idosa no Tocantins é de aproximadamente 184.099 mil, representando em torno de 12,2% da população geral do estado, destacando que 101,5 mil têm entre 60 e 69 anos; 55,6 mil têm idade entre 70 a 79 anos; 22,2 mil estão na casa dos 80 anos; e 4,2 mil de 90 a 99 anos.

Esses dados indicam que o país necessitava da promulgação da Lei 10.741 que apresenta o Estatuto do Idoso como um marco na história das políticas públicas, com o propósito de minimizar as questões sociais, econômicas, culturais e demográficas com a efetivação dos seus direitos baseado na lei. Vale considerar que a portaria 2.528/0613 (Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa), tem como finalidade de promover a autonomia e a independência dos indivíduos idosos, buscando medidas coletivas e individuais de saúde, baseado em princípios e

diretrizes do Sistema Único de Saúde para todo cidadão e cidadã brasileiros com 60 anos ou mais de idade.

Levando em consideração a proporção que no Brasil, os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2022, divulgada pelo IBGE, indicam que cerca 8% da população têm algum tipo de deficiência. Com essa proporcionalidade, pode-se afirmar que no Tocantins, cerca de 14.500 acima de 60 anos têm alguma deficiência, e que segundo a Federação Nacional das APAEs (FENAPAES) 3,2% dessa população é atendida pelas APAEs, temos então um número médio de 480 informa pessoas atendidas pelo Movimento APAEANO.

É importante destacar que o acesso e a permanência na APAE dá a esse cidadão que está envelhecendo a possibilidade de realizar ações, que só consegue se estiver integrado nesse espaço que lhe dá oportunidade de exercer ações diversas, como atividades manuais e integradoras.

Tavares et al (2017), revelam que Organização Mundial da Saúde (OMS) diz que o trabalho manual pode influenciar positivamente a saúde do idoso, contribuindo para aumento da força física, redução da hipertensão, redução dos sintomas depressivos, favorece a autopercepção de saúde, entre outros, sendo que o envelhecimento saudável como a adoção de hábitos e comportamentos de mudança do estilo de vida contribuem diretamente para melhorar a qualidade da saúde. Partindo desse ponto de vista, podemos dizer que o trabalho manual desenvolvido nas atividades ao longo da vida é uma das formas de políticas públicas, que normalmente possuem profissionais capacitados que estimulam outros públicos para que tenham ações sociais de orientações voltadas para envelhecimento de modo saudável.

Fraga et al (2025), em estudo sobre as características epidemiológicas de idosos em um hospital Geral do Tocantins, mostram que as internações por causas externas no por faixa etária de (2013-2023), a quantidade total de internação foi de 37.268 mil pacientes sendo que na faixa de 60 a 69 anos foi de 2.854, representando 7,66%, na 70 a 79 anos foi de 1.954, com percentual de 5,24% e na faixa de 80 anos e mais foi de 1.367, obtendo 3,67%, somando a quantidade de paciente essas três faixas representam 6.175, respondendo por 16,67%.

Dessa forma, é notório frisar que as políticas públicas para idosos, seja de iniciativa públicas, privadas, organizações não governamentais é extremamente importante para a garantir os direitos, integração, autonomia e participação ativa na sociedade desta população. Vale destacar que as obtenções de dados quantitativos e qualitativos contribuem para buscar alternativas de

políticas públicas para os gestores, educadores, familiares, e as próprias pessoas que envelhecem.

5.2.1 Conhecimento e acesso às políticas públicas

As políticas públicas voltadas para idosos são extremamente importante para que o país busca medidas que possibilitam garantir os direitos e promover um envelhecimento saudável e ativo, sendo que o Estatuto do Idoso tem a garantia de acesso universal e igualitário à saúde, discriminação e violência, e além de promover o envelhecimento saudável para o idoso.

Camacho & Coelho (2010), retratam as questões econômicas e sociais sofridas pelo idoso estão ligados às questões básicas como solidariedade e dificuldade de inserção social; onde a família é responsável por cuidar da pessoa idosa, por outro lado, o abrigamento asilar só deve ocorrer no caso de completa ausência de parentes ou como medida preventiva para garantir a sobrevivência da pessoa idosa.

Cruz et al (2020), em estudo sobre dificuldades do acesso aos serviços de saúde entre idosos não institucionalizados entre novembro de 2016 a fevereiro de 2017, mostram que dos 384 idosos que participaram desta avaliação, mostrou que 263 (66,8%) eram do sexo feminino, 263 (66,8%), sendo que maior na faixa etária com maior contingente foi entre 60 e 79 anos 302 (76,6%), com média de idade de 73,9, verificando que 348 (88,3%) idosos não possuíam cuidador, e que 81 (71,3%) eram hipertensos; 189 (48,0%) referiam doenças osteoarticulares, onde que os serviços de saúde mais procurados foram as Estratégias Saúde da Família 259 (65,7%), seguido do Pronto Atendimento Público 188 (47,7%), sendo que o registro de internações foi feito por 122 (17,8%) idosos. Dessa forma, é necessário que o poder público reduza as dificuldades do acesso aos serviços de saúde entre idosos, adotando melhor visibilidade e qualidade no atendimento.

Serra & Furtado (2016), os idosos na EJA, mostram que é uma política de educação inclusiva, devido ao crescimento demográfico, aumento da expectativa de vida no Brasil e, sobretudo, pela necessidade de propostas educacionais voltadas para a educação ao longo da vida, mediadas pela garantia dos direitos à educação, é importante a visibilidade do sujeito idoso na EJA, porém embora contemplado nessa modalidade de ensino, na prática observamos a ausência de uma política de educação, onde ofereça aos idosos o reconhecimento das suas

necessidades e peculiaridades no processo educativo dos espaços escolares e não escolares. Nesse sentido, observamos que é necessário buscar mudança nas políticas públicas daquelas que já existem também, com intuito de garantir valorização, com elaboração de propostas que tenham melhor acesso a conhecimento sobre as políticas públicas.

Lima *et al* (2020), em estudo ligado ao conhecimento e atitude sobre a diabetes tipo 2 em idosos, que no Brasil estima-se que tem 6,2% da população com 18 anos ou mais de idade referiram diagnóstico médico de diabetes, tendo maior prevalência na faixa etária de 65 a 74 anos e para aqueles que tinham 75 ou mais anos de idade chegou a 19,6%, observou-se que quando maior conhecimento em relação ao tratamento da diabetes de idosos, que o bom conhecimento e a atitude positiva estão associados à idade igual é maior que 70 anos e ser ativo fisicamente. Vale ressaltar, que os resultados positivos podem estar relacionados com atitude política do setor de saúde pública, partindo de profissionais envolvidos que conscientizaram e passaram informações necessárias ao autocuidado, tratamento e prevenção do diabetes, observando que conhecimento sobre os tratamentos dessa doença a partir da implementação de políticas públicas contribuem para minimizar os problemas ligados aos assuntos de saúde em idosos.

5.2.2 Avaliação da adequação e suficiência das políticas

A verdadeira inovação nas políticas públicas educacionais reside na capacidade de integrar as perspectivas do envelhecimento e da deficiência. Isso significa reconhecer que idosos com deficiência não são um grupo homogêneo e que suas necessidades educacionais podem variar amplamente. É preciso desenvolver estratégias que considerem as especificidades de diferentes tipos de deficiência (física, sensorial, intelectual, psicossocial) em conjunto com os desafios e oportunidades do processo de envelhecimento.

Políticas eficazes devem promover a acessibilidade universal de forma a garantir que todos os ambientes educacionais, materiais didáticos e tecnologias sejam acessíveis para pessoas de todas as idades e habilidades. Além da necessidade de capacitar professores e demais profissionais da educação para lidar com a diversidade de alunos, incluindo idosos e pessoas com deficiência, desenvolvendo competências em pedagogia inclusiva e gerontologia educacional.

Ainda neste escopo, faz-se necessário criar currículos que possam ser ajustados às necessidades individuais, promovendo a autonomia e o desenvolvimento de habilidades relevantes para a vida adulta e o envelhecimento e o fomento de parcerias entre os setores da educação, saúde, assistência social e previdência para oferecer um suporte integral aos idosos com deficiência e suas famílias. Outro ponto importante é o desenvolvimento de ações que desafiem estereótipos e preconceitos relacionados à idade e à deficiência, promovendo uma cultura de respeito e valorização da diversidade.

Pereira et al (2017), consideraram que o processo de envelhecimento fragiliza o indivíduo e compromete sua independência e autonomia, sendo que deve ter maior atenção à saúde do idoso, garantindo autonomia conforme assegurado no Estatuto do Idoso e nas políticas que orientam o Sistema Único de Saúde, onde avaliação avaliação da adequação e suficiência das políticas deve estar contextualizada, e que deve considerar as peculiaridades locais, buscando medidas de percepção, nas ações de gestão de mecanismos para superar as adversidades administrativas.

Pedraza et al (2018), retratam que a saúde do idoso é considerada área estratégica da atenção básica que tem na Estratégia de Saúde da Família (ESF), tendo perante a lei nível assistencial preferencial de acesso ao cuidado do idoso pelo SUS, porém na realidade estudos mostram que faltam profissionais capacitados de prestação de assistência aos idoso, ou seja tem muitos profissionais atuantes na ESF não têm capacitação específica nesta faixa etária, sendo que a partir da opinião de usuários idosos sobre a oferta, acessibilidade e utilização, mostram-se relevantes ao identificar a necessidade de adequar os serviços às necessidades específicas dos idosos. Dessa forma, podemos considerar que existem limitações de profissionais capacitados e possuem limitações na acessibilidade organizacional.

Branco et al (2024), frisam que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tem normativas que define atendimento destinados a moradia, saúde, alimentação e convivência social de pessoas idosas que não possuem vínculo familiar adequado ou condições de prover a própria subsistência, sendo que conforme a Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 502/2021, tem o desafio de garantir padrões de qualidade na prestação desses cuidados. Nesse contexto, devem ser discutidas avaliação da adequação e suficiência das políticas para suprir diversidades quanto aos acessos, necessidades e realidades de pessoas idosas, fazendo parceria público-privadas para maximizar os recursos, aumentar a capacidade técnica assistencial.

5.3 A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NAS APAES DO TOCANTINS: ENTRE O PREVISTO E O REALIZADO

A efetividade dessas práticas educacionais e de apoio no cenário das APAEs tocantinenses depende não apenas da boa vontade e do esforço das instituições, mas também de um sólido arcabouço de políticas públicas e de investimentos que reconheçam as especificidades desse envelhecimento. A articulação entre educação, saúde e assistência social é fundamental para garantir que os direitos desses idosos sejam plenamente assegurados, promovendo um envelhecimento digno e com participação ativa na comunidade (Brasil, 2015). O desafio reside em adaptar as práticas existentes e criar novas abordagens que considerem a heterogeneidade do envelhecimento em pessoas com deficiência intelectual, assegurando que o foco no desenvolvimento e na inclusão permaneça uma prioridade em todas as fases da vida.

Vale analisar que Implementação das Políticas Educacionais nas APAEs do Tocantins estão ligados diretamente aos movimentos de articulações das propostas nacionais para a educação especial, é necessário a mobilização e os embates para direcionamento das ações da política de Educação Especial que é esperado pela sociedade, sendo que extremamente importante garantia de atenção a especificidade da população da Educação Especial, ocorrendo também direitos sociais de todo o cidadão na área da Educação Especial. Todavia, é importante dizer que cada municípios que tenham APAEs no Tocantins devam buscar alternativas contextualizadas para ter novas matrículas de estudantes superar as barreiras para a permanência na escola dos estudantes que já estão nas unidades, sendo que a gestão não devam pensar somente na inclusão, mas também a inserção dentro da sociedade, obtendo os direitos com base nas leis.

O Estado do Tocantins tem buscado Implementação das Políticas Educacionais nas APAEs do Tocantins, aumentado significativamente as quantidades de unidades, contribuindo para a política de inclusão, os movimentos partidos pelos familiares, poder público e iniciativas privadas, entre outros, tem sido importante para articular ações para visar o direito para combater as falhas que tiveram ao longo dos anos através de formulações de políticas sociais. Nesse contexto, as APAEs do Tocantins deve buscar ações que aumentam os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, buscando ampliar os repasses na Educação Especial que é oferecidas

através das parcerias do poder federal, estadual, municipal e de instituições comunitárias, filantrópicas, confessionais, sem fins lucrativos.

Vale considerar que em sua maioria as APAEs do Tocantins possuem salas de recursos multifuncionais com intuito de melhorar o atendimento educacional especializado, para os estudantes que possuem deficiência, baixas habilidades, entre outros transtornos. Todavia é necessário que tenham melhor estrutura física e docentes, e que estimula a criação de mais APAEs em outros municípios com profissionais das áreas de saúde, médicos, psicologia, assistência social, pedagogia e psicologia para os desempenho dos estudantes, principalmente com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. É preciso destacar que as estruturas dos espaços físicos, materiais e transportes tem contribuindo para garantir o acesso e a permanência dos(as) estudantes(as) com deficiência, sendo oferecido transporte acessível e da disponibilização de material didático adaptados, porém ainda sim os recursos financeiros que existem não é suficientes para suprir a demanda.

É fato que o Braille e educação bilíngue LIBRAS/Língua Portuguesa, tem sido colocado em prática em algumas unidades, porém a uma grande demanda de profissionais na segunda língua, por esse motivo as unidades precisam aprimorar essa demanda para que os estudantes(as) surdos e com deficiência auditiva tenham melhor desempenho educacional. Vale destacar que os benefícios de programas de renda contribuem diretamente para a permanência dos estudantes. O monitoramento dos estudantes com atendimento educacional especializado, contribuem para a permanência e desenvolvimento escolar dos estudantes, principalmente as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, entre outros. A implementação das políticas educacionais nas APAEs do Tocantins favorecem o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, estabelece condições adequadas para que o estudante tenham melhor capacidade de desenvolvimento da crianças e adolescentes, especialmente em áreas como comunicação, interação social e comportamento.

É necessário discutir recursos que possibilitem melhorias nas aprendizagens e dos processos de ensino educacional de estudantes com deficiência. Nesse sentido, há poucos estudos no Estado do Tocantins em relação ao desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia, e condições de acessibilidade dos(as) estudantes com transtornos globais do desenvolvimento, ou outros tipos de deficiência nas unidades da APAEs. Dessa forma, investimento em pesquisas interdisciplinares é ação de políticas públicas que vão atender as especificidades educacionais de estudantes com deficiência.

Parcerias para ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral é de fundamental importância com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, e com empresas privadas, fortalece a participação da sociedade e familiar na construção do sistema educacional inclusivo. Portanto, a implementação de políticas educacionais nas APAEs envolve de diversas entidades que já foram mencionadas acima, que tem como objetivo garantir o acesso à educação de qualidade para pessoas com deficiência, sendo que a educação inclusiva é um direito baseado na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) e outras legislações que garantem o acesso à educação para todos, independentemente de suas condições.

5.3.1 Barreiras e facilitadores na aplicação das políticas

A educação inclusiva no Brasil, alicerçada por marcos legais significativos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e, mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), tem como premissa a garantia do acesso, permanência e aprendizagem de todos os estudantes, preferencialmente na rede regular de ensino. No Tocantins, essa diretriz se reflete em resoluções e normativas estaduais, como a Resolução CEE/TO nº 019/2024, que complementam a LDBN, estabelecendo normas para o atendimento educacional especializado (AEE) e a inclusão. No entanto, a materialização dessas políticas nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) do Tocantins, instituições historicamente dedicadas à pessoa com deficiência intelectual e múltipla, revela um complexo cenário de avanços e desafios, onde o "previsto" na legislação e o "realizado" na prática frequentemente se distanciam.

As APAEs, embora não sejam o locus principal da inclusão escolar na perspectiva da educação comum, desempenham um papel crucial no atendimento especializado, muitas vezes complementando o ensino regular ou oferecendo suporte educacional a estudantes que, por diversas razões, ainda não estão plenamente inseridos nas escolas comuns, além da educação ao longo da vida, que deve garantir a esse cidadão que tenha acesso a este espaço de integração e de vivências.

A Federação Nacional das APAEs (FENAPAES) preconiza em seu Documento Norteador de Educação e Ação Pedagógica (2017) princípios de defesa de direitos, trabalho em comunidade, promoção da saúde e envelhecimento saudável, apoio à família, apoio à inclusão escolar e inclusão no trabalho, alinhando-se, teoricamente, às políticas nacionais de educação inclusiva. No Tocantins, a Secretaria da Educação (Seduc) reconhece e busca fortalecer o atendimento à Pessoa com Deficiência (PcD), inclusive por meio da atuação conjunta com as APAEs, como evidenciado pela aprovação de leis estaduais que beneficia autistas e deficientes físicos, e pelo atendimento a milhares de alunos em sua rede, incluindo as APAEs (Governo do Tocantins, 2023)

Sinallink (2022), apresenta que contudo, a efetivação dessas políticas enfrenta barreiras multifacetadas. Uma das principais é a barreira atitudinal, manifestada pelo preconceito e estigma ainda presentes na sociedade e, por vezes, nas próprias instituições educacionais. A visão da deficiência como uma tragédia pessoal ou como algo a ser curado, em vez de uma condição a ser acolhida e apoiada, limita as possibilidades de um desenvolvimento educacional pleno.

Bezerra & Antero, 2020 apresenta que essa barreira atitudinal se traduz na falta de formação continuada e adequada dos profissionais da educação para lidar com a diversidade e as especificidades das deficiências. Embora a legislação preveja professores com formação na área, a realidade mostra que muitos educadores nas APAEs e na rede regular carecem de subsídios teóricos e práticos para promover um atendimento educacional especializado eficaz e inovador.

Além disso, a escassez de recursos pedagógicos adaptados e a infraestrutura inadequada em algumas unidades das APAEs no Tocantins representam entraves significativos. Hand Talk (2022) contextualiza que embora a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e outras normativas exijam acessibilidade arquitetônica e de comunicação, a realidade de muitas instituições filantrópicas, que dependem de financiamento público e doações, nem sempre permite a implementação de todas as adaptações necessárias. A falta de materiais didáticos acessíveis, tecnologia assistiva e profissionais de apoio, como intérpretes de Libras ou guias-intérpretes, pode comprometer o processo de ensino-aprendizagem, mesmo diante da intenção de inclusão.

Por outro lado, existem importantes facilitadores que impulsionam a aplicação das políticas educacionais nas APAEs do Tocantins. A Defensoria Pública do Tocantins (2024) expõe que legislação robusta em níveis federal e estadual, como a Lei Brasileira de Inclusão e as resoluções do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, fornece o arcabouço legal para

exigir e promover a educação inclusiva. A rede de colaboração entre as APAEs, o poder público e a comunidade é outro facilitador primordial. A parceria com as Secretarias de Educação e Saúde, bem como o apoio de famílias e voluntários, fortalece a capacidade de atendimento e a busca por recursos.

A dedicação e o comprometimento dos profissionais que atuam nas APAEs, muitos dos quais trabalham com vocação e paixão, são fatores determinantes para a superação das adversidades. A busca constante por capacitação e a troca de experiências entre as unidades, muitas vezes facilitadas pela FENAPAES, contribuem para a melhoria das práticas pedagógicas. A própria demanda das famílias por um atendimento especializado de qualidade também impulsiona as APAEs a se adequarem às políticas e aprimorarem seus serviços, exercendo um papel de advogada pelos direitos das pessoas com deficiência.

Entende-se com isso que, a implementação das políticas educacionais nas APAEs do Tocantins é um processo dinâmico, marcado pela tensão entre o ideal normativo e a realidade operacional. As barreiras, principalmente de ordem atitudinal, de formação profissional e de infraestrutura, desafiam a plena efetivação da inclusão. Contudo, a solidez da legislação, a colaboração interinstitucional e, sobretudo, a paixão e o engajamento dos envolvidos, configuram facilitadores poderosos que, gradualmente, aproximam o "previsto" do "realizado", construindo um caminho mais inclusivo para as pessoas com deficiência no estado.

5.3.2 O papel dos diferentes atores (Estado, Município, APAEs) na efetivação dessas políticas

A complexidade da implementação das políticas educacionais voltadas para pessoas com deficiência no Tocantins, particularmente no contexto das Associações de Pais e Amigos dos Expcionais (APAEs), reside na intrincada teia de responsabilidades e interdependências entre os diferentes níveis de governo – Estado e Municípios – e as próprias APAEs. A efetivação dessas políticas exige uma sinergia que transcende o mero cumprimento de normativas, demandando articulação, fiscalização e, acima de tudo, um compromisso conjunto com a educação inclusiva e a educação ao longo da vida, que garanta esse espaço, não apenas educacional ou de institucionalização, mas um espaço de convivência e de integração.

Segundo o Governo do Tocantins (2023), o Estado do Tocantins, por meio de sua Secretaria de Educação (SEDUC), desempenha um papel crucial na formulação, regulamentação e

financiamento das políticas educacionais. A Resolução CEE/TO nº 019/2024, que estabelece normas complementares para a Educação Especial no estado, é um exemplo claro da atribuição estadual em legislar e orientar o sistema educacional. Além disso, o Estado é responsável pela destinação de recursos para o atendimento educacional especializado (AEE), tanto na rede regular de ensino quanto em convênios com instituições como as APAEs. O desafio reside em garantir que esses recursos sejam suficientes e aplicados de forma eficaz, alcançando as unidades mais distantes e suprindo as demandas específicas de cada aluno. A fiscalização da qualidade do serviço prestado pelas APAEs conveniadas e a promoção da formação continuada dos profissionais, tanto da rede estadual quanto das instituições parceiras, também são responsabilidades estaduais que, na prática, enfrentam gargalos de execução.

Os Municípios, por sua vez, representam a ponta do sistema educacional, sendo os entes federativos mais próximos da realidade local e dos estudantes. Eles são responsáveis pela oferta da educação básica, incluindo a matrícula de alunos com deficiência em suas escolas regulares e, em muitos casos, pelo estabelecimento de convênios com as APAEs para o atendimento especializado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Lei nº 9.394/96, preconiza a responsabilidade municipal pela educação infantil e ensino fundamental, o que se estende ao atendimento inclusivo. No Tocantins, essa articulação entre as Secretarias Municipais de Educação e as APAEs locais é fundamental para identificar as necessidades, encaminhar os alunos e garantir o transporte escolar, quando necessário. Contudo, a capacidade de cada município em efetivar essa parceria varia significativamente, dependendo de fatores como o orçamento disponível, a prioridade política dada à inclusão e a qualificação de suas equipes técnicas (Brasil, 1996). Em muitos casos, a falta de estrutura e de profissionais especializados nos próprios municípios faz com que as APAEs se tornem a principal, senão a única, porta de entrada para o atendimento educacional de pessoas com deficiência, sobrecarregando essas instituições.

As APAEs no Tocantins assumem um papel de relevância ímpar, atuando como instituições complementares e, por vezes, substitutas dos serviços públicos. Elas representam a expertise acumulada ao longo de décadas no atendimento a pessoas com deficiência intelectual e múltipla, oferecendo não apenas o atendimento educacional especializado, mas também terapias, apoio social e familiar. A Federação Nacional das APAEs (FENAPAES), através de seu Documento Norteador de Educação e Ação Pedagógica (2017), orienta as unidades locais a se alinharem às políticas de inclusão, buscando a articulação com a rede regular de ensino e a promoção da autonomia dos indivíduos. No entanto, a sustentabilidade financeira das APAEs,

que depende de convênios, doações e ações filantrópicas, é uma barreira constante para a plena implementação das políticas. A flutuação dos recursos e a burocracia na liberação de verbas estaduais e municipais podem comprometer a manutenção de equipes qualificadas e a aquisição de materiais pedagógicos adequados, levando a uma discrepância entre o que as políticas preveem e o que realmente pode ser ofertado (FENAPAES, 2017).

A efetivação das políticas educacionais nas APAEs do Tocantins é, portanto, um reflexo da qualidade da interação entre esses diferentes atores. Quando há um diálogo contínuo, a partilha de responsabilidades e um compromisso mútuo com a causa da inclusão, o "previsto" na legislação se aproxima do "realizado" na vida dos estudantes. O desafio persistente é superar a fragmentação das ações e promover uma colaboração mais integrada, onde o Estado exerce sua função reguladora e financiadora com eficácia, os Municípios garantam a capilaridade e o atendimento direto, e as APAEs continuem a ser polos de excelência e inovação no atendimento especializado, caminhando juntas para uma educação verdadeiramente inclusiva no Tocantins.

5.4 LACUNAS E DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO CONTÍNUA PARA PESSOAS QUE ENVELHECEM NAS APAES NO CONTEXTO TOCANTINENSE

O avanço da medicina e das condições de vida tem levado a um aumento significativo da expectativa de vida das pessoas com deficiência intelectual, um fenômeno relativamente recente que, embora represente uma conquista social e humanitária, impõe novos desafios às políticas educacionais, especialmente no contexto das APAEs do Tocantins.

Tradicionalmente, o foco da educação para pessoas com deficiência era centrado na infância e adolescência, preparando-as para uma vida adulta que, muitas vezes, era mais curta do que a de seus pares sem deficiência. Contudo, o envelhecimento dessa população trouxe à tona a necessidade premente de garantir o direito à educação contínua, que transcende as fronteiras da escolarização formal e se estende por toda a vida.

A implementação de políticas educacionais que contemplam o envelhecimento da pessoa com deficiência nas APAEs ainda se depara com lacunas e desafios consideráveis. Uma das principais lacunas reside na insuficiência de marcos regulatórios e programas específicos que abordem as necessidades educacionais de idosos com deficiência intelectual. Embora a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) assegure o direito à educação ao longo da vida e o

Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) priorize políticas públicas para esse grupo, a transposição dessas garantias para a prática educacional das APAEs, especialmente para a educação continuada, ainda é incipiente. Muitas vezes, o foco permanece na habilitação e reabilitação, negligenciando a dimensão do aprendizado contínuo para o desenvolvimento pessoal, social e cognitivo na terceira idade .

A Revista APAE Ciência aponta que outro desafio crucial é a escassez de profissionais qualificados para atuar com essa faixa etária específica. O envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual pode vir acompanhado de comorbidades e de um envelhecimento precoce, especialmente em síndromes como a de Down, exigindo conhecimentos específicos sobre gerontologia e deficiência.

A formação de educadores e terapeutas nas APAEs, em geral, não aborda de forma aprofundada as particularidades do envelhecimento, o que resulta em um déficit na oferta de atividades e metodologias pedagógicas adequadas às suas necessidades e potencialidades. A falta de pesquisas e estudos na região sobre o envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual também contribui para essa lacuna na formação e na elaboração de programas.

Além disso, a estrutura física e pedagógica das APAEs no Tocantins, muitas vezes projetada para crianças e adolescentes, pode não ser totalmente adaptada às necessidades de idosos com deficiência. Questões de acessibilidade, conforto e a oferta de atividades que estimulem a cognição, a interação social e a autonomia nessa fase da vida são frequentemente negligenciadas.

A transição da vida escolar para a vida adulta, e depois para o envelhecimento, não é acompanhada por um fluxo contínuo de suporte educacional e social, criando descontinuidades no atendimento e limitando o direito à educação ao longo da vida. A escassez de recursos financeiros, como mencionado em outros contextos, agrava essa situação, dificultando investimentos em infraestrutura e em programas inovadores para o envelhecimento.

O MEC (2024), traz a percepção social e familiar sobre o envelhecimento da pessoa com deficiência também constitui uma barreira. Por vezes, a família, exausta por anos de cuidado, pode não vislumbrar a continuidade da educação como uma prioridade, focando mais nos cuidados de saúde e assistência. A sociedade, em geral, tende a invisibilizar o idoso com deficiência, relegando-o a um papel passivo e desprovido de capacidade de aprendizado. Essa visão restritiva contraria o princípio da educação ao longo da vida, que preconiza que o aprendizado é um processo contínuo e que todas as pessoas, independentemente da idade ou condição, têm direito a novas experiências e conhecimentos.

Em suma, a garantia do direito à educação contínua para pessoas que envelhecem nas APAEs do Tocantins demanda um esforço coordenado e uma reorientação das políticas e práticas. É imperativo desenvolver programas educacionais específicos para essa faixa etária, investir na formação de profissionais especializados em gerontologia e deficiência intelectual, adaptar as infra estruturas e promover uma mudança cultural que valorize o potencial de aprendizado e o desenvolvimento de idosos com deficiência. Somente assim será possível transpor as lacunas e desafios atuais, transformando o "previsto" em uma realidade que assegure a dignidade e a plena participação social para todos, em todas as fases da vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: SÍNTESSES, REFLEXÕES E APONTAMENTOS

O envelhecimento da população é um desafio para todas as esferas da população, e apresenta particularidades ainda mais complexas quando se trata de pessoas com deficiência intelectual, especialmente aquelas assistidas por instituições como as Associações de Pais e Amigos dos Expcionais (APAEs).

Bonatelli et al. (2018) aponta que as políticas públicas, historicamente focadas na infância e adolescência desse público, precisam urgentemente se readequar para contemplar as

necessidades do envelhecer, uma vez que o aumento da expectativa de vida para pessoas com deficiência intelectual é uma realidade.

A síntese das reflexões sobre o tema aponta para a insuficiência das políticas públicas atuais em prover um suporte abrangente e continuado para o envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual nas APAEs.

Tradicionalmente, o foco estava na habilitação e reabilitação, na educação e na inserção social dos jovens e adultos. No entanto, o avanço da idade traz consigo novas demandas, como o manejo de doenças crônicas, a perda de capacidades funcionais e a necessidade de suporte psicossocial adaptado. As APAEs, embora desempenhem um papel fundamental, muitas vezes se veem desamparadas pela ausência de diretrizes claras e financiamento específico para o atendimento geriátrico-paliativo e de convivência de seus usuários velhos.

6.1 RETOMADA SINTÉTICA DOS PRINCIPAIS ACHADOS DA PESQUISA

Trata-se de uma revisão integrativa em relação Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em especial ao Associação de Pais e Alunos dos Especiais (APAE), com base em produções científicas selecionadas de bancos de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scopus, Isi of Knowledge, Scielo, Bireme, que de forma geral correspondem às Ciências da Saúde em Geral (Lilacs, Medline, Cochrane, Scielo, e os portais de periódicos SCOPUS e ISI correspondem áreas especializadas, dentre outras. Foram usado base de dados de Saúde Pública (www.thesis.cict.fiocruz.br) e Teses Fundação Oswaldo Cruz (www.teses.cict.fiocruz.br), foram utilizado também base de dados de informação científica SCIRUS, Scielo Educ@, DOAJ, IRESIE e BBE, entre outros.

Neste estudo, teve-se como objetivo abordar a inclusão das pessoas com deficiência no ambiente social, mostrando que Associação de Pais e Alunos dos Especiais (APAE) requer ações efetivas dos colaboradores, voluntários, do poder público e da sociedade civil, sendo que as pesquisas científicas mostraram que movimento de APAEs no Brasil está presente em todos os estados federativos e em Tocantins em todas as regiões. Observou-se que as APAEs têm contribuído para melhorar o envelhecimento para pessoas com deficiência intelectual e múltipla, entre outros.

Dessa forma, observou-se que o envelhecimento fragiliza o indivíduo e compromete sua independência e autonomia, que o estado-nação tem a obrigação de assegurar o Estatuto do Idoso e nas políticas que orientam o Sistema Único de Saúde, é que é necessário buscar medidas de percepção nas ações de gestão de mecanismos para maior capacidade administrativa. Vale concluir que a Estratégia de Saúde da Família (ESF) tem o propósito de garantir assistência preferencial de acesso ao cuidado do idoso pelo SUS. Entretanto, faltam profissionais capacitados de prestação de assistência aos idosos. Nesse sentido, pode ser frisar que existem limitações de profissionais capacitados e possuem limitações na acessibilidade organizacional. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tem normativas para pessoas idosas que não possuem vínculo familiar adequado ou condições de prover a própria subsistência. Mesmo com todas as dificuldades, o poder público deve discutir políticas para suprir diversidades quanto aos acessos, necessidades e realidades de pessoas idosas, fazendo parceria público-privadas para maximizar os recursos, aumentar a capacidade técnica assistencial, como a APAE. Observou-se que os professores da APAE precisam de maior capacitação, sendo que necessitam de aprimorar vários recursos pedagógicos para promover a autonomia dos alunos, que tem como intuito de melhorar o aprendizado, com novas metodologias.

Vale destacar, que o Estado do Tocantins no ano de 2023, possuía 45 unidades das APAES, sendo que 31 unidades são conveniadas ao Estado, tendo 2.681 matrículas no ano, onde 14 unidades das APAES eram sem convênio com a rede pública estadual do Tocantins, com 557 matrículas, somando as duas categorias tem um total de 3.238 matrículas, vale destacar que o Estado do Tocantins tem 139 municípios. Vale frisar que as APAEs tocantinenses dependem não apenas da boa vontade e do esforço das instituições, mas também de um sólido arcabouço de políticas públicas e de investimentos que reconheçam as especificidades desse envelhecimento.

Nesse contexto, é necessário a mobilização que tenham mais mobilizações de ações da política de Educação Especial em todo o estado, promovendo mais crescimento das unidades dos outros municípios, onde o Estado do Tocantins tem buscado implementação das políticas educacionais nas APAEs do Tocantins, aumentando significativamente as quantidades de unidades, contribuindo para a política de inclusão, os movimentos partidos pelos familiares, poder públicos e iniciativas privadas, entre outros.

6.2 RESPOSTA AO PROBLEMA DE PESQUISA

A Organização Mundial da Saúde - OMS (2015), traz como fato a crescente longevidade da população brasileira, incluindo as pessoas com deficiência intelectual, impõe um olhar crítico sobre a efetividade das políticas públicas educacionais existentes, especialmente no contexto das APAEs do Tocantins, para garantir o direito à educação contínua para esses indivíduos em processo de envelhecimento. Tradicionalmente, o foco da educação especial se concentrava na habilitação e reabilitação de crianças e jovens, com uma percepção limitada sobre as possibilidades de desenvolvimento e aprendizado ao longo da vida para pessoas com deficiência. Contudo, como aponta a Organização Mundial da Saúde (OMS), o envelhecimento da população, inclusive a com deficiência, é uma realidade global que exige novas respostas e adaptações dos sistemas de apoio.

Com base na constatação do envelhecimento e no seguinte problema de pesquisa: em que medida as políticas públicas educacionais existentes no Estado do Tocantins têm sido efetivas em garantir o direito à educação contínua para pessoas em processo de envelhecimento atendidas pelas APAEs, considerando as lacunas e desafios na sua implementação prática? é que este trabalho foi desenvolvido.

Observou-se que no Estado do Tocantins, a legislação, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (Lei nº 4.109/2023), estabelece um arcabouço legal que, em tese, assegura o direito à educação ao longo da vida e a prioridade no atendimento a idosos. A Resolução CEE/TO nº 019/2024, por sua vez, regulamenta o acesso e a permanência de estudantes da Educação Especial no sistema estadual. No entanto, a efetividade dessas políticas na prática, especialmente no que tange à educação contínua para pessoas idosas com deficiência intelectual atendidas pelas APAEs, revela um cenário complexo de lacunas e desafios.

Uma das principais lacunas observadas nas políticas públicas estabelecidas reside na ausência de programas educacionais e metodologias pedagógicas especificamente desenhadas para essa faixa etária e suas particularidades.

Enquanto as APAEs se dedicam primordialmente ao desenvolvimento de habilidades para a vida adulta e inclusão social e laboral de jovens, o envelhecimento traz consigo novas necessidades, como a manutenção de habilidades já adquiridas, a prevenção do declínio cognitivo e físico, e a promoção do bem-estar e da participação social na terceira idade.

Conforme observa a Federação Nacional das APAEs (FENAPAES), a atenção integral à pessoa com deficiência em seu ciclo de vida, incluindo a promoção da saúde para o envelhecimento saudável, é um princípio norteador, mas a transposição disso para um currículo educacional.

6.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A investigação acerca da efetividade das políticas públicas educacionais existentes no Estado do Tocantins para garantir o direito à educação contínua de pessoas em processo de envelhecimento atendidas pelas APAEs, à luz das lacunas e desafios de sua implementação prática, embora crucial, não está isenta de limitações metodológicas e contextuais. A compreensão dessas restrições é fundamental para a correta interpretação dos achados e para a formulação de futuras pesquisas mais abrangentes.

Uma das principais limitações reside na escassez de dados quantitativos e qualitativos específicos sobre o envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual no Tocantins. Embora o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fornece dados gerais sobre a população com deficiência e o envelhecimento, informações detalhadas sobre a faixa etária idosa com deficiência intelectual, seu acesso a serviços educacionais contínuos e o impacto desses serviços em sua qualidade de vida ainda são incipientes no contexto tocantinense. A ausência de censos e levantamentos sistemáticos focados nessa população específica dificulta a construção de um panorama preciso e a identificação de tendências regionais, o que, conforme ressalta Minayo (2007), compromete a profundidade da análise das políticas públicas.

Adicionalmente, a dispersão geográfica das APAEs no Tocantins e a heterogeneidade das realidades institucionais impõem um desafio considerável. Cada APAE, embora parte de uma federação, possui suas próprias particularidades em termos de recursos humanos, infraestrutura, convênios e prioridades pedagógicas. A generalização de achados de algumas unidades para o conjunto do estado pode ser problemática, dado que as condições de implementação das políticas e as respostas aos desafios variam significativamente de uma localidade para outra. A diversidade de municípios, com diferentes capacidades de apoio e parcerias, adiciona outra camada de complexidade à análise, impedindo uma uniformidade nos resultados da efetividade das políticas.

Outra limitação importante refere-se à subjetividade na percepção da "efetividade". A mensuração do impacto da educação contínua na vida de pessoas idosas com deficiência

intelectual pode ser complexa e multifacetada. O que constitui "educação contínua" e "qualidade de vida" para esse grupo pode diferir das métricas tradicionalmente aplicadas a outras populações, exigindo instrumentos de coleta de dados sensíveis a essas especificidades. A dependência de dados autodeclarados ou de percepções de cuidadores e profissionais pode introduzir vieses, demandando uma triangulação de informações para maior fidedignidade, o que nem sempre é possível em uma pesquisa inicial. Como argumenta Stake (1995), a avaliação da qualidade em contextos educacionais deve ser sensível aos múltiplos pontos de vista e às complexidades intrínsecas ao processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, a dinâmica das políticas públicas e o financiamento representam uma limitação temporal e estrutural. As políticas governamentais podem sofrer alterações significativas em curtos períodos, influenciando diretamente a disponibilidade de recursos e a prioridade dada ao tema do envelhecimento e da deficiência. A instabilidade orçamentária, característica de muitas instituições filantrópicas como as APAEs, impede a projeção de um cenário estável de implementação de políticas, tornando a análise da efetividade um alvo em movimento. A pesquisa pode capturar um momento específico, mas não necessariamente refletir a evolução ou involução das ações em longo prazo, o que requer estudos longitudinais e monitoramento contínuo.

6.4 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS DA PESQUISA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA PESSOAS QUE ENVELHECEM NAS APAES

O crescente envelhecimento da população, em especial o de pessoas com deficiência intelectual, um fenômeno antes menos evidente, emerge como um campo de estudo crucial e de urgência para as políticas públicas no Brasil. As Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), historicamente focadas em fases iniciais da vida, são agora desafiadas a adaptar-se a essa nova realidade demográfica, demandando uma reflexão aprofundada sobre as contribuições teóricas, práticas e para as políticas públicas advindas de pesquisas na área.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa sobre políticas públicas para pessoas que envelhecem nas APAEs contribui significativamente para a intersecção de campos tradicionalmente distintos, como a

Gerontologia e a Educação Especial. Como aponta Boniholi e Denari (2025), a escassez de produções científicas focadas no envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual no contexto das APAEs revela uma lacuna teórica a ser preenchida. Esta pesquisa busca, portanto, ampliar o arcabouço conceitual ao integrar perspectivas sobre longevidade, qualidade de vida, autonomia e dignidade para esse grupo específico. Ela desafia conceitos preexistentes de "inclusão" e "reabilitação", que muitas vezes se limitam à fase produtiva da vida, e propõe uma abordagem mais holística que contemple o ciclo de vida completo. A análise crítica da legislação e da literatura existente sobre o tema permite construir um referencial teórico que embasa a necessidade de uma política pública específica, que transcendia a fase escolar e laboral e se estenda à velhice. Mantoan (2003) já alertava que a inclusão não pode ser limitada a um recorte etário, mas deve ser um processo contínuo que se adapta às necessidades de cada fase da vida, o que reforça a relevância teórica de se debruçar sobre o envelhecimento.

Em termos de contribuições práticas, a pesquisa oferece subsídios para o aprimoramento das próprias APAEs e de outras instituições que atendem esse público. Ao identificar as necessidades específicas do envelhecimento com deficiência intelectual – que vão desde a gestão de comorbidades e a perda de habilidades funcionais até a necessidade de atividades de lazer e socialização adaptadas –, a pesquisa pode guiar a reformulação de programas, a capacitação de equipes e a adequação da infraestrutura. A compreensão das limitações atuais, tanto estruturais quanto de recursos humanos, permite propor soluções concretas, como a implementação de centros-dia especializados para idosos com deficiência intelectual, conforme o modelo explorado por Bonatelli et al. (2018), que já apontavam essa necessidade. Além disso, a pesquisa pode auxiliar na construção de protocolos de atendimento que considerem a evolução das deficiências e as particularidades do envelhecimento, promovendo uma abordagem mais centrada na pessoa e em suas necessidades individuais. Por fim, as contribuições para as políticas públicas são talvez as mais impactantes. Ao mapear as lacunas na legislação e nos programas existentes, esta pesquisa oferece um roteiro para a formulação de diretrizes mais abrangentes e eficazes. A ausência de um foco explícito no envelhecimento na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), embora abranja todas as idades, demanda uma regulamentação que detalhe

as especificidades dessa fase da vida. A pesquisa pode embasar a criação de instruções normativas e resoluções estaduais e municipais que estabeleçam critérios para o financiamento de serviços para idosos com deficiência intelectual, a formação de profissionais especializados em gerontologia da deficiência, e a promoção da intersetorialidade entre saúde, assistência social e educação. A compreensão das necessidades financeiras e de recursos humanos das APAEs para atender a esse público é crucial para o direcionamento de investimentos públicos.

A Política de Atenção Integral e Integrada da Rede APAE, embora abrangente, pode ser fortalecida com um capítulo específico sobre o envelhecimento, garantindo que a atenção integral se estenda por todo o ciclo de vida. A pesquisa, portanto, não apenas identifica um problema, mas aponta caminhos para a construção de um arcabouço legal e operacional que assegure o direito ao envelhecimento digno e com qualidade para as pessoas com deficiência intelectual, refletindo o ideal de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

6.5 RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES: A TECNOLOGIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA VELHOS ATRAVÉS DE ITINERÁRIOS FORMATIVOS: UMA PROPOSTA PARA A APAE

Ao finalizar este trabalho (mas não esta pesquisa), não poderia deixar de fazer uma co-relação das políticas educacionais voltadas para as pessoas que estão envelhecendo nas APAEs do Tocantins com a Tecnologia Social que é a Universidade da Maturidade.

A **Universidade da Maturidade (UMA)**, é uma tecnologia social desenvolvida inicialmente como um projeto de extensão da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e que deve sua existência e sucesso à visão e dedicação da **Professora Doutora Neila Barbosa Osório**. Ela é a precursora e grande impulsionadora desta tecnologia cujo percurso de vida e estudos aprofundados sobre o envelhecimento humano a subsidiaram na concepção e condução da UMA. Atualmente, o projeto conta também com o engajado apoio de seu filho, o **Doutor Luiz Sinésio Silva Neto**, que seguiu os passos da mãe no campo acadêmico e profissional, dedicando-se igualmente às questões da pessoa velha.

Para que um projeto seja efetivamente caracterizado como uma **tecnologia social**, é necessário que ele transcendia a mera aplicação de conhecimentos técnicos ou científicos, incorporando uma dimensão de transformação social com forte participação popular. Conforme o Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil), a tecnologia social é um "conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida" (ITS Brasil, 2004, p. 26). Essa definição basilar é complementada por quatro dimensões essenciais: **conhecimento, ciência e tecnologia; participação, cidadania e democracia; educação; e relevância social**.

A primeira dimensão, **conhecimento, ciência e tecnologia**, implica que a tecnologia social surge a partir da organização e sistematização de saberes, sejam eles populares ou científicos, com o objetivo de gerar inovação e resolver problemas sociais concretos. Não se trata apenas de transferir uma tecnologia pronta, mas de construí-la em diálogo com a realidade local (Dagnino et al., 2009). A segunda dimensão, **participação, cidadania e democracia**, sublinha o caráter democrático e participativo das tecnologias sociais, que valorizam o protagonismo da comunidade na identificação dos problemas e na cocriação das soluções. Isso promove o empoderamento e a apropriação do processo pelos beneficiários, impulsionando sua disseminação e reaplicação. A terceira dimensão, **educação**, ressalta o processo pedagógico inerente à tecnologia social, que se desenvolve na troca entre saberes populares e científicos, levando à autonomia e ao aprendizado contínuo da comunidade envolvida. Por fim, a **relevância social** é a dimensão que atesta a eficácia da tecnologia em solucionar problemas sociais de forma sustentável, gerando efetiva transformação e impacto social positivo.

A **Universidade da Maturidade (UMA) da Universidade Federal do Tocantins (UFT)** se encaixa exemplarmente nos critérios que definem uma tecnologia social. Criada em 2006 e idealizada pela Professora Doutora Neila Barbosa Osório, com a colaboração atual do Doutor Luiz Sinésio Silva Neto, a UMA representa uma **inovação social organizacional** voltada para a melhoria da qualidade de vida de adultos e idosos, um público frequentemente marginalizado no acesso ao conhecimento formal (PPP UMA, 2018).

No que tange ao conhecimento, ciência e tecnologia, a UMA sistematiza e oferece saberes acadêmicos provenientes do ensino e da pesquisa universitária adaptando-os às necessidades e realidades do público idoso. Isso se manifesta em cursos, palestras e atividades que abordam desde saúde e bem-estar até cultura e inclusão digital, gerando um conhecimento acessível e

aplicável à vida cotidiana dos participantes. A UMA não impõe um "pacote" de conhecimentos, mas cria um ambiente de aprendizado contínuo e contextualizado.

A participação, cidadania e democracia são pilares da UMA. O projeto promoveativamente o envolvimento dos idosos, não apenas como receptores, mas como atores ativos no processo de aprendizagem e de decisão. A valorização da experiência de vida e do saber popular dos participantes é um diferencial, transformando a universidade em um espaço de troca horizontal, onde a voz do idoso é central. Essa metodologia participativa é essencial para que os idosos se apropriem do projeto e o vejam como um espaço de pertencimento e empoderamento.

A dimensão da **educação** é o cerne da UMA. Ela oferece um processo pedagógico completo, que se desenvolve no diálogo entre o conhecimento formal universitário e a sabedoria acumulada pelos idosos ao longo de suas vidas. Essa interação fomenta a aprendizagem mútua e contínua, permitindo que os idosos desenvolvam novas habilidades, ressignificam suas experiências e ampliam sua autonomia, indo além da mera transmissão de conteúdo.

Por fim, a relevância social da UMA é inegável. O projeto soluciona um problema social crucial: a exclusão e a invisibilidade do idoso na sociedade, especialmente no ambiente educacional. Ao promover a valorização do adulto e do idoso como "cidadãos de primeira classe" (PPP UMA, 2018), a UMA gera um impacto transformador na vida dos participantes, elevando sua autoestima, saúde mental, bem-estar físico e social. A sustentabilidade do projeto, em termos de continuidade e capacidade de replicação (como evidenciado pela expansão de polos, inclusive internacionais, conforme noticiado pela UFT), reforça sua eficácia como tecnologia social replicável e adaptável a outros contextos. Desse modo, a Universidade da Maturidade do Tocantins não é apenas um projeto de extensão, mas um exemplo concreto e vivo de tecnologia social que promove a inclusão e a dignidade aos velhos do Tocantins.

A emergência da longevidade em pessoas com deficiência intelectual (DI) impõe um imperativo para a reorientação das políticas públicas e das práticas institucionais. Nesse cenário, a **Universidade da Maturidade (UMA) da Universidade Federal do Tocantins (UFT)** emerge como uma potencial tecnologia social de relevância ímpar, notadamente através de seus itinerários formativos pedagógicos, para atender às necessidades específicas do envelhecimento nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) do Tocantins. A compreensão da UMA como tecnologia social reside em sua capacidade de oferecer soluções inovadoras, replicáveis e participativas para problemas sociais complexos, conforme conceitua o Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil, 2004), transcendendo o mero assistencialismo.

Os itinerários formativos pedagógicos da UMA, ao serem adaptados para a população de idosos com deficiência intelectual nas APAEs, representam uma contribuição valiosa. Tradicionalmente, a educação de pessoas com DI tem seu foco concentrado nas fases da infância e adolescência, negligenciando as necessidades educacionais e de desenvolvimento na terceira idade (Boniholi & Denari, 2025). A UMA, por meio de seu Projeto Político Pedagógico (PPP, 2018), já integra ensino, pesquisa e extensão voltados para o cuidado do adulto e do idoso, promovendo a valorização desses indivíduos como cidadãos. Para se tornar uma tecnologia social para as APAEs, esses itinerários precisam ser especialmente flexibilizados e contextualizados, considerando as particularidades cognitivas, físicas e sociais do envelhecimento com deficiência intelectual. Isso envolve a utilização de metodologias que valorizem as experiências de vida desses indivíduos, estimulem suas habilidades remanescentes e promovam a autonomia e a participação social, em consonância com os princípios da educação de jovens e adultos (EJA) que reconhecem a diversidade de contextos e saberes (Brasil, 2018).

A aplicação da UMA como tecnologia social nas APAEs por meio de seus itinerários formativos se manifesta em diversas frentes. Primeiramente, na dimensão do conhecimento e ciência, a UMA pode sistematizar e adaptar o conhecimento gerontológico e pedagógico para a realidade da DI, desenvolvendo materiais didáticos acessíveis e estratégias de ensino que considerem os diferentes níveis de suporte e as formas de comunicação de cada indivíduo. Isso implica em um currículo funcional e relevante, focado na manutenção da qualidade de vida, na prevenção de declínios funcionais e no fortalecimento de vínculos sociais (Bonatelli et al., 2018).

Em segundo lugar, a dimensão da participação e cidadania é crucial. Os itinerários formativos devem ser cocriados com os próprios velhos apaeanos e suas famílias, bem como com os profissionais das APAEs. Essa participação ativa garante que as atividades propostas sejam significativas e respondam às necessidades reais, promovendo o protagonismo dos idosos e de suas redes de apoio. A UMA pode servir como um modelo para que as APAEs desenvolvam seus próprios programas de envelhecimento ativo, estimulando a autonomia e a tomada de decisões, mesmo que de forma assistida.

Por fim, a dimensão da educação é o cerne da proposta. A UMA pode capacitar os profissionais das APAEs em gerontologia da deficiência intelectual, fornecendo-lhes ferramentas pedagógicas e abordagens que promovam um envelhecimento ativo e digno. Esses itinerários podem incluir módulos sobre estimulação cognitiva adaptada, atividades físicas seguras,

promoção da saúde, manejo de comportamentos, e estratégias de inclusão social e comunitária. A transição da fase adulta para a velhice, muitas vezes negligenciada, pode ser acompanhada por programas de apoio psicossocial e familiar, garantindo a continuidade do cuidado e a qualidade de vida. Assim, ao replicar e adaptar sua metodologia e experiência para o contexto das APAEs no Tocantins, a Universidade da Maturidade se estabelece como uma tecnologia social capaz de preencher uma lacuna vital nas políticas públicas para o envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual e múltipla, promovendo inclusão, dignidade e bem-estar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, L. M., Sena, E. L. D. S., Pinheiro, G. M. L., Meira, E. C., & Lira, L. S. S. P. **Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil:** uma revisão integrativa. Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, p. 3543-3552, 2013.

APAE CIÊNCIA. **Envelhecimento e deficiência intelectual:** o cuidador familiar como protagonista nos cuidados ao idoso. 2015. Revista Apae Ciência, 2(2), 40-52. Disponível em: <https://apaeciencia.org.br/index.php/revista/article/view/78/51>

APAE. CentroSul. **Nossa História.** 2018. Disponível em: <https://www.apaacentrosul.org.br/historia> (Acesso em 04 de junho de 2025).

APAE Brasil. **Por meio do imposto de renda, você pode fazer a diferença.** Disponível em: <https://media.apaembrasil.org.br/CARTILHA.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

APAE Ciência. **Envelhecimento e deficiência intelectual:** O cuidador familiar como protagonista nos cuidados ao idoso. Revista APAE Ciência, 2(2), 40-52, 2015.

ARANHA, M. L. d. A. **História da educação.** São Paulo: Moderna, 1994.

ARAÚJO, L. A. D; & Carvalho, T. A. O. P. **Envelhecimento e deficiência:** uma dupla vulnerabilidade. Apae Ciência, v. 5, n. 2, 2015.

ASSIS, J. T. de. **A espacialização da educação especial no estado do Tocantins.** Anais do XV ENANPEGE. Campina Grande: Realize Editora, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.** Estabelece normas gerais para as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º ago. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC.** 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18- \(2023\) 6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18- (2023) 6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc) Acesso em 18 de maio de 2025.

BALTES, P. B., & BALTES, M. M. **Successful aging:** Perspectives from the behavioral sciences. Cambridge University Press. 1990.

BALTES, P. B., & STAUDINGER, U. M. Wisdom: **A metaheuristic (pragmatic) to orchestrate mind and virtue toward excellence.** American Psychologist, 55(1), 122-135. 2000.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Edições 70. 2016

BEAUVOIR, S. de. **A velhice.** Difel. 1990.

BENGTON, V. L. **Beyond the nuclear family: The increasing importance of multigenerational bonds.** Generations, 25(3), 7-12. 2001.

BEZERRA, S. S., & Antero, J. F.. **Um breve histórico da educação inclusiva no Brasil.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 6(1), 12-25. 2020.

BICUDO, M. A. V. **Pesquisa qualitativa:** um enfoque fenomenológico. Cortez. 2000.

BIASUS, F., Demantova, A., & Camargo, B. V. **Representações sociais do envelhecimento e da sexualidade para pessoas com mais de 50 anos.** Temas em psicologia, v. 19, n. 1, p. 319-336, 2011.

BUENO, F. da S. **Dicionário escolar da língua portuguesa.** FAE. (Este dicionário, citado por Vieira (2020). 1981

BUENO, J. G. S. (2017). **As APAEs e a educação especial:** um percurso histórico. Educação e Sociedade. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/36F3L7fW59H4qR6GzPmLw6j/?lang=pt> (Acesso em 04 de junho de 2025).

BONATELLI, P. A. C., et al. **Centro-dia:** uma opção no atendimento da pessoa envelhecente com deficiência intelectual. Saúde em Debate, 2018.

BONIHOLI, G., & DENARI, F. E. **Envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual:** produções das revistas apae ciência e revista deficiência intelectual. Revista Brasileira de Educação Especial, 2025.

BOWLBY, J. **Attachment and loss.** Vol. 1. New York: Basic Books. 1969.

BRANCO, M. T., DE OLIVEIRA, L. P., Félix, K. C., MACEDO, J. S., MENDONÇA, A., & da Silva, H. S. **Suficiência de financiamento das instituições de longa permanência para as pessoas idosas:** desafios às ofertas, gestão e políticas de cuidados. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, v. 29, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22456/2316-2171.139729>

BUTLER, R. N. **Age-ism:** Another form of bigotry. The Gerontologist, 9(4), 243-246. 1969.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Glossário Coletivo de Enfrentamento ao Idadismo. São Paulo.** Disponível em: Glossário Coletivo de Enfrentamento ao Idadismo chega à 2ª edição - Portal do Envelhecimento e Longeviver Acesso em 02 maio de 2025.

CAMACHO, A. C. L. F., & Coelho, M. J. **Políticas públicas para a saúde do idoso: revisão sistemática.** Revista Brasileira de Enfermagem, v. 63, p. 279-284, 2010.

CAPALBO, C. **Fenomenologia e ciências humanas.** UEL. 1996

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva:** com os pingos nos "is". Mediação. 2004.

CARVALHO, Isabela; GOMES, Romeu; SILVA, Juliana. **O envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual:** desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 550-562, 2017.

CASTRO, L. R. **O envelhecer na deficiência intelectual:** Desafios e Perspectivas. Apresentação em evento do MDS. 2018.

CELLARD, A. A análise documental. In J. Poupart, J-P. Deslauriers, L. Groulx, J. Laperrière, R. Mayer & A. P. Pires. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos (pp. 37-58). Vozes. 2018.

CHIARELLI, T. M., & Batistoni, S. S. T. **Trajetória das Políticas Públicas Brasileiras para pessoas idosas frente a Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030).** Revista Kairós-Gerontologia, v. 25, n. 1, p. 93-114, 2022. DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2022v25i1p93-114>

CIPOLLA, M. A., & Lopes, A. **Envelhecimento e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de São Paulo:** uma caracterização dos serviços de atendimento a pessoa com deficiência intelectual. Revista Kairós Gerontologia, 15(6), 239-267. 2012.

CRESWELL, J. W. **Research design:** Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches (4th ed.). SAGE Publications, 2014.

CRUZ, P. K. R., Vieira, M. A., Carneiro, J. A., Costa, F. M. D., & Caldeira, A. P. **Dificuldades do acesso aos serviços de saúde entre idosos não institucionalizados:** prevalência e fatores associados. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 23, p. e190-113, 2020. <https://doi.org/10.1590/1981-22562020023.190113>

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS (CEE/TO). **Resolução nº 019, de 16 de janeiro de 2024.** Estabelece normas complementares que regulamentam o acesso, a permanência e o direito à aprendizagem dos estudantes da Educação Especial pertencentes ao Sistema Estadual de Educação do Tocantins-SEE/TO. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO, 4 mar. 2024.

DAGNINO, R., BRANDÃO, F. C., & NOVAES, H. T. **Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social.** Revista Inclusão Social, 2009.

DAVIS, Lennard J. **The Disability Studies Reader.** New York: Routledge, 2002.

DE ASSIS, Johnny Trindade. **A ESPACIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO TOCANTINS.**

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS. Defensoria Pública reforça política de inclusão e acessibilidade da Instituição. 2024. Disponível em: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/defensoria-publica-reforca-politica-de-inclusao-e-acessibilidade-da-instituicao>

DELORS, J. et al. **Educação:** Um Tesouro a Descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. UNESCO/Cortez. 1996.

DENZIN, N. K., & Lincoln, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Artmed, 2006.

DOLL, J., Ramos, A. C., & Buaes, C. S. **Educação e envelhecimento.** Educação e Realidade, v. 40, n. 1, p. 09-15, 2015.

DUQUE, Thais Oliveira; VALADÃO, José de Arimatéia Dias. Abordagens teóricas de tecnologia social no Brasil. **Revista pensamento contemporâneo em administração,** v. 11, n. 5, p. 1-19, 2017.

ERIKSON, E. H. W. W. Norton & Company, 1950.

ESTADÃO. Pessoas com deficiência: Quase metade das pessoas com deficiência são idosas. 2023. Disponível em: https://www.estadao.com.br/blogs/vencer-limites/wp-content/uploads/sites/189/2023/11/relatorio-cgie-pcd-23102023-final_061120233522.pdf

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES (FENAPAES). Documento Norteador Educação e Ação Pedagógica. 2017. Disponível em: <https://media.apaebrasil.org.br/DOCUMENTO-NORTEADOR-PEDAGOGIA-FINAL-4.pdf>

FECK, R. M., Palma, L. E., & Aquistapasse, T. F. **Procedimentos na orientação de atividade física para pessoas com deficiência visual em processo de envelhecimento.** Revista Conhecimento Online, v. 2, p. 145-158, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25112/rco.v2i0.2212>

FERREIRA, J. O., & Santos, S. M. **Formação continuada de professores em educação inclusiva:** desafios e perspectivas. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 14(3), 1953-1967, 2019.

FINKELSTEIN, Vic. **Attitudes and Disabled People:** Issues for Discussion. New York: World Rehabilitation Fund, 1980.

FIORAVANTI, C. **O preço da longevidade.** Revista Pesquisa FAPESP, 189, 2011. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-preco-da-longevidade/>

FRAGA, K. S., da Silva, T. E. P., Júnior, M. A. P., Osório, N. B., de Oliveira, V. B. D., de Lira, V. F., ... & Abrão, R. K. **Características epidemiológicas de idosos internados por causas externas em um hospital geral no estado do Tocantins.** ARACÊ, v. 7, n. 5, p. 23649-23665, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev7n5-158>

FRANÇA, M. C., & Prieto, G. O. **Público-privado no financiamento da educação especial: quem ganha e quem perde no mercado da benemerência?** 2021. SciELO Preprints. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/4607/8842/9235>. Acesso em: 5 jun. 2025.

FREITAS, M. G.; DUTRA, F. C. M. S. **O envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual:** desafios para as políticas públicas. Revista Kairós-Gerontologia, v. 23, n. 1, p. 261-278, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, 1996.

FONSECA, A. M. **O papel da APAE na educação inclusiva.** In: Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 2., 2005, Londrina. Anais... Londrina: UEL, 2005.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa:** tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, 45(3), 27-33. 2005

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GLAT, R., & FERNANDES, E. **Do "velho" ao "novo" na educação especial:** a questão da inclusão e as implicações para a formação de professores. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 191-205, 2010.

Governo do Tocantins. **Governo do Tocantins sanciona duas novas Leis que beneficiam pessoas com deficiência.** O Girassol. 2023. Disponível em: <https://ogirassol.com.br/estado/governo-do-tocantins-sanciona-duas-novas-leis-que-beneficiam-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em 04 de junho de 2025.

HAND TALK. **Barreiras de acessibilidade:** o que é, quais são e como eliminá-las?. 2022. Disponível em: <https://www.handtalk.me/br/blog/barreiras-para-a-acessibilidade/>. Acesso em 17 de maio de 2025.

ISTOÉ BEM ESTAR. **Aumento da longevidade das pessoas com deficiência.** (s.d.) Disponível em: <https://bemestar.istoe.com.br/aumento-da-longevidade-das-pessoas-com-deficiencia/> Acesso em 21 de maio de 2025.

IBGE. **Mais Diferenças. Envelhecimento e deficiência:** uma revisão da literatura. 2020. Disponível em: https://maisdiferencias.org.br/wp-content/themes/maisdiferencias/downloads/envelhecimento_deficiencia_rb.pdf Acesso em 21 de maio de 2025.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** 2022.

IBGE. **Projeção do IBGE mostra que população do país vai parar de crescer em 2041.** 2024. Agência de Notícias. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/populacao-do-pais-vai-parar-de-crescer-em-2041> Acesso em 19 de maio de 2025.

IBGE. **Brasil tem 14,4 milhões de pessoas com deficiência, diz IBGE.** 2025. CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/brasil-tem-144-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-diz-ibge/> Acesso de 23 de maio de 2025.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (ITS BRASIL). **Caderno de Debate – Tecnologia Social no Brasil.** São Paulo: ITS, 2004.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (ITS BRASIL). (s.d.). **O que é Tecnologia Social: conceito e dimensões.** Disponível em: <http://inovacaosocial.org.br/conheca/tecnologia-social/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

JANNUZZI, G. de M. **A Educação do Deficiente no Brasil:** dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Org.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.

LEHMKUHL, M. **A influência do movimento Apaeano no desenvolvimento da educação especial brasileira a partir da análise de três períodos.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Vale do Itajaí, 2021.

LIMA, A. P. D., Benedetti, T. R. B., Rech, C. R., Cardoso, F. B., & Portella, M. R. **Conhecimento e atitude sobre a diabetes tipo 2 em idosos:** estudo de base populacional. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 729-740, 2020.

KREUZ, G., & Franco, M. H. P.. **Reflexões acerca do envelhecimento, problemáticas, e cuidados com as pessoas idosas.** Revista Kairós-Gerontologia, v. 20, n. 2, p. 117-133, 2017.doi: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-901X.2017v20i2p117-133>

MACEDO, K. B., & Boava, D. L. **Fenomenologia e administração: possíveis contribuições.** Revista de Administração de Empresas, 2011

MAIA, A. C. B.; ALMEIDA, M. A. **O papel da educação física no processo de envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual.** Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 24, n. 1, p. 129-142, jan./mar. 2018.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar:** o que é? por quê? como fazer?. São Paulo: Summus Editorial, 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: 5. ed. Atlas, 2003.

MARTINS, J. D. J., Schier, J., Erdmann, A. L., & Albuquerque, G. L. D. **Políticas públicas de atenção à saúde do idoso:** reflexão acerca da capacitação dos profissionais da saúde para o cuidado com o idoso. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 10, n. 3, p. 371-382, 2007.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil:** História e Políticas Públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, E. G. **Inclusão:** o que as escolas têm a dizer sobre o processo de inclusão escolar?. Revista Brasileira de Educação Especial, 16(1), 1-17, 2010.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar de alunos com deficiência.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 33, p. 37-52, set./dez. 2006.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINAYO, M. C. D. S. **Cuidar de quem cuida de idosos dependentes:** por uma política necessária e urgente. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, n. 01, p. 7-15, 2021. DOI: 10.1590/1413-81232020261.30872020

Minayo, M. C. de S. (2007). **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. Hucitec.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) / Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008,

MOREIRA, D. A. **Fenomenologia do cuidado.** Vozes.2004

NERI, A. L. (Org.). **Qualidade de vida e idade madura.** Campinas: Papirus, 2007.

NERI, A. L. (2006). **O que os psicólogos têm a dizer sobre o envelhecimento bem-sucedido no século XXI.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 2006.

NUNES, S. A. N.; SAAD, P. M. **Envelhecimento e deficiência: desafios para a saúde pública no Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 24, n. 3, p. 865-874, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Envelhecimento Ativo:** uma política de saúde. Genebra: OMS, 2002.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Nova York: ONU, 2006.

PAIVA, K. M. D., Cesar, C. L. G., Alves, M. C. G. P., Barros, M. B. D. A., Carandina, L., & Goldbaum, M. **Envelhecimento e deficiência auditiva referida:** um estudo de base populacional. Cadernos de saúde Pública, v. 27, n. 7, p. 1292-1300, 2011.

PAPALIA, D. E., & Feldman, R. D. **Desenvolvimento Humano.** McGraw-Hill Education, 2013.

PEIXOTO, C. **Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade.** In: Barros MML, organizadora. Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. (p. 117). PUCSP, 2000.

PEREIRA, K. C. R., Lacerda, J. T. D., & Natal, S. **Avaliação da gestão municipal para as ações da atenção à saúde do idoso.** Cadernos de Saúde Pública, v. 33, p. 1-16, 2017.

PEDRAZA, D. F., Nobre, A., & Menezes, T. **Avaliação da estratégia saúde da família na perspectiva dos idosos em Campina Grande, Paraíba.** Revista de APS, v. 21, n. 1, 2018. DOI: <https://doi.org/10.34019/1809-8363.2018.v21.16142>

PETRY, A. R. **Envelhecimento e Deficiência Intelectual:** O Cuidado na Instituição de Longa Permanência. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA. **Mais de 350 estudantes da APAE de Araguaína retornam às aulas nesta quinta-feira, 15. 2024.** Disponível em: <https://www.araguaina.to.gov.br/mais-de-350-estudantes-da-apae-de-araguaina-retornam-as-aulas-nesta-quinta-feira-15>. Acesso em: 07 jun. 2025.

REVISTAS USP. **Facilitadores e barreiras no processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educativas especiais:** a percepção das. 2015. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rto/article/download/59428/101609/0>. Acesso em 19 de abril de 2025.

SAVIANI, D. **A política educacional no Brasil.** Histórias e memórias da educação no Brasil. Rio de Janeiro, v. 3, 2005.

SALERA JÚNIOR. **Publicado no Jornal Mesa de Bar News, edição n. 266,** p. 18, de 27/06/2008. Gurupi – Estado do Tocantins.

SERRA, D. C., & Furtado, E. D. P. **Os idosos na EJA:** uma política de Educação inclusiva. Olhar de professor, v. 19, n. 2, p. 149-161, 2016.

STAKE, R. E. (1995). **The Art of Case Study Research.** Sage Publications.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.

SCHWARTZMAN, J. S. **Síndrome de Down.** São Paulo: Memnon, 2003.

SCHALOCK, R. L., Bonham, G., & Marchand, C. B. **Quality of Life for People with Intellectual Disability:** Application across Settings. American Association on Mental Retardation, 2022.

SINALLINK. **As 7 principais Barreiras que impedem a inclusão de pessoas com deficiência.** 2022. Disponível em: <https://www.sinallink.com.br/blogpost/as-7-principais-barreiras-que-impedem-a-inclus%C3%A3o-de-pessoas-com-defici%C3%A3ncia>. Acesso de em 24 de abril de 2025.

SILVA, C. A. **Parcerias entre governo e organizações não governamentais.** São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, O. M. da. **APAE e a educação especial: da segregação à inclusão?** In: SKLIAR, C. (Org.). Educação & Exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial. 5. ed. Rio de Janeiro: Mediação, 2007.

SILVA, R. F.; SEABRA JÚNIOR, L.; ARAÚJO, P. F. de. **Educação física adaptada no Brasil:** Da história à inclusão educacional. São Paulo: Phorte Editora, 2008

SILVA, R. F.; ARAÚJO, P. F. de. **Os caminhos da pesquisa em atividade motora adaptada.** São Paulo: Phorte, 2012.

SILVA, M. D. C., & Chariglione, I. P. F. S. **Envelhecimento e pessoas com deficiência nas perspectivas Vigotskiana e life-span.** Revista Psicopedagogia, v. 41, n. 124, p. 151-162, 2024. DOI: 10.51207/2179-4057.20240017

SILVEIRA, R. Z. da, Fisher, C., & Olivier, M. **A Fenomenologia como Método de Pesquisa:** uma Análise a Partir dos Trabalhos Publicados nos Principais Eventos e Revistas Nacionais em Administração - 1997 a 2008. Anais do EnANPAD, 2012.

SKLIAR, C. (Org.). **Educação & Exclusão:** Abordagens socioantropológicas em educação especial. 7. ed. Rio de Janeiro: Mediação, 2012.

TAVARES, R. E., Jesus, M. C. P. D., Machado, D. R., Braga, V. A. S., Tocantins, F. R., & Merighi, M. A. B. **Envelhecimento saudável na perspectiva de idosos:** uma revisão integrativa. Revista brasileira de geriatria e gerontologia, v. 20, p. 878-889, 2017.

TOCANTINS. (2015). **Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015.** Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE/TO (2015-2025) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO, 8 jul. 2015.

TOCANTINS. (2023). **Lei nº 4.099, de 2 de janeiro de 2023.** Torna obrigatória a disponibilização de cadeiras adaptadas em todos os estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, no Estado do Tocantins. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO, 2 jan. 2023.

TOCANTINS. (2023). **Lei nº 4.107, de 2 de janeiro de 2023.** Institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (PEPTEA), no âmbito do Estado do Tocantins. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO, 2 jan. 2023.

TOCANTINS. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE/TO Nº 019, de 16 de janeiro de 2024.** Estabelece normas complementares que regulamentam o acesso, a permanência e o direito à aprendizagem dos estudantes da Educação Especial pertencentes ao Sistema Estadual de Educação do Tocantins-SEE/TO. Palmas - TO, 2024.

UNIAAPAE MG. **Captação de recursos:** desafios enfrentados pelas APAEs. 2021. Disponível em: https://www.uniapae.org.br/wp-content/uploads/2021/02/6-ARTIGO_Ana-Celia-Silva-Soares-Barbosa_NORMATIZADO-FINAL.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

UNIVERSIDADE DA MATURIDADE (UMA). **Projeto Político Pedagógico (PPP).** Palmas, TO: UFT, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). (s.d.). UMA – Universidade da Maturidade. Disponível em: <https://sites.ufc.br/uma/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

VALER, D. B., Bierhals, C. C. B. K., Aires, M., & Paskulin, L. M. G. **O significado de envelhecimento saudável para pessoas idosas vinculadas a grupos educativos.** Revista brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 18, p. 809-819, 2015.<https://doi.org/10.1590/1809-9823.2015.14042>

VERAS, R. **Envelhecimento populacional e as informações de saúde do PNAD: demandas e desafios.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 5-10, 2009.